

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

LUCIANA BUKSZTEJN GOMES

**A REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL COMO MANIFESTAÇÃO COMUNICACIONAL E
POLÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LUCIANA BUKSZTEJN GOMES

**A REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL COMO MANIFESTAÇÃO
COMUNICACIONAL E POLÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cleusa Maria Andrade Scroferneker

Porto Alegre

2022

Ficha Catalográfica

G633r Gomes, Luciana Buksztejn

A representação institucional como manifestação comunicacional e política das organizações da sociedade civil no Rio Grande do Sul / Luciana Buksztejn Gomes. – 2022.

207 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Cleusa Maria Andrade Scroferneker.

1. Representação institucional. 2. Organizações da sociedade civil. 3. Comunicação Pública. I. Scroferneker, Cleusa Maria Andrade. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Loiva Duarte Novak CRB-10/2079

LUCIANA BUKSZTEJN GOMES

**A REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL COMO MANIFESTAÇÃO
COMUNICACIONAL E POLÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Aprovada em ____ / ____ / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cleusa Maria Andrade Scroferneker - PUCRS (Orientadora)

Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg - PUCRS

Prof. Dr. Francisco Arseli Kern - PUCRS

Prof^a. Dr^a. Renata Andreoni - IBCMED

Prof^a. Dr^a. Cicilia Maria Krohling Peruzzo- UERJ

AGRADECIMENTOS

Experenciar uma jornada acadêmica durante o Doutorado, por si só, já se constitui como um processo marcante e desafiador. Isso porque nos deparamos com perspectivas diversas, refletimos sobre as que temos até aquele momento, nos propomos a alargar a nossa compreensão a respeito de determinado assunto. Vivemos momentos de intensidade, de alegrias e de frustrações. Ter vivido essa jornada, aliada à recém iniciada vida maternal, e com uma pandemia, foi um desafio possível graças ao apoio de uma rede que foi se constituindo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de pesquisa, fator indispensável para a realização deste estudo. Também ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, aos professores, funcionários(as) e colegas, por cada aprendizado e apoio ao longo desta formação.

À minha querida orientadora Cleusa Maria Andrade Scroferneker, pela confiança depositada desde o ingresso no Programa, pelo acolhimento em todas as fases vividas durante esses últimos anos e pelo incentivo constante.

Ao estimado Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg, por ser presença durante o meu percurso acadêmico, desde o Mestrado, pelas críticas e sugestões durante o processo e pela presença nas bancas de qualificação e defesa. À Profa. Dra. Cicilia Maria Krohling Peruzzo, pelas importantes contribuições durante a defesa da Tese e por ter aceitado o convite de compor a banca. À Profa. Dra. Renata Andreoni, que não mediu esforços para estar na banca de defesa, pelos questionamentos e pelo incentivo à pesquisa. Ao Prof. Dr. Francisco Arseli Kern, pelas reflexões e indagações que contribuíram para que o estudo fosse aprimorado. A estes professores, com admiração, os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao Jeferson, por ser meu amor e meu amigo, pelo companheirismo e apoio desde o começo dessa jornada. Por todos os momentos em que cuidou do Max e de mim, para que eu pudesse me dedicar à pesquisa. À minha mãe, Eliana, por ser o porto seguro da nossa família, um exemplo de vida, agradeço por todo o apoio e por ter cuidado do Max em diversos momentos. Ao Delcio, por ser presença afetiva na nossa vida. Ao meu pai, Luiz, e à Tércia, pelas

conversas, pela inspiração e pelo amor dedicado ao meu filho. À Tia Bia, pelo apoio emocional, pelas leituras e revisões das produções acadêmicas. Às colegas e amigas Renata Andreoni, Francielle Falavigna, Juliana Vencato e Julia Córdova, que tornaram esse processo mais leve, em diferentes momentos da jornada acadêmica. À amiga Daniela Cidade, pela parceria desde o Mestrado, por ser uma gestora tão compreensiva durante este percurso e pelo incentivo à vida profissional e acadêmica. Ao Diego Wander, pela gestão sensível durante a minha gestação. Ao Grupo de Estudos em Comunicação Organizacional (GECOR), pelas trocas e pelos compartilhamentos. Ao Grupo de Pesquisa em Estudos Avançados de Comunicação Organizacional (GEACOR) pelas leituras, apresentações e momentos compartilhados. Às organizações que aceitaram participar da pesquisa empírica, por acreditarem na nossa proposta investigativa, muito obrigada.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo a representação institucional, entendida como uma manifestação comunicacional e política das organizações da sociedade civil (OSCs). Propomos como objetivos analisar como as OSCs articulam as manifestações comunicacionais e políticas referentes a assuntos de interesse público, mobilizando a sociedade em prol dos seus ideais, investigar quais as suas melhores práticas desenvolvidas para influenciar na tomada de decisão do Poder Público, assim como analisar como interagem com os seus públicos de interesse. Conceitos de comunicação pública (MATOS, 2011; DUARTE, 2011; WEBER, 2011; LÓPEZ, 2011; BRANDÃO, 2009), representação política extraparlamentar (AVRITZER, 2008; LÜCHMANN, 2007; YOUNG, 2006; LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006; ALMEIDA, 2013), organizações da sociedade civil (LOPEZ, 2018; BLUDENI, 2017; DAGNINO, 2004; OLIVEIRA, HADDAD, 2001) e conselhos de políticas públicas (ALENCAR et al, 2013; TEIXEIRA, MORONI, MARX, 2009; TABAGITA, TEIXEIRA, 2007), fazem parte do nosso percurso investigativo. Como método, recorreremos à Hermenêutica em Profundidade (HP) de Thompson (2009) e como metodologia, optamos pelas técnicas de levantamento bibliográfico e documental, assim como a realização de entrevista em profundidade (DUARTE, 2005), com organizações que participaram dos Conselhos Estaduais do Rio Grande do Sul em 2020, categorizadas no grupo defesa de direitos de grupos e outros. Pela pesquisa, ficou evidenciado que a representação institucional é mobilizada pelas OSCs investigadas em prol de seus ideais, pelo estabelecimento de parcerias e redes, agendamento de assuntos junto à mídia tradicional, pela incidência política, ou ainda pela prática da advocacy e do lobby. Com relação às melhores práticas desenvolvidas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do Poder Público, observamos a relevância da preparação de lideranças para o debate público, assim como a participação em espaços (formais e informais) de representação da sociedade civil. Já ao analisarmos como as OSCs interagem com os seus públicos de interesse, a pesquisa empírica evidenciou que há, por parte dos entrevistados, uma intenção de construção de propósitos comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo. Ainda que a mídia tradicional possa contribuir, destacamos a importância da comunicação alternativa (PERUZZO, 2020; BRANDÃO, 2009), na medida em que as organizações buscam por mudanças na sociedade.

Palavras-chave: Representação institucional. Organizações da sociedade civil. Comunicação Pública.

ABSTRACT

The research object of this study is institutional representation, understood as a communicational and political manifestation of civil society organizations (CSOs). We propose, as objectives, to analyze how CSOs articulate communicational and political manifestations related to matters of public interest, mobilizing society in favor of their ideals, to investigate what are their best practices developed to influence Public Power's decision-making, as well as to analyze how stakeholders interact. Concepts of public communication (MATOS, 2011; DUARTE, 2011; WEBER, 2011; LÓPEZ, 2011; BRANDÃO, 2009), extra-parliamentary political representation (AVRITZER, 2008; LÜCHMANN, 2007; YOUNG, 2006; LAVALLE, HOUTZAGER AND CASTELLO, 2006; ALMEIDA, 2013), civil society organizations (LOPEZ, 2018; BLUDENI, 2017; DAGNINO, 2004; OLIVEIRA, HADDAD, 2001) and public policy councils (ALENCAR et al, 2013; TEIXEIRA, MORONI, MARX, 2009; TABAGITA, 2009; TEIXEIRA, 2007), are part of our investigative path. As a method, we will use Thompson's In-Depth Hermeneutics (HP) (2009) and as a methodology, we choose bibliographic and documentary survey techniques, as well as in-depth interviews (DUARTE, 2005), with organizations that participated in the State Councils of Rio Grande do Sul in 2020, categorized in defense of rights group and others. Through the research, it became evident that institutional representation is mobilized by the investigated CSOs in favor of their ideals through the establishment of partnerships and networks, scheduling issues with the traditional media, through political advocacy, or even through the practice of advocacy and lobbying. Regarding the best practices developed by CSOs to influence public authorities' decision-making, we observe the relevance of preparing leaders for public debate, as well as participation in spaces (formal and informal) of civil society representation. When analyzing how CSOs interact with their stakeholders, the empirical research showed that there is an intention to build common purposes, with the objective of producing shared meaning and sense in matters of collective interest. Although traditional media can contribute, we highlight the importance of alternative communication (PERUZZO, 2020; BRANDÃO, 2009), insofar as organizations seek changes in society.

Keywords: Institutional representation. Civil society organizations. Public Communication.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Pluralidade da representação política contemporânea.....	30
QUADRO 2 - Formas de representação na política contemporânea	33
QUADRO 3 - As visões de representação em Hanna Pitkin	36
QUADRO 4 - Tipologia das práticas alternativas de	41
QUADRO 5 – Exemplos de OSCs	46
QUADRO 6 - Teses relacionadas com ‘sociedade civil e comunicação pública’	71
QUADRO 7 - Teses produzidas em Programas de Comunicação e/ou Informação	75
QUADRO 8 - Teses relacionadas com ‘representação, conselhos e democracia’	77
QUADRO 9 – 13 artigos selecionados por aderência temática.....	80
QUADRO 10 – Artigos selecionados por aderência temática	87
QUADRO 11 – Artigos selecionados por aderência temática	91
QUADRO 12 – 17 artigos selecionados por aderência temática.....	94
QUADRO 13 - Trabalhos publicados nos Anais do GT Relações Públicas e Comunicação Organizacional (INTERCOM) que apresentam expressões, ou palavras relacionadas com a temática	99
QUADRO 14 - Estratégias para a mobilização das empresas	102
QUADRO 15 - Consolidação de aspectos a partir do estado da arte.....	106
QUADRO 16 - Conselhos existentes no Estado do Rio Grande do Sul	110
QUADRO 17 – Instituições atuantes na Gestão 2020/2021 no CONED.....	112
QUADRO 18 - Gestão 2020/2021 no COEPEDE/RS.....	113
QUADRO 19 - Relação de entidades não governamentais do CEDICA	114
QUADRO 20 – Nova composição de entidades da sociedade civil no CEDHRS	115
QUADRO 21 - Lista de entidades participantes em 2020	116
QUADRO 22 - Entidades identificadas na categoria 1: Associações profissionais	117
QUADRO 23 - Entidades identificadas na categoria 4: Federações	118
QUADRO 24 - Entidades identificadas na categoria 5: Defesa de direitos de grupos e outros	118
QUADRO 25 - Entidades e sua presença na ambiência digital.....	122
QUADRO 26 – Finalidade preponderante dos conteúdos nas plataformas digitais	123
QUADRO 27 – Reinterpretando a categoria influência	133
QUADRO 28 - Mobilização social	139
QUADRO 29 – Comunicação.....	148

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Comunicação pública na visão de diferentes autores.....	24
IMAGEM 2 – Fases do enfoque da HP.....	60
IMAGEM 3 - Representação do filtro para se chegar na amostra inicial	66
IMAGEM 4 - Categorias criadas para segmentar as OSCS.....	67

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2. APROXIMAÇÕES COM O TEMA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.....	19
2.1. Comunicação Pública.....	19
2.2. Representação política extraparlamentar	25
2.3. Organizações da sociedade civil	43
2.4. Conselhos de políticas públicas	48
3. AS OPÇÕES METODOLÓGICAS	59
3.1. Sobre o método	59
3.2. As escolhas para pesquisa empírica	65
4. REVISITANDO O ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA	71
4.1. O estado da arte das produções acadêmicas	71
4.2. As produções nos Anais da COMPÓS	80
4.3. As produções nos Anais da INTERCOM.....	94
5. AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM ANÁLISE.....	110
5.1. Os Conselhos Estaduais vinculados à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.....	111
5.2. As organizações da sociedade civil que atuaram em 2020.....	116
5.3. Categoria 1 – Influência.....	126
5.4. Categoria 2 – Mobilização social.....	135
5.5. Categoria 3 - Comunicação.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE 1 - TRABALHOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO GT COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (COMPÓS) QUE APRESENTAM EXPRESSÕES, OU PALAVRAS RELACIONADAS COM A TEMÁTICA	191

APÊNDICE 2 - TRABALHOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO GT COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA (INTERCOM) QUE APRESENTAM EXPRESSÕES, OU PALAVRAS RELACIONADAS COM A TEMÁTICA.....	197
APÊNDICE 3 – LISTA DE ENTIDADES PARTICIPANTES DE GESTÕES NOS CONSELHOS EM 2020	201
APÊNDICE 4 - CARTA CONVITE ENVIADA AOS ENTREVISTADOS	203
APÊNDICE 5 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA.	204
APÊNDICE 6 – E-MAIL ENVIADO AO GOVERNO DO ESTADO.....	208

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Democracia e representação são conceitos relacionados. Já no preâmbulo da Constituição Federal de 1988 fica claro que estamos em um Estado Democrático e que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (art. 1, CF/88).

A pluralização de atores e de espaços surge como possibilidade de exercício desse poder, que é praticado diretamente pelos cidadãos. Nesse contexto é que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) assumem um protagonismo e contribuem na/para defesa e promoção de assuntos de interesse público. De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil, realizado pelo Ipea (2018), foram identificadas 820.186 OSCs no Brasil, quando a população total considerada era de 206.081.432 pessoas. Do total de OSCs, 59.918 situavam-se no Rio Grande do Sul e o Estado apresentava densidade 64% acima da média nacional (LOPEZ, 2018). Assim, “[...] sociedade civil organizada e OSCs confundem-se para designar o multifacetado universo das organizações constituídas livremente por cidadãos”, (OLIVEIRA, HADDAD, 2001, p. 62) que passam a atuar diante da carência de produtos e serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado, e que o mercado não tem interesse de atender.

Essas organizações, embora com naturezas e características diferentes, muitas vezes pautam e advogam temas de interesse público, influenciando na tomada de decisões do Poder Público. Isso pode se dar de formas variadas, seja pelo agendamento junto à mídia, seja na participação em audiências públicas, na construção ou promoção de políticas públicas, na promoção de discussão de temas de interesse coletivo, na mobilização de uma comunidade, participação em conselhos de direitos, através de um posicionamento dissidente¹, etc.

Em 2007, Avritzer apontava que era possível perceber a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento de instituições participativas, o que revelava uma mudança na forma de participação política no

¹ Tanto os cidadãos, como movimentos e organizações têm o direito de divergir e dissentir. Nesse sentido, Wainberg (2017b) recorda a célebre obra do ex-governador norte-americano William J. Fulbright: “Em seu consagrado texto sobre a *arrogância do poder*, ele alertou o público sobre o direito de o cidadão divergir e dissentir. Em sua opinião, a perseguição aos dissidentes é uma medida do ocaso de uma nação” (WAINBERG, 2017b, p. 164).

Brasil. Nesse sentido, a literatura tem apontado que o conceito de representação extrapolou os estudos sobre partidos, parlamentos e eleições, havendo um deslocamento da representação para o campo da sociedade civil (ALMEIDA, 2013). Passam a surgir tipos de representação alternativos ao modelo eleitoral, como é o caso da representação conselhistas, que é uma prática que faz parte “[...] de um conjunto mais amplo de ações e estratégias políticas das associações e movimentos sociais” (LÜCHMANN, 2011, p. 146). Com essa premissa, Lüchmann (2011) sustenta que a representação institucional passou a ser um novo repertório de ação política das associações². Conforme a pesquisadora, “A representação institucional tornou-se mais uma modalidade de atuação política que foi incorporada, ou rotinizada, por um expressivo conjunto de associações e movimentos sociais” (LÜCHMANN, 2011, p. 147).

Ainda que a literatura aponte para a ampliação de espaços participativos, com maior incidência da sociedade civil, é preciso considerar os diferentes momentos históricos (e políticos) vividos. No momento em que escrevemos esta Tese, o Brasil e o mundo enfrentam a Pandemia de Covid 19, causada por um vírus novo, supostamente surgido na China no ano de 2019. Alguns movimentos realizados pelo governo federal causam preocupação, pois parecem fragilizar e até mesmo excluir, em alguns momentos, espaços de diálogo entre a sociedade civil e o governo – a exemplo do Decreto 9.759, de 2019³, publicado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Young (2006) referia que as instituições representativas contribuíam para organizar as discussões e as tomadas de decisão políticas, sendo arenas importantes para a participação cidadã. Estas compõem o conceito de comunicação pública apresentado por Duarte (2011). Para o autor, audiências públicas, fóruns e reuniões são exemplos de alguns instrumentos⁴ de comunicação pública. Igualmente, o debate público também pode ser compreendido como uma modalidade do sistema de comunicação pública do Estado (WEBER, 2011).

² Segundo a autora, “De maneira geral, associações são grupos e organizações mais ou menos estruturadas ou hierarquizadas” (LÜCHMANN, 2011, p. 141).

³ Este Decreto extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

⁴ Expressão utilizada pelo autor.

Observamos que houve um alargamento no conceito de comunicação pública. Nesse sentido, Matos (2011) já sinalizava uma tendência à participação de mais atores sociais. Assim, o que antes era invocado na esfera governamental, passa a ser também postulado por organizações privadas e do terceiro setor. Nesse contexto, apresentam-se variadas ações de comunicação pública, como a *advocacy*, que pode ser compreendida como mobilização social (LÓPEZ, 2011).

Diante dessas considerações, os problemas que nos provocam a desenvolver a pesquisa são:

- a) Como as OSCs articulam as suas manifestações comunicacionais e políticas referentes a assuntos de interesse público, mobilizando a sociedade em prol dos seus ideais?
- b) Quais as melhores práticas⁵ desenvolvidas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do Poder Público?
- c) Como as OSCs interagem com os seus públicos de interesse?

A fim de responder a essas questões, traçamos os seguintes objetivos:

- a) Analisar como as OSCs articulam as suas manifestações comunicacionais e políticas referentes a assuntos de interesse público, mobilizando a sociedade em prol dos seus ideais.
- b) Investigar quais as melhores práticas desenvolvidas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do Poder Público.
- c) Evidenciar como as OSCs interagem com os seus públicos de interesse.

Para sustentar as ideias propostas, recorreremos à Hermenêutica de Profundidade (HP) de Thompson (2009), que considera o objeto de estudo como uma construção simbólica, a qual exige um processo de interpretação. Este referencial metodológico compreende três fases (análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/re-interpretação), que estão descritas no terceiro capítulo.

⁵ Entendemos como melhores práticas os meios utilizados pelas organizações (sejam métodos, sistemas, ferramentas, processos, sejam outros), para alcançarem um melhor desempenho.

A pesquisa tem caráter exploratório, na medida em que o tema foi pouco explorado até o momento. Segundo Freitas e Prodanov (2013, n.p.), a pesquisa exploratória tem como finalidade “proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento”, de forma que isso facilita a delimitação do tema da pesquisa. Os autores explicam que a pesquisa exploratória, em geral, envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e a análise de exemplos que estimulem a compreensão. Nesse sentido, nosso estudo foi desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico (GIL, 2006) e pesquisa de campo, com a realização de entrevistas (DUARTE, 2006). Para Duarte (2006, p. 62), a entrevista em profundidade é

uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística (DUARTE, 2006, p. 62).

As entrevistas foram realizadas com representantes de cinco organizações da sociedade civil que participaram de Conselhos de Direitos no Estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 2020. As organizações foram escolhidas a partir do recorte realizado (amostra inicial com 43 entidades), considerando-se o tempo de retorno dos aceites das entrevistas, a disponibilização de pronto para a sua realização, assim como o cronograma de realização desta Tese.

Optamos por recorrer à análise argumentativa (THOMPSON, 2009), considerando que assim poderíamos destacar certas falas dos entrevistados, colocando-as em evidência e estabelecendo relações com o referencial teórico da pesquisa. Ainda, buscamos elementos da análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006 e MORAES, 2003), que permitiu a criação de metatextos no processo de interpretação/reinterpretação dos resultados da pesquisa.

Para tanto, estruturamos o estudo em cinco partes, sendo a primeira dedicada às considerações iniciais⁶. No segundo capítulo, refletimos acerca da comunicação pública, trazendo alguns conceitos propostos por Matos (2011), Duarte (2011), Weber (2011), López (2011) e Brandão (2009), que nos auxiliam a compreender a dinâmica da comunicação em espaços de interlocução entre a sociedade e o Estado. Na sequência, abordamos a representação política extraparlamentar, recorrendo a Avritzer (2008), Lüchmann (2007), Young (2006), Lavalle, Houtzager e Castello (2006), Almeida (2013), entre outros. Em relação ao conceito de representação (de forma mais ampla) consultamos Pitkin (2006), Burke (2012) e Urbinati (2006). Igualmente, buscamos compreender o conceito de OSCs, com base nas legislações federais e nas pesquisas desenvolvidas por Dagnino (2004), Bludeni (2017) e Lopez (2018). Sobre os Conselhos e a sua importância no processo de democratização do país, autores como Lima et al (2014), Alencar et al (2013) e Teixeira, Moroni e Marx (2009) subsidiaram as nossas reflexões. Cabe-nos salientar que os dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea também foram de fundamental importância para o estudo desenvolvido.

No terceiro capítulo, justificamos as nossas opções metodológicas, buscando trazer maior clareza aos desdobramentos da Tese, considerando que as lentes interpretativas nos auxiliam a responder aos nossos objetivos de pesquisa. Concordamos com Freitas (1999, p. 9) quando afirma que “É preciso optar, e é o sentido dessa opção que registra o que existe de mais interativo entre o pesquisador e seu objeto”. Para a autora, “O tipo de pesquisa a ser empreendido é escolha do pesquisador, e essa escolha é fruto de seu interesse e curiosidade” (FREITAS, 1999, p. 9).

Santaella (2016, p. 64) acredita ser necessário “[...] ousadia na aplicação de metodologias mistas, integradas, complexas, metodologias estas que vêm se acentuando como uma tendência especialmente nas áreas interdisciplinares”. Optamos por caminhos metodológicos, cautelosos para não incorrerem em confusões conceituais, como apontado por Scroferneker et al (2017, p. 8), quando mencionam que “Há por parte dos doutorandos o que denominamos de ‘confusão conceitual’ e/ou ‘imprecisão conceitual’ em relação ao Método e

⁶ A divisão dos capítulos segue o critério proposto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Metodologia”. Segundo as autoras, “É comum encontrarmos menção a pesquisas qualitativas e/ou quantitativas, análise de conteúdo e/ou análise de discurso, estudo de caso sendo indicados como Método” (SCROFERNEKER et al, 2017, p. 8).

No capítulo quatro, apresentamos o estado da arte das produções acadêmicas a respeito da temática proposta. Para tanto, lançamos algumas combinações possíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e recorreremos aos Anais da COMPÓS (entre os anos de 2000 e 2021) e da INTERCOM (entre os anos de 2008 e 2021).

No quinto capítulo, apresentamos a proposta de análise, a partir do mapeamento dos Conselhos Estaduais do Rio Grande do Sul. Foram identificados 13 Conselhos Estaduais ativos, dos quais apenas quatro mencionavam a sua composição no portal do governo do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando 43 OSCs participantes dos mesmos. Destas, foram selecionadas cinco para a realização de entrevistas, conforme critérios descritos no capítulo.

Nas considerações finais, sustentamos que a representação institucional pode ser considerada como uma nova forma de agir político e como uma manifestação comunicacional das organizações. Evidenciamos o protagonismo da sociedade civil, ressaltando a importância da representação política extraparlamentar e o papel fundamental da comunicação nos assuntos de interesse público.

2. APROXIMAÇÕES COM O TEMA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Para investigar como as OSCS articulam as suas manifestações comunicacionais e políticas referentes a assuntos de interesse público, mobilizando a sociedade em prol dos seus ideais, aproximamos, nesse capítulo, os conceitos de comunicação pública, representação política extraparlamentar, conselhos de políticas públicas e organizações da sociedade civil. Acreditamos que essa aproximação contribui para a compreensão conceitual acerca desses tópicos.

2.1. Comunicação Pública

A literatura aponta que houve um alargamento no conceito de comunicação pública. Para Matos (2011), houve uma tendência a participação de mais atores sociais. Assim, o que antes era invocado na esfera governamental, passa a ser também postulado por organizações privadas e do terceiro setor. Também Duarte (2011) considera que a expressão vai ao encontro de um anseio coletivo de uma comunicação mais participativa, democrática e equânime.

O conceito de comunicação pública foi compreendido, inicialmente, como sinônimo de comunicação governamental, ao se referir a normas, princípios e rotinas da comunicação social do governo. No entanto, ela “[...] deve ser pensada como um processo político de interação no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo” (MATOS, 2011, p. 45). Desta forma, a comunicação pública poderia ser entendida como um “[...] processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, como um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (MATOS, 2011, p. 45). Assim, fazendo parte da comunicação pública, teríamos diversos segmentos da sociedade, como o terceiro setor, a mídia, o mercado, as instituições religiosas, entre outras. Mas para que exista uma interlocução e um debate entre os atores, devem existir espaços de discussão e deliberação sobre temas e políticas sociais (MATOS, 2011).

Duarte (2011) apresentou algumas distinções que contribuem na compreensão do conceito. Para o autor, a comunicação governamental “[...] trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o Executivo e a sociedade” (DUARTE, 2011, p. 126) – o Executivo englobaria empresas públicas, institutos, agências reguladoras, por exemplo. Diferentemente, “a *comunicação política* diz respeito ao discurso e à ação na conquista da opinião pública em relação à ideias ou atividades que tenham relação com o poder” (DUARTE, 2011, p. 126). Já a comunicação pública englobaria as duas recém mencionadas, incluindo o que fosse relacionado ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, Legislativo, Judiciário, terceiro setor, instituições representativas, ao cidadão individualmente e em alguns casos, também ações privadas. Assim, a “*comunicação pública* se refere à interação e ao fluxo de informação vinculados a temas de interesse coletivo” (DUARTE, 2011, p. 127).

Weber (2011, p. 105) também sinalizava que a comunicação pública “[...] se constitui a partir do momento em que o interesse público está em jogo e temas relacionados (ambiente, ciência, cotas, aborto, salário) circulam em redes instadas a se manifestar e chegando à mobilização social”. Já para Haswani (2011, p. 82), “[...] a comunicação pública compreende processos diversos e faz interagir atores públicos e também os privados, na perspectiva de ativar a relação entre o Estado e os cidadãos, com o intuito de promover um processo de crescimento civil e social”.

Ao refletir sobre sistemas e produção de comunicação pública, Weber (2011) apontava as diferenças nos modos de comunicar dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A partir de pesquisa empírica realizada pela autora, foram agrupados produtos informativos e comunicacionais, como: publicização, debate público, prestação de contas, prestação de serviços, informação jornalística, mídias públicas, mídias sociais, propaganda e relações públicas. Entre essas modalidades, destacamos o debate público que “É a instância em que temas de interesse público são colocados em debate no sentido de obter informações e aferir repercussão ou obter dados para deliberar” (WEBER, 2011, p. 107). São exemplos dessa modalidade as consultas públicas, os debates, os fóruns, os espaços de opinião, entre outras ações.

Duarte (2011) apresentava também uma lista de instrumentos⁷ de comunicação pública que estariam aptos a ampliar as instâncias de informação e participação, categorizados em operacionais e estruturantes. Os operacionais (mais comuns) permitiriam o acesso à informação (como no caso de publicações institucionais, quadros murais, publicidade, mala direta, cartazes, etc) e o estabelecimento de diálogo (como audiências públicas, fóruns, *lobby*, reuniões, eventos, conselhos setoriais, entre outros). Já entre os instrumentos de características estruturantes seria possível encontrar as pesquisas, planos, diretrizes, normas, por exemplo.

Matos (2011) ressaltava que a comunicação pública não se restringia à comunicação midiática. Ambas se complementariam e se integrariam, sendo o entrosamento entre elas o que permitiria o desdobramento do debate público. Já para López (2011, p. 65), o universo da comunicação pública abarcaria pelo menos cinco dimensões, sendo a comunicação midiática uma delas, ocorrendo “[...] no cenário dos meios, mesmo que seja para desencadear processos culturais por meio do entretenimento”, mas, “sobretudo, quando orientada para a gestão de informação e a criação de agenda pública” (LÓPEZ, 2011, p. 65).

A dimensão política é conhecida como comunicação política e é demarcada por processos comunicativos relacionados a propostas políticas e bens públicos. A dimensão estatal⁸ diz respeito às interações comunicativas entre governo e sociedade. Também podemos pensar em comunicação pública em uma corporação ou empresa privada, pois nestas circulam mensagens e interesses de diferentes grupos que lutam para impor seus sentidos, “[...] numa ‘esfera pública’ particular” (LÓPEZ, 2011, p. 65), sendo esta a dimensão organizacional. Por fim, López (2011, p. 66) ressaltava a dimensão da vida social, que “são todas aquelas interações comunicativas, espontâneas ou não,

⁷ Expressão utilizada pelo autor.

⁸ Para explicar sobre a relação que se faz do público como sendo sinônimo de algo que seja estatal, vale destacarmos esta reflexão de Habermas (1984): “A esfera pública no sentido moderno pode ser compreendida como a esfera do poder público. Esta se objetiva numa administração *permanente* e no exercício *permanente*; à permanência dos contatos no intercâmbio das mercadorias e de notícias (bolsa, imprensa) corresponde agora uma atividade estatal continuada. [...] Neste sentido estrito, ‘público’ torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à ‘corte’ representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força” (HABERMAS, 1984, p. 31/32).

dos movimentos e das organizações sociais, nos quais interagem grupos ou coletividades e se jogam apostas de interesse público e coletivo”.

Duarte (2011) alertava que informar não é sinônimo de comunicar, pois este é um processo circular e permanente de troca de influência e informação, sendo essa última “apenas a nascente do processo que vai desaguar na comunicação viabilizada pelo acesso, pela participação, pela cidadania ativa, pelo diálogo” (DUARTE, 2011, p. 129). Nesse sentido, como afirmou Wolton (2010, p. 31) “Informar, expressar-se e transmitir não são mais suficientes para criar uma comunicação”.

Outra perspectiva contempla a *advocacy*, que pode ser compreendida enquanto mobilização social. Segundo López (2011, p. 62): “Trata-se de uma estratégia convocatória e construção de propósito comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo”. Portanto, é necessário que exista um interesse coletivo comum e assim a sociedade se mobilize para intervir na tomada de decisões. O autor salientou que muitas organizações não-governamentais e instituições voltadas a projetos sociais usam outras expressões como sinônimo, tais como “promoção pública”, “incidência” ou ainda “defesa pública”.

Para López (2011, p. 71) na advocacia tenderia a prevalecer o interesse coletivo e a busca por consensos em prol do bem comum, “[...] ou seja, a construir significado, sentido e visão compartilhados, o que é uma ação comunicativa”. Assim, ao praticar a advocacia, o que é buscado é a pretendida mobilização da sociedade, o que se faz desenvolvendo ações comunicativas voltadas à convocação de cinco grupos: 1) decisores; 2) líderes de opinião; 3) líderes sociais; 4) ativistas e 5) afetados, ou seja, as pessoas que estão diretamente envolvidas.

Em 2009, Brandão já afirmava ser possível identificar cinco áreas diferentes, tanto sob o aspecto de conhecimento, como da atividade profissional, quando se buscavam significados para a comunicação pública. Em uma primeira acepção, ela destacava que em diversos países a área era identificada com a comunicação organizacional⁹, como sendo aquela que analisa a comunicação

⁹ Para Scroferneker, Amorim e Oliveira (2016), a Comunicação Organizacional implica “[...] compreender as interações, as trocas simbólicas que se desenvolvem a partir de pensamentos e palavras, atos e sentimentos, em espaços e projetos coletivos [...]” (SCROFERNEKER; AMORIM; OLIVEIRA, 2016). Já, em 2014, Scroferneker e Amorim propunham a aproximação da

no interior das organizações. Nesse sentido, a comunicação pública se utilizaria dos “instrumentos e tecnologias de comunicação de massa, de grupo e interpessoal [...] bem como todo o conjunto de conhecimentos e técnicas das áreas de Marketing e Comunicação Organizacional” (BRANDÃO, 2009, p. 3).

Em uma segunda acepção, ela também poderia ser identificada com a comunicação científica, “[...] que engloba uma variada gama de atividades e estudos cujo objetivo maior é criar canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas” (BRANDÃO, 2009, p. 3), despertando o interesse da opinião pública pela ciência.

Em terceiro, Brandão (2009) argumentava sobre a comunicação pública identificada com a comunicação do Estado e/ou governamental. Para ela, “Esta é uma dimensão [...] que entende ser de responsabilidade do Estado e do Governo estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos” (BRANDÃO, 2009, p. 4).

Em quarto, a autora destacava que a área poderia ser identificada com a comunicação política, entendida como área que utiliza instrumentos e técnicas da comunicação para a expressão pública de idéias, crenças e posicionamentos políticos, tanto dos governos quanto dos partidos políticos. Para a autora, a comunicação política poderia ser compreendida enquanto área que englobasse as disputas entre os veículos de comunicação (seus proprietários) e o direito da sociedade de poder determinar conteúdos e acessá-los.

Em quinto, Brandão (2009) a identificava com estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, também conhecidas como comunicação comunitária e/ou alternativa. “Trata-se de práticas e formas de comunicação desenvolvidas pelas comunidades e pelos membros do terceiro setor e movimentos sociais ou populares” (BRANDÃO, 2009, p. 7). Sob essa perspectiva, a autora argumentava que a comunicação pública passava a ser uma prática democrática, sem os compromissos com a indústria midiática, entrelaçando-se com o cotidiano das populações.

Comunicação Organizacional com o pensamento de Sodré (2006), na medida em que sinalizavam a necessidade de “[...] (re)pensarmos as possibilidades de compreensão acerca da comunicação organizacional, o que exige (re)visitar a própria comunicação nas múltiplas dimensões que adquire no universo organizacional” (SCROFERNEKER; AMORIM, 2014, p. 2).

As perspectivas apresentadas evidenciam que a área comporta múltiplas compreensões e se relaciona com outras sub-áreas da comunicação, que podem ser visualizadas de forma sintética na Imagem 1.

IMAGEM 1 - Comunicação pública na visão de diferentes autores



Fonte: A Autora.

Constatamos que a literatura aponta que a comunicação pública passa a ser um conceito que abarca a participação de outros atores sociais, incluindo Estado, governo e sociedade. Se por algum tempo o conceito foi vinculado à esfera governamental, hoje pode ser compreendido como um espaço de debate e negociação, em que organizações privadas e do terceiro setor também estão envolvidas. Na medida em que novos atores integram esse 'espaço', para que os pleitos ganhem força, as entidades buscam pautar assuntos de interesse coletivo, mobilizando o maior número de atores e procurando criar uma visão compartilhada. Essa mobilização, ou inclusão de pautas no debate público, tendo por objetivo o bem comum, encontra diferentes formas de manifestação e espaços, sendo um deles os conselhos de direitos, por exemplo. Esses espaços

são entendidos como formas de representação política denominada extraparlamentar, conforme será abordado na seção seguinte.

2.2. Representação política extraparlamentar

Democracia e representação são conceitos relacionados. Young (2006) sustentava que uma democracia forte devia conter em seu repertório procedimental institutos de democracia direta, como por exemplo o plebiscito, mas que uma sociedade seria mais democrática quanto mais tivesse fóruns patrocinados pelo Estado e fomentados pela sociedade civil. Nesse contexto, a representação torna-se necessária, uma vez que “a vida social moderna vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida [...]” (YOUNG, 2006, p. 144).

Em publicação de 2007, Lüchmann salientava que as experiências participativas no Brasil vinham estimulando a incorporação de novos modelos teóricos de democracia. Segundo a pesquisadora, a democracia participativa é a que fundamenta que o poder deve se organizar por instituições que mediam as relações entre os interesses individuais e coletivos, sendo a participação restrita ao momento da escolha do representante, pelo processo eleitoral. Diferentemente, a democracia deliberativa compreende essas outras experiências participativas, inaugurando novas relações de representação política. Segundo Lüchmann (2007, p. 145),

Como resultante deste processo, o caráter público da sociedade civil amplia-se, na medida em que, para além dos debates, articulações, encontros que visam a discutir, problematizar questões e demandar soluções para os problemas que estão ausentes ou que recebem tratamento precário na agenda pública, produzindo e ampliando, portanto, os espaços públicos, significativos setores da sociedade civil passam também a demandar e/ou investir na implementação de espaços públicos institucionais, a exemplo dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e de experiências de Orçamento Participativo.

Com isso, a pesquisadora considerou que a sociedade civil vinha num crescente de articulação, passando a constituir-se em um núcleo central do conceito de democracia deliberativa. Vale destacar que a Constituição Federal

de 1988 apresentou maior legitimidade popular, o que pode ser percebido já no art. 1º, que evidencia o Estado Democrático de Direito, e, no parágrafo único estabelece que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Referido artigo distingue a titularidade do exercício do poder, sendo a primeira do povo, que elege representantes. No entanto, “Além de desempenhar o poder de maneira indireta (democracia representativa), por intermédio de seus representantes, o povo também o realiza diretamente (democracia direta), concretizando a soberania popular”. De acordo com o art. 1º da Lei 9.709, de 18.11.1998, a soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto, através de plebiscito, referendo ou ainda por iniciativa popular. Diante disso, “Podemos falar, então, que a CF/88 consagra a ideia de democracia semidireta ou participativa, verdadeiro sistema híbrido” (LENZA, 2009, p. 61).

No entendimento de Lenza (2009) que seria possível classificar os regimes democráticos em três modalidades: democracia direta, em que o povo exerce por si o poder, sem intermediários; democracia representativa, “na qual o povo, soberano, elege representantes, outorgando-lhes poderes, para quem, em nome do povo, governem o país” (LENZA, 2009, p. 869) e democracia semidireta ou participativa, compreendido como um sistema híbrido, na medida em que é uma democracia representativa, com atributos da democracia direta.

Resgatando Cohen e Rogers (1995), Lüchmann (2011) esclareceu que ao contrário de ameaças à democracia, as relações entre as associações e o Estado configuravam um processo positivo, fortalecendo a ordem democrática. Segundo ela, os autores apontavam pelo menos quatro funções que justificavam a importância da democracia associativa. As associações teriam maior proximidade com os problemas e maior conhecimento da realidade em que inseridas; proporcionariam oportunidades de explicitação de vozes e demandas aos indivíduos e setores com menos recursos e poder; poderiam funcionar como escolas de democracia, desenvolvendo competências políticas, autoconfiança e virtudes cívicas; e ainda como uma possibilidade de governança alternativa. “Aqui, para além de representarem interesses, as associações¹⁰ atuariam com

¹⁰ Vale observarmos a distinção mencionada por Lüchmann (2011) acerca das associações e dos movimentos sociais. Assim, “De maneira geral, associações são grupos e organizações mais ou menos estruturadas ou hierarquizadas. Assim, além daquelas com autonomia organizacional, voluntárias e com relações internas mais igualitárias e menos hierárquicas, há também todo um

funções 'quase públicas' na suplementação de fornecimento de serviços públicos, promovendo, por meio da cooperação e da confiança, melhor *performance* econômica e aumento da eficiência estatal" (LÜCHMANN, 2011, p. 161/162).

Avritzer (2007) sinalizava que a participação política no Brasil vinha sendo marcada pela ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e pelo crescimento das instituições participativas. Isso gerava outras situações no que dizia respeito a novas formas de representação ligadas à participação da sociedade civil, que se diferenciava da tradicional participação no Parlamento. No entanto, é preciso considerar que em 2007 o cenário político era diferente do atual. Concordamos que ao longo do tempo houve um crescimento nas instituições participativas, mas o que temos observado é um movimento no atual governo brasileiro que acaba por fragilizar estes espaços, como será melhor abordado adiante no texto.

O pesquisador explicava que as instituições participativas são "[...] formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas" (AVRITZER, 2008, p. 45). O autor diferenciou três formas pelas quais os cidadãos ou associações da sociedade civil poderiam participar do processo de tomada de decisão política. A primeira destas formas era a que denominou de desenho participativo de baixo para cima, sendo o orçamento participativo um exemplo. A segunda forma se daria pelo processo de partilha do poder, "[...] isto é, através da constituição de uma instituição na qual atores estatais e atores da sociedade civil participam simultaneamente" (AVRITZER, 2008, p. 46). Já na terceira forma "[...] se estabelece um processo em que os atores da sociedade civil não participam do processo decisório, mas são chamados a referendá-lo publicamente" (AVRITZER, 2008, p. 46).

Refletindo sobre as diferentes instituições participativas nos municípios brasileiros, Cortes (2009, p. 137) explicou que o conceito "[...] se refere a mecanismos de participação criados por lei [...] que permitem o envolvimento

conjunto de associações mais estruturadas, como sindicatos e associações profissionais. Embora também sejam, ou possam ser, associações, os movimentos sociais têm sido conceituados como articulação ou redes estabelecidas por grupos, coletivos e indivíduos que compartilham identidades e lutam por alguma causa. De acordo com Diani (1992, p.1), 'movimentos sociais são definidos como redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e / ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais e com base em identidades coletivas compartilhadas.' (LÜCHMANN, 2011, p. 141).

regular e continuado de cidadãos com a administração pública, tanto diretamente quanto através de representantes [...]”. A autora examinou quatro grandes grupos de instituições participativas: 1) mecanismos de participação individuais, que propiciam a apresentação de críticas, queixas e proposições; 2) processos conferencistas; 3) orçamentos participativos e 4) os conselhos de políticas públicas e de direitos.

Observamos que as instituições participativas passam a ser uma alternativa aos cidadãos que buscam deliberar sobre políticas públicas. Isso porque as eleições se tornaram instrumentos insuficientes de expressão da soberania popular, como explicou Loureiro (2009). Lavallo, Houtzager e Castello (2006, p. 49) também afirmavam que as inovações institucionais levaram “[...] a representação política a transbordar as eleições e o legislativo como locus da representação, enveredando para o controle social e para a representação grupal nas funções executivas do governo”.

É possível traçarmos uma conexão com o que referia Habermas (1984), ao apontar para uma mudança estrutural e funcional da esfera pública. Segundo o autor,

[...] a massa da população com direito a voto [...] preenche tão pouco hoje o padrão de comportamento democrático como tem sido comprovado por tantas pesquisas empíricas, então um tal padrão só pode ser entendido sociologicamente no contexto da própria mudança estrutural e funcional da esfera pública (HABERMAS, 1984, p. 247).

Lavallo e Vera (2011, p. 113) consideraram que os “[...] canais de representação extraparlamentar são excêntricos, pois operam fora do locus por excelência da representação no governo representativo – o Parlamento [...]”, destinando-se a outras funções, que não as legislativas, como definição, fiscalização e gestão de políticas públicas, ou ainda na observação e emissão de denúncias/recomendações sobre a conduta de corporações do poder público e de setores da política pública.

Segundo Lavallo, Houtzager e Castello (2006), o Brasil passou a incorporar novas experiências participativas na definição de prioridades ou no desenho de políticas públicas, que foram inicialmente enquadradas na Constituição Federal de 1988 – especialmente, nos conselhos gestores e no orçamento participativo. Os autores sustentaram que havia dois fenômenos no processo de transformação da representação. O primeiro, relacionado à

emergência de novas instâncias de mediação entre representantes e representados, o que envolvia a mídia e outros atores intermediários, para além dos partidos de massas e suas grandes centrais sindicais¹¹. O segundo, relacionado à multiplicação de instâncias de participação cidadã e de representação coletiva. O argumento era que esses novos processos de experimentação institucional acarretavam a “[...] pluralização dos atores com investidura própria ao desempenho de funções de representação política” (LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006, p. 84). Nesse sentido, “a representação exercida por atores da sociedade civil é coletiva e ocorre através de um conglomerado heterogêneo de organizações civis que atuam em nome de subpúblicos e/ou minicomunidades, diferindo da representação de interesses pessoais ou de indivíduos [...]” (LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006, p. 85). Os autores observaram, ainda em 2006, que houve uma multiplicação de iniciativas e legislações para regular as atividades de entidades privadas sem fins lucrativos ocorridas no hemisfério sul.

Desta forma, o conceito de representação extrapolou os estudos sobre partidos, parlamentos e eleições, ao focar em diferentes perspectivas para tratar das transformações da representação tanto com relação às instituições tradicionais quanto às novas instituições e práticas de representação (ALMEIDA, 2013). Podemos afirmar, assim, que houve um deslocamento da representação para o campo da sociedade civil: “A sociedade civil [...] luta para redefinir o próprio sentido de representação política e de democracia, colocando em disputa as fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agendas e campos de ações” (ALMEIDA, 2013, p. 49). Conseguimos visualizar a pluralidade da representação política contemporânea no Quadro 1.

¹¹ Vale destacar que “[...] os sindicatos são o exemplo mais notável de representação de grupo ao longo do século XX, mas pouco ou nada coincidem com o fenômeno de diversificação do locus e pluralização dos atores da representação política acontecido nos últimos anos” (LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006, p. 86).

QUADRO 1 - Pluralidade da representação política contemporânea

Representação	Seleção do representante <i>Quem?</i>	Sentido da representação <i>O quê?</i>	Relação com o representado <i>Como?</i>	Esfera de atuação <i>Onde?</i>
Eleitoral	Eleito	Interesses e preferências de indivíduos	<i>Accountability</i> horizontal e vertical. Responsivo às preferências agregadas	Espaço político eleitoral
Eleitoral Descritiva	Eleito com base na similaridade de características, experiências ou perspectivas sociais	Perspectivas sociais	<i>Accountability</i> horizontal e vertical. Responsividade impulsionada pelo compartilhamento de perspectivas	Espaço político eleitoral
Descritiva (Pesquisas deliberativos, júri de cidadãos e conferências de consenso)	Indivíduos e grupos selecionados aleatoriamente (sorteio) ou proporcionalmente	Perspectivas sociais; discursos e interesses de indivíduos e grupos	Justificação pública; controle pela mídia; referendos e plebiscitos	Esfera pública
Defesa – <i>Advocacy</i>	Organizações da sociedade civil, movimentos sociais, mídia e indivíduos que são auto-autorizados, eleitos, indicados ou reconhecidos pelos membros do grupo	Discursos; interesses e perspectivas com os quais se identificam	Justificação pública; controle pela mídia; controle mútuo entre organizações e redes; mecanismos democráticos de associação e interação entre membros	Esfera pública
Atores Coletivos (Instituições híbridas: conselhos de políticas; comitês de bacia, OP)	Conselheiros da sociedade eleitos ou indicados (entre um público restrito)	Discursos; interesses, perspectivas e temas que tocam coletividades e indivíduos	Justificação pública diante dos afetados; interação e controle entre membros e controle dos atores estatais	Esfera pública em interseção com espaço político

Fonte: Almeida, 2013, p. 57.

Observamos que além do critério eleitoral, foi recuperada a dimensão descritiva da representação, apontando para a “importância de incluir grupos sistematicamente ausentes das esferas políticas e representativas, a partir da diversidade dos grupos sociais, por exemplo, mulheres e minorias raciais e étnicas” (ALMEIDA, 2013, p. 50). Já na representação como *advocacy* ou defesa, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e/ou os indivíduos representariam, na esfera pública, um discurso sobre direitos ou temas, e não um conjunto específico de pessoas. Já na representação por atores coletivos identificamos a presença de “atores sociais com determinada especialização temática ou experiência participativa” que são chamados “a partilhar o poder decisório e/ou a discutir em conjunto com atores estatais o destino de algumas políticas” (ALMEIDA, 2013, p. 51). Essas variadas formas evidenciam uma pluralidade na representação política.

Lavalle, Houtzager e Castello (2006) também argumentavam que existia uma transformação no sentido da pluralização dos atores com investidura para realizar a representação política, além de uma diversificação dos lugares em que era exercida. Segundo os pesquisadores, a representação teve origem no direito privado, o que se manteve durante o medievo, quando "os representantes junto ao poder régio eram mandatários, embaixadores ou agentes autorizados de interesses privados, agindo em nome dos seus contratantes para interceder com instruções específicas perante o Rei" (LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELLO, 2006, p. 53).

Os autores ressaltaram que os formatos de representação seguiram no direito civil moderno, como no caso das procurações e em matéria de sucessões. Argumentaram que a representação privada seria autêntica pela existência de um mandato imperativo, que teria por consequência a responsabilização plena do representante que pode ser acionado em caso de quebra do mandato. Situação diferente da que acontece com a representação política. Se no direito privado temos o mandato imperativo, na representação política teríamos um mandato delegativo ou representativo, no qual o representante priorizaria o todo sobre as partes, ou o interesse da nação sobre o interesse particular dos eleitores¹². Ainda, se no direito privado é possível a responsabilização do representante, na representação política temos a responsividade e a prestação de contas. Nesse sentido, "[...] as eleições constituem um mecanismo de sanção sobre os representantes (accountability) e tendem a estimular a sensibilidade destes perante as demandas e necessidades dos representados (responsiveness)" (LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELLO, 2006, p. 55). Conforme os autores,

A existência de representação no interior da sociedade civil, como contrato entre partes privadas, carece de qualquer novidade. Afinal, a representação é oriunda do direito civil. A novidade estriba na emergência de formas de representação política – no sentido mais estrito da palavra – exercidas por organizações civis; formas constituídas de modo inexorável pela dualidade entre representação e representatividade, entre representante e representado (LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELLO, 2006, p. 87).

¹² Aqui fundamentam-se no Discurso de Burke aos eleitores de Bristol (1774), conforme veremos mais adiante.

Os limites para esse tipo de representação coletiva seriam outros, como pressão, controle, supervisão, intervenção, assédio e reclamação perante o poder em instâncias executivas de políticas e em espaços de interlocução.

Já para Almeida (2013, p. 56), mesmo na “[...] ausência de sanção legal ou julgamento eleitoral, representantes da sociedade civil podem ser *accountables*, no sentido de oferecer ao público razões que justifiquem suas escolhas e atividades”. Para ela, tanto a *accountability* quanto a responsividade são critérios de legitimidade democrática que não se limitam à existência de eleições.

No caso dos espaços de deliberação de políticas públicas, em que existe um mandato vigente, o controle pode ser feito de maneira mais direta, pois os atores coletivos estão conectados a determinadas associações. Em relação aos atores que exercem *advocacy*, destacam-se diferentes formas de prestação de contas, como: 1) a possibilidade de que o relacionamento criado em networks sejam capazes de constranger a comportamentos *accountables*; 2) o estabelecimento de fluxos internos e externos de comunicação entre representantes e representados que permitam o teste permanente da pretensão de representação; 3) mecanismos democráticos de associação e interação entre membros de organizações; 4) o papel da mídia para publicização dos atos dos representantes da sociedade civil (ALMEIDA, 2013).

Propondo um conceito mais amplo de representação, Avritzer já em 2007 considerava tanto a dimensão eleitoral como a não-eleitoral. Para ele, era preciso notar que existiam diferentes tipos de autorização relacionados a três papéis políticos diferentes: o de agente, o de advogado e o de partícipe.

O advogado geralmente é escolhido por uma pessoa, ou um grupo de pessoas, para agir nos termos do mandato outorgado. No entanto, o pesquisador alertava que nas últimas décadas emergiu o conceito de advocacia de causas públicas ou privadas, que dispensa o mandato – como no caso de organizações não governamentais que trabalham em causas fora dos seus estados nacionais e defendem atores que não as indicaram para tal função, como a Anistia Internacional, ou ainda organizações de direitos das mulheres. Nesses casos, não seria a autorização, mas a afinidade ou a identificação de um conjunto de indivíduos com a situação vivida por outros indivíduos que legitimaria a advocacia. “Nesse sentido, o elemento central da advocacia de temas não é a

autorização, e sim uma relação variável no seu conteúdo entre os atores e os seus representantes” (AVRITZER, 2007, p. 457). Já outra situação diz respeito à representação da sociedade civil.

Esta, que tem se tornado muito forte nas áreas de políticas públicas no mundo em desenvolvimento, se dá a partir da especialização temática e da experiência. Organizações criadas por atores da sociedade civil e que lidam por muito tempo com um problema na área de políticas sociais tendem a assumir a função de representantes da sociedade civil em conselhos ou outros organismos encarregados das políticas públicas (AVRITZER, 2007, p. 457).

O autor distingue a representação por afinidade da eleitoral, considerando o aspecto da legitimidade, já que na primeira esta seria dada ao representante pelos demais atores que atuariam da mesma maneira que ele, por afinidade. Diferentemente, a legitimidade na representação eleitoral seria dada pelo voto. Para o pesquisador, assim, existiam as seguintes formas de representação na política contemporânea (QUADRO 2).

QUADRO 2 - Formas de representação na política contemporânea

Tipo de Representação	Relação com o Representado	Forma de Legitimidade da Representação	Sentido da Representação
Eleitoral	Autorização através do voto	Pelo processo	Representação de pessoas
Advocacia	Identificação com a condição	Pela finalidade	Representação de discursos e idéias
Representação da sociedade civil	Autorização dos atores com experiência no tema	Pela finalidade e pelo processo	Representação de temas e experiências

Fonte: Avritzer, 2007, p. 458.

Identificamos que além da representação eleitoral, marcada pelo voto, e da advocacia, regulada pelo Direito, temos a representação da sociedade civil em temas e experiências de interesse coletivo, sendo autorizados a atuar em nome do coletivo aqueles atores com experiência em determinado tema.

Ainda que com diferenças, o fenômeno abordado é o da representação. Por isso consideramos válido refletir sobre alguns fundamentos da representação. Para tanto, consultamos autores como Hanna Pitkin (2006), Edmund Burke (2012) – através da releitura realizada por Lavalley, Houtzager e

Castello, defendendo a representação virtual – e Nadia Urbinati (2006) – ao propor uma forma não-eleitoral de representação. A seguir, buscamos nos aproximar dessas ideias a fim de conhecer perspectivas possíveis acerca do conceito de representação.

Pitkin (2006) explicava que o conceito de representação envolvia um significado complexo e altamente abstrato, sendo um fenômeno cultural e político. "A palavra latina *repraesentare* significa 'tornar presente ou manifesto; ou apresentar novamente', e, no latim clássico, seu uso é quase inteiramente reservado para objetos inanimados" (PITKIN, 2006, p. 17). A autora acreditava que para compreender como o conceito de representação entrou no campo da agência e da atividade política, seria necessário ter em mente o desenvolvimento histórico das instituições. Nesse sentido,

Os cavaleiros e os burgueses que iam ao Parlamento começaram a ser vistos como servidores ou agentes de suas comunidades. Eles eram pagos pelas comunidades e, quando retornavam, podiam ser solicitados a prestar contas do que haviam feito no Parlamento (PITKIN, 2006, p. 22).

Assim, do século XIV ao século XVII, desenvolveu-se uma gradual ação de cavaleiros e burgueses no Parlamento, que descobriram que tinham queixas comuns, e começaram a apresentar petições comuns, ao invés de petições separadas – essas ações conjuntas, explicou a autora, eram seguidamente em oposição ao Rei.

Thomas Hobbes (1651) publicou o *Leviathan*, quando foi feito o primeiro exame da ideia de representação na teoria política (PITKIN, 2006). Nesse sentido,

Hobbes define a representação em termos dos aspectos formais da agência legal, especialmente em termos de autorização: um representante é alguém que recebe autoridade para agir por outro, que fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. A representação pode ser "limitada", sendo autorizadas apenas algumas ações específicas sob restrições específicas, ou pode ser "ilimitada". O último tipo dá lugar à soberania (PITKIN, 2006, p. 28).

Avritzer (2007) explicou que em sua obra, Pitkin reconstruiu a origem do termo representação na modernidade, a partir de uma releitura de Hobbes, que lançou os fundamentos de um conceito não-religioso capaz de romper com a doutrina cristã, buscando dois fundamentos seculares para a noção de

representação. O primeiro, "[...] na Grécia, com a idéia de *prosopon*, isto é, da substituição de uma pessoa por outra no teatro" e o segundo "[...] em Roma, com a idéia do procurador em Cícero" (AVRITZER, 2007, p. 445/446). O pesquisador explicou que Hobbes introduziu o termo ação "[...] para designar todos os atos pelos quais os autores têm responsabilidade, a qual pode ser tanto direta quanto transferida por um ato explícito de autorização" (AVRITZER, 2007, p. 446).

No entanto, ainda que o conceito de representação estivesse acabado antes do final do século XVII, seu desenvolvimento na teoria política continuou como pano de fundo das grandes revoluções democráticas do final do século XVIII e depois nas lutas políticas e institucionais do século XIX, a saber, "[...] o sufrágio, a divisão em distritos e a proporcionalidade, os partidos políticos e os interesses e políticas, a relação entre as funções legislativas e executivas e as instituições legislativas e executivas" (PITKIN, 2006, p. 30). Duas questões foram destacadas por Pitkin (2006) no que diz respeito: 1) a polêmica sobre o mandato e a independência – um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor? – e 2) a relação entre a representação e a democracia.

Loureiro (2009) sustentou que Pitkin (2006) trouxe uma grande contribuição ao propor uma mudança na concepção de representação centrada nas intenções e atos de indivíduos, operando um deslocamento de foco: de uma relação entre duas pessoas – e da visão do representante como um advogado ou delegado – para uma abordagem da representação como um arranjo institucional público. Assim, a representação política passou a ser vista como uma atividade social. Para sustentar o argumento, Pitkin (2006) distinguiu quatro visões de representação: formalista, descritiva, simbólica e substantiva. Loureiro (2009, p. 67) explicou que

Na visão formalista, inclui-se tanto a representação por autorização prévia, originária de Hobbes (para quem o representante é aquele que recebeu uma autorização para agir por outro) quanto a representação por responsabilização a posteriori (originária do pensamento liberal), na qual a essência da representação é a *accountability* ou responsividade do representante. Enquanto a representação descritiva é a correspondência ou semelhança acurada com o que é representado, um espelho ou reflexo dele, a representação simbólica implica usar símbolos para fazer presente alguma coisa que, de fato, não esteja presente (LOUREIRO, 2009, p. 67).

Já a representação substantiva estaria relacionada à substância do que é feito, ou seja, "não basta supor que o agente tenha o direito de agir em nome do principal, independentemente do que ele faz, mas ao contrário, a representação refere-se à substância do que é feito" (LOUREIRO, 2009, p. 67). O quadro 3 sistematiza as características das quatro visões de representação de Pitkin (2006).

QUADRO 3 - As visões de representação em Hanna Pitkin

Tipos de representação	Breve caracterização	Principais questões de pesquisa	Padrões implícitos de avaliação dos representantes
1. Representação formalística	O arranjo institucional precede e inicia a representação. Representação formal, com duas dimensões: autorização e <i>accountability</i> .	Qual é a posição institucional do representante?	Nenhum
(Autorização)	Meios pelos quais o representante obtém sua posição, status e cargo.	Por qual processo o representante ganha poder (eleições) e por quais meios o representante pode garantir suas decisões?	Sem padrões para avaliar o comportamento do representante. Pode-se apenas analisar se ele ocupa ou não legitimamente sua posição.
(<i>Accountability</i>)	A capacidade do eleitor de punir seus representantes por falhas em agir de acordo com seus desejos (votando em candidato de fora do cargo) ou a responsividade do representante para com os eleitores.	Quais são os mecanismos de sanção disponíveis para os eleitores? É o representante responsivo frente às preferências de seus eleitores?	Sem padrões para avaliar o comportamento do representante. Pode-se apenas determinar se o representante pode ou não ser sancionado ou se tem sido responsivo.
2. Representação simbólica	Os modos pelos quais o representante se coloca para o representado, isto é, o significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados.	Qual tipo de resposta é invocada pelo representante nos que estão sendo representados?	Representantes são avaliados pelo grau de aceitação que o representante tem entre os representados.
3. Representação descritiva	Extensão em que o representante se assemelha aos que estão sendo representados.	O representante tem semelhança e interesses comuns ou partilha experiências com o representado?	Avaliação do representado pela semelhança entre representante e representado.
4. Representação substantiva	A atividade dos representantes – isto é, as ações realizadas em nome e no interesse de, como um agente de e como um substituto para o representado.	O representante encaminha as políticas preferidas que melhor servem aos interesses dos representados?	Avaliação do representante pela extensão em que os resultados das políticas públicas encaminhadas pelo representante servem aos melhores interesses dos eleitores.

Fonte: Loureiro, 2009, p. 68.

Segundo Pitkin (2006), o teórico mais famoso que defendeu a independência foi Edmund Burke (2012). Segundo Burke, "[...] a relação de cada parlamentar é com a nação como um todo, ele não se encontra numa relação especial com seu eleitorado; ele representa a nação, não aqueles que o elegeram" (PITKIN, 2006, p. 31). Ainda assim, Burke (2006) atribuía à Câmara dos Comuns um papel especial, defendendo os parlamentares eleitos e a extensão do sufrágio (PITKIN, 2006).

Para Burke (2012 [1774]) a representação política dizia respeito às relações entre os representantes eleitos e seus eleitores. Ao ser eleito como um

dos membros do Parlamento inglês pela cidade de Bristol, no início de novembro de 1774, ele proferiu o famoso *Discurso aos eleitores de Bristol*. Burke distinguiu entre o que chamou de representação “virtual” e “efetiva” (PITKIN, 2006, p. 32, citando BURKE, 1949), sendo a primeira "uma comunhão de interesses e uma simpatia de sentimentos e desejos entre aqueles que agem em nome de uma imagem qualquer do Povo e o Povo em cujo nome eles atuam, ainda que os fiduciários não sejam efetivamente escolhidos por eles". Lavallo, Houtzager e Castello (2006, p. 89) esclareceram que

Nas palavras de Burke (1792), ‘Representação virtual é aquela em que há comunhão de interesses e empatia de sentimentos e desejos entre aqueles que atuam em nome de quaisquer pessoas e as pessoas em nome das quais eles atuam – embora os primeiros (fiduciários) não tenham sido, de fato, escolhidos pelos segundos’.

Já a representação efetiva "significa ter voz, de fato, na escolha do representante" (PITKIN, 2006, p. 32). Pitkin (2006) explicou que para o autor, o representante seria um porta-voz do interesse do seu distrito (por exemplo, do interesse mercantil).

Sustentando existir um elo entre representação virtual¹³ e inclusão política, assim como uma aproximação com a ideia de *advocacy*¹⁴, em 2006 Lavallo, Houtzager e Castello afirmavam que os atores da sociedade civil assumiam um protagonismo mediante seus trabalhos de *advocacy*, na medida em que além de vocalizarem causas diversas, desempenhavam também funções de intermediação perante o poder público na forma de representação virtual.

A *advocacy* também foi assunto estudado por Almeida (2013). Para a autora, “O que as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e indivíduos estão representando na esfera pública é um discurso sobre direitos ou temas, e não um conjunto específico de pessoas” (ALMEIDA, 2013, p. 51).

¹³ Para os pesquisadores, a representação virtual, ou presuntiva, diz respeito às práticas de representação alternativas que não envolvem mecanismos de autorização, com especial ênfase àquelas desempenhadas pelas organizações da sociedade civil.

¹⁴ O termo pode ser compreendido como “[...] argüir em favor de algo ou alguém, defender mediante argumento, recomendar a adesão ativa de uma causa, justificar publicamente o valor de algo ou alguém” (LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006, p. 91).

Além da *advocacy*, a pesquisadora destacou outros critérios de legitimidade mapeados pela literatura.

O primeiro é aquele que recupera a dimensão descritiva da representação, que aponta para a importância de incluir grupos sistematicamente ausentes das esferas políticas e representativas, a partir da diversidade dos grupos sociais – como por exemplo, mulheres e minorias raciais e étnicas. Outro aspecto a ser considerado é a representação da sociedade civil nas áreas de políticas públicas, como por exemplo os conselhos de políticas, comitês de bacia hidrográfica e Orçamentos Participativos (OP) no Brasil. “Nesses casos, atores sociais com determinada especialização temática ou experiência participativa são chamados a partilhar o poder decisório e/ou a discutir em conjunto com atores estatais o destino de algumas políticas” (ALMEIDA, 2013, p. 51).

Outra autora que trabalhou com uma forma não-eleitoral de representação é Urbinati (2006). Ela refletia sobre “[...] as condições que tornam a representação democrática um modo de participação política” (URBINATI, 2006, p. 191) e argumentava que a democracia representativa era uma forma de governo original, diferente da democracia eleitoral.

Urbinati (2006) apresentou três perspectivas da representação que emergiam quando se olhava como o governo representativo funcionou ao longo de seus duzentos anos de história (do parlamentarismo liberal e sua transformação democrática, após a Segunda Guerra Mundial): jurídica, institucional e política. As duas primeiras seriam interconectadas, sendo a teoria jurídica mais antiga. Foi chamada de jurídica, pois referia-se à representação como um contrato privado de comissão. Nesse sentido, “O modelo jurídico configura a relação entre representado e representante conforme as linhas de uma lógica individualista e não-política, na medida em que supõe que os eleitores julgam as qualidades pessoais dos candidatos” (URBINATI, 2006, p. 198). A pesquisadora afirmou que

Tanto a teoria jurídica como a teoria institucional da representação assumem que o Estado (e a representação como seu mecanismo produtivo e reprodutivo) deve transcender a sociedade de modo que se assegure o Estado de Direito, e que as pessoas devem encobrir suas identidades sociais e concretas para tornar os mandatários agentes imparciais de decisão. Elas

supõem que a identidade jurídica do eleitor/autorizador é vazia, abstrata e anônima, sua função consistindo em “nomear” políticos profissionais que tomem decisões às quais os eleitores se submetem voluntariamente (URBINATI, 2006, p. 200).

Loureiro (2009) explicou que as teorias jurídica e institucional, para Urbinati, se expressavam em linguagem formalista, baseando-se na analogia entre Estado e Pessoa e em uma concepção voluntarista de soberania. Ambas as teorias suporiam que a função dos eleitores se resumiria à nomeação de políticos que tomassem decisões às quais eles se submetiam voluntariamente.

Já a representação política romperia com os dois modelos mencionados, por não pertencer a instituições governamentais, sendo “[...] uma forma de processo político que é estruturada nos termos da circularidade entre as instituições e a sociedade, e não é confinada à deliberação e decisão na assembleia” (URBINATI, 2006, p. 201). Dessa forma, a variedade de fontes de informação, de comunicação e de influência que os cidadãos ativam através da mídia, movimentos sociais e partidos políticos “[...] dão o tom da representação em uma sociedade democrática, ao *tornar o social político*” (URBINATI, 2006, p. 203, grifos da autora). A representação política transformaria e expandiria a política “[...] na medida em que não apenas permite que o social seja traduzido no político; ela também promove a formação de grupos e identidades políticas” (URBINATI, 2006, p. 218).

Ainda com relação à representação política, a autora afirmava que ela invalidava a opinião de que a sociedade seria a soma de indivíduos dissociados, contrapondo-se a “[...] uma concepção da democracia como uma multidão numérica de unidades singulares ou associadas forçadas a delegar seu poder pela simples razão de que uma multidão não pode ter uma vontade” (URBINATI, 2006, p. 210). A política representativa, assim, diferenciava-se da democracia direta, pois os eleitores espelhavam uma complexidade de opiniões, não sendo meras quantificações. “Pode-se, portanto, dizer que a democracia representativa revela o trabalho ‘miraculoso’ das opiniões e narrativas ideológicas de uma forma que a democracia direta não é capaz, pois ela nos compele a transcender o ato de votar [...]” (URBINATI, 2006, p. 212). Loureiro (2009, p. 82/83) apresentou as principais linhas de argumentos desenvolvidas pela autora:

1. A representação está ligada à história e à prática democrática, ou seja, democracia e governo representativo têm a mesma origem histórica e funcional e se influenciam mutuamente. 2. Várias teorias de representação podem ser diferenciadas, dependendo da relação entre Estado e sociedade civil. 3. Na relação entre Estado e sociedade civil, há um papel importante para a ideologia e para os partidos, o que tem sido pouco destacado na teoria política contemporânea, marcada pela abordagem racionalista da deliberação (LOUREIRO, 2009, s.n.).

Lüchmann (2011) esclareceu que na literatura existiam diversos exemplos de representação alternativa ou de práticas de representação política exercidas por indivíduos e grupos, e que operavam sob pressupostos diferentes do modelo eleitoral. Estes exemplos poderiam oscilar entre experiências de representação formais ou informais e coletivas ou individuais.

Entre os exemplos de representação formal de base individual, a autora citou as audiências públicas e os conselhos consultivos. No caso da representação coletiva e informal, apresentou os exemplos de atuação de ONGs e movimentos sociais. Outra situação ocorria nas citações e análises de práticas de representação individual e informal, como no caso de um discurso de Bono, cantor do U2 – reconhecido como um ativista social – que durante a campanha *Make Poverty History*, em 2004, disse: “eu represento um grande número de pessoas [na África] que absolutamente não têm voz [...] Eles não me pediram para representá-los. É atrevido, mas eu espero que eles fiquem contentes por eu fazer isso” (LÜCHMANN, 2011, p. 153). Sobre este tipo de representação realizado por celebridades, Wainberg (2016, p. 3) afirmou que o “ativismo das estrelas acontece em especial nos graves momentos de transição política e de crise social. Este tipo de engajamento tem o efeito de chamar a atenção do público”, sendo que “Os astros oferecem aos atos políticos credibilidade e aura”. Ainda segundo Wainberg (2016), mesmo em momentos distantes das crises e das eleições, o ativismo das estrelas é eficiente¹⁵. Nesse sentido, “A UNICEF reconheceu o poder de comoção que estas personalidades produzem na divulgação de campanhas humanitárias ao escolhê-las como seus embaixadores” (WAINBERG, 2016, p. 4).

Já a representação das associações junto aos Conselhos Gestores no Brasil seria um exemplo de representação coletiva e formal. Nesse sentido,

¹⁵ Eficiência é entendida como a capacidade de alcançar as metas propostas com menor recurso possível (STORNER; FREEMAN, 1994).

Lüchmann (2011) apresentou uma tipologia das representações alternativas ao modelo eleitoral¹⁶, que se aproximam dos exemplos mencionados, a saber: 1. informal e individual; 2. informal e coletiva; 3. formal e individual; e 4. formal e coletiva (QUADRO 4).

QUADRO 4 - Tipologia das práticas alternativas de representação política

Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Informal e individual	Informal e coletiva	Formal e individual	Formal e coletiva
Atuações e manifestações públicas de indivíduos que reclamam a representação sem autorização para tal	Atuações e manifestações públicas de associações que reclamam a representação sem autorização para tal	Atuações e manifestações públicas de indivíduos que foram autorizados e selecionados, de diferentes formas, para o exercício da representação	Atuações e manifestações públicas de associações que foram autorizadas e selecionadas, de diferentes formas, para o exercício da representação

Fonte: Lüchmann, 2011, p. 154.

Sobre os diferentes tipos alternativos de representação, constatamos que alguns carecem de autorização (de mandato). Nessas situações, Lavallo e Vera (2011, p. 127) sustentaram tratar-se de uma representação presumida, animada pela afinidade, sendo que

Via de regra, os atores das novas modalidades formais e informais de representação extraparlamentar carecem de autorização, ou seja, são exercidas por afinidade, de modo virtual, presuntivo (*assumed*), substitutivo (*surrogate*), autoassumido (*self-authorized*), em qualidade de mediadores políticos (*mediated politics*) e no exercício de práticas de representação não eleitorais (*non-electoral political representation*), como representação cidadã (*citizen representatives*) ou simplesmente advogando (*advocacy*) como representantes discursivos (*discursive representatives*) – para citar apenas alguns dos vocábulos de um repertório semântico recente e crescente, dedicado a apreender e conferir significado

16 Importante observação é feita pela autora, que explica que certamente existem combinações possíveis entre os diferentes tipos apresentados, não sendo, portanto, dimensões estáticas.

à pluralização da representação em curso (LAVALLE E VERA, 2011, p. 127).

Para Young (2006), muitos discursos sobre a representação assumiam que a pessoa que representa se põe numa relação de substituição ou de identidade com os representados, que, embora ausentes, se fazem presentes na figura do representante – esses discursos, portanto, sustentam a representação como uma substituição. A autora apresentou uma compreensão diferenciada e conceitualizou a representação “[...] como um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p. 142).

“As instituições representativas contribuem para organizar as discussões e as tomadas de decisão políticas ao introduzir procedimentos e uma pertinente divisão do trabalho” destacou Young (2006, p. 156). A pesquisadora entendeu que as instituições da sociedade civil eram arenas importantes para a participação cidadã e contribuíam para manter a conexão entre representantes e eleitores.

A autora distinguiu três modos pelos quais uma pessoa poderia ser representada: interesses, opiniões e perspectivas. A representação do interesse seria a mais corrente na prática política, e talvez a mais presente na teoria da representação. A pesquisadora definiu interesse como “[...] aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações” (YOUNG, 2006, p. 158).

Já na representação de opiniões, o veículo mais comum eram os partidos políticos. Por opiniões, a autora entendeu “[...] os princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados” (YOUNG, 2006, p. 159), sendo, portanto, um juízo ou crença sobre como as coisas são ou devem ser. Dessa forma, salientou que as opiniões poderiam ser religiosas, culturalmente baseadas numa visão de mundo, em sistemas de conhecimentos disciplinares, ou em um conjunto de princípios normativos (como os do libertarianismo ou da ecologia radical).

A “perspectiva social” abordada por Young (2006, p. 162) considerou que “[...] pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento”. Assim, a partir de

suas posições sociais, as pessoas estariam sintonizadas a certos significados e relacionamentos sociais. Dessa forma, cada grupo diferentemente posicionado teria uma experiência ou um ponto de vista acerca dos processos sociais. “Nesse sentido, a perspectiva difere do interesse e da opinião. A perspectiva social consiste num conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões” (YOUNG, 2006, p. 163). Com isso, a autora sustentou que os interesses, as opiniões e as perspectivas são três importantes aspectos das pessoas que podem ser representadas.

Partindo do pressuposto da ampliação da representação exercida por atores da sociedade civil, que passam a se constituir de forma organizada, muitas vezes através de organizações, consideramos válida a tentativa de compreender a natureza dessas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) – arenas importantes de conexão entre o poder público e a sociedade civil.

2.3. Organizações da sociedade civil

Identificamos a presença significativa de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no cenário brasileiro. “A redefinição da noção de sociedade civil e do que ela designa talvez tenha constituído o deslocamento mais visível produzido no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal”, explicava Dagnino (2004, p. 100). Para a autora, o crescimento e o novo papel desempenhado pelas Organizações Não-Governamentais, aliados à emergência do chamado terceiro setor e das Fundações Empresariais e a marginalização dos movimentos sociais, serviam como evidências a esse movimento de redefinição. A pesquisadora alertava, em 2004, que “O resultado tem sido uma crescente identificação entre ‘sociedade civil’ e ONG, onde o significado da expressão ‘sociedade civil’ se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de Terceiro Setor” (DAGNINO, 2004, p. 100). O termo OSC tem sido adotado em especial pelo setor das organizações de defesa de direitos, com o objetivo de desvincular a ação das entidades do Estado. Dessa forma, as entidades se afirmam como fruto da organização autônoma da sociedade, com objetivos de promoção e defesa de direitos. Por OSC podemos entender a pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica de associação ou fundação privada. São as entidades nascidas da livre organização e participação social da

população. Também podemos entendê-las como importantes atores sociais e políticos, que de várias formas trazem à vida as premissas da democracia participativa e do controle social presentes na Constituição de 1988 (ABONG, 2016).

Habermas (1984, p. 244) já sinalizava que era possível “entender as associações públicas como “[...] instituições das forças socialmente ativas: organizações privadas da sociedade, exercendo funções públicas dentro da ordem política”.

Para Habermas (1984, p. 17), “[...] a esfera pública continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político”. Para o autor, “o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao que é privado” (HABERMAS, 1984, p. 14), sendo que o sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública. Ele explicou que o uso corrente das nomenclaturas público e esfera pública denunciava uma multiplicidade de significados concorrentes. Públicos poderiam ser entendidos enquanto eventos, acessíveis a todos, em contraposição às sociedades fechadas. Outro significado de público remeteria a prédios públicos, o que não significaria que todos tivessem acesso a ele, mas sim ao fato de abrigarem instituições do Estado – portanto, públicas. Em outra acepção da palavra, públicos poderiam ser compreendidos “[...] quando se fala de uma ‘recepção pública’, em tais ocasiões, desenvolve-se uma força de representação, em cuja ‘natureza pública’ logo entra alguma coisa de reconhecimento público” (HABERMAS, 1984, p. 14). Ou ainda, a palavra teria outra significação quando se dizia que alguém alcançou renome público. Mas o emprego mais frequente dessa categoria diz respeito à opinião pública.

Oliveira e Haddad (2001, p. 62) entendiam que o termo sociedade civil correspondia “[...] à população de cidadãos, ou esfera privada, e abrange suas variadas formas de organização e expressão com ou sem fins lucrativos, podendo ser legalmente constituídas ou espontâneas e informais”. Salientavam que desde os anos 70, a expressão passou a ser Sociedade Civil Organizada, como uma referência ao fenômeno de participação crescente dos cidadãos em assuntos antes exclusivos à esfera pública – como na defesa da justiça social e na promoção de causas de interesse geral. Afirmavam que “[...] sociedade civil organizada e OSCs confundem-se para designar o multifacetado universo das

organizações constituídas livremente por cidadãos” (OLIVEIRA, HADDAD, 2001, p. 62) que passavam a atuar diante da carência de produtos e serviços do Estado e do mercado.

Por Organização da Sociedade Civil (OSC) assumimos o conceito de Bludeni (2017), que a compreende como “pessoa jurídica de direito privado¹⁷, com personalidade jurídica de associação ou fundação privada, inclusive as organizações religiosas e cooperativas sociais” (BLUDENI, 2017, p. 14). Conforme o art. 2, I, da Lei 13.019/2014¹⁸ (conhecida como o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) são consideradas como OSCs: 1) entidades privadas sem fins lucrativos, que não distribuam nenhum valor auferido de sua atividade, aplicando-o diretamente no objetivo da organização; 2) sociedades cooperativas, previstas pela Lei 9.867/99; e 3) organizações religiosas¹⁹ que mantenham atividades ou projetos de interesse social, diversos do interesse religioso. Assim, é possível elencarmos algumas entidades que podem ser enquadradas como OSCs, considerando sua natureza jurídica. Outro critério que pode ser usado para classificar as OSCs diz respeito a qualificação. Assim, por exemplo, a Lei 9790/1999 dispõe sobre a qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Essa qualificação é outorgada pelo Ministério da Justiça, nos termos do art. 5 da mencionada lei, desde que os objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes

¹⁷ A Lei 10.406/2002 (Código Civil) determina que as pessoas jurídicas são de direito público (interno ou externo) e de direito privado. O art. 44 da referida Lei estabelece quais são as pessoas jurídicas de direito privado, a saber: associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada.

¹⁸ Segundo o art. 2, I, da Lei nº 13.019/2014, são consideradas como organizações da sociedade civil: “a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; b) as sociedades cooperativas previstas na Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos” (BRASIL, 2014).

¹⁹ Vale mencionar que as organizações religiosas, tal como definidas na Lei 13.019/2014, só podem ser equiparadas a OSC caso se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos, como iniciativas educacionais, assistências e outras (IPEA, 2017).

finalidades: assistência social, educação, saúde, segurança alimentar, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, meio ambiente, entre outros²⁰.

A Lei 9637/1998, por sua vez, regula a qualificação de entidades como organizações sociais. Referida qualificação é concedida pelo Poder Executivo às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. No quadro a seguir podemos identificar exemplos de OSCs (QUADRO 5).

QUADRO 5 – Exemplos de OSCs

Natureza jurídica/qualificação	Fundamento legal
Associações	Art. 53 do Código Civil
Fundações	Art. 62 do Código Civil
Cooperativas Sociais	Lei 9.867/99
Cooperativas	Lei 5764/71
Organização Religiosa	Lei 10825/03
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público	Lei 9790/1999
Organizações Sociais	Lei 9637/1998

Fonte: A autora.

O Decreto Federal 8.726/2016, que regulamentou o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, determinou que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) seria o responsável pela gestão do Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Tal mapa tem como finalidade “dar transparência, reunir e publicizar informações sobre as organizações da sociedade civil e as parcerias celebradas com a administração pública federal a partir de bases de dados públicos”, nos termos do art. 81. Lopez (2018) explica que foram consideradas como OSCs apenas as entidades que se enquadravam, ao mesmo tempo, nos seguintes critérios: 1) privadas e sem vínculo jurídico ou legal ao Estado; 2) sem finalidades lucrativas, ou seja, não distribuem o excedente entre proprietários ou diretores, e, se houver geração de superávit, este é aplicado em atividades-fim da organização; 3) legalmente constituídas, ou seja, possuem personalidade jurídica e inscrição no CNPJ; 4) autoadministradas e gerenciam suas próprias atividades de modo autônomo; e 5) constituídas de

²⁰ A íntegra dos objetivos sociais pode ser encontrada no art. 3 da Lei 9790/1999.

forma voluntária por indivíduos, e as atividades que desempenham são de livre escolha por seus responsáveis. No Brasil esses critérios correspondem a três tipos jurídicos do Código Civil: associações privadas, fundações privadas e organizações religiosas (LOPEZ, 2018).

As cooperativas também podem ser compreendidas como OSCs. No entanto, “Para a classificação do CNPJ, as cooperativas em geral, sociais ou não, constituem uma natureza jurídica do tipo *entidade empresarial*” e como “Não há um registro oficial que reúna as cooperativas sociais e as demais que atuem em prol do interesse público”, essas entidades não foram contempladas no universo de OSCs do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (LOPEZ, 2018, p. 16).

Tanto as Organizações da Sociedade Civil, como as Organizações Sociais e as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público integram o terceiro setor, que pode ser entendido como o conjunto de instituições de caráter privado que se dedicam ao bem-estar e ao aperfeiçoamento social. No caso das OSCs, conforme o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (LOPEZ, 2018) foram consideradas oito grandes áreas: saúde, educação e pesquisa, cultura e recreação, assistência social, religião, associações patronais e profissionais, defesa de direitos e interesses, outras atividades associativas e outras OSCs. Vale lembrar que as áreas *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses* e as organizações com *finalidade religiosas* são os dois principais grupos de OSCs do país e representaram mais de seis em cada dez organizações em atividade (grifos nossos).

As OSCs são representadas por uma pessoa que atua como representante – um representante da sociedade civil – que é convidado a “participar de debates e grupos responsáveis pelo direcionamento de programas sociais e a promoção dos direitos humanos”²¹. Optamos por denominar o representante da OSC como representante institucional. Sua atuação se manifesta de diferentes formas, em variados espaços representativos e em formatos também distintos, sendo que uma possibilidade de atuação do representante institucional ocorre através de sua participação em conselhos de políticas públicas.

²¹ Para esclarecimentos adicionais, sugerimos acessar <https://fia.com.br/blog/organizacao-da-sociedade-civil/>.

2.4. Conselhos de políticas públicas

Desde o início da redemocratização no Brasil, os espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade se tornaram parte integrante da gestão de políticas públicas, sendo que diversos artigos na Constituição Federal de 1988 definiram a participação social como necessária em algumas políticas específicas (LIMA et al, 2014). Surgem, assim, alguns instrumentos de participação institucionalizada em políticas públicas, como os Conselhos Gestores, as conferências, o Orçamento Participativo, os Planos Diretores Participativos (TEIXEIRA, MORONI, MARX, 2009), além das audiências e consultas públicas, ouvidorias, entre outros (ALENCAR et al, 2013).

A participação social assumiu, portanto, um lugar central, na medida em que buscou fortalecer a sociedade civil e, ao mesmo tempo, qualificar os processos governamentais, aprimorando a formulação, gestão e controle das políticas públicas (ALENCAR et al, 2013). Com isso, novos atores seriam incluídos em espaços políticos institucionais, o que levaria a uma maior proximidade entre Estado e sociedade no processo de produção das políticas. Dessa forma, com a criação desses espaços, seria ampliada a representação característica da democracia formal (TEIXEIRA, MORONI, MARX, 2009). Nesse contexto, “[...] a necessidade de criação de fóruns participativos e inclusivos [...] orientou as primeiras análises sobre instituições participativas (IPs), entre os anos 1990 e início dos anos 2000 no Brasil” (ALENCAR et al, 2013, p. 116).

No entanto, se por um lado as instituições participativas podem ser descritas como elementos de mitigação de tradicionais desigualdades políticas (na medida em que ampliam o acesso de atores excluídos do sistema formal), também recebem críticas, no sentido de reproduzirem as desigualdades em seu interior (ALENCAR et al, 2013). Alencar et al (2013) explicam que a literatura apresenta distinção entre “otimistas” e “céticos” com relação às instituições participativas. Para os primeiros, essas instituições favorecem a inserção de movimentos sociais em arenas políticas institucionalizadas e abrem espaço para grupos sociais que ainda não estão representados através do parlamento. Já para os segundos, os fóruns participativos tenderiam a ser ocupados por atores em condições de se organizar e que possuem recursos financeiros – os grupos sociais historicamente excluídos permaneceriam, dessa forma, sem acesso.

É possível destacarmos os conselhos gestores entre as variadas experiências participativas da sociedade civil, em razão da sua previsão normativa e por sua expansão nos diferentes entes da federação, além de pautarem diversas temáticas (SANTOS, MARQUES, OLIVEIRA, 2016, p. 62). Santos, Marques e Oliveira (2016), a partir de entendimentos de Tabagita e Teixeira (2007), apresentaram algumas características acerca das experiências participativas, como: 1) são instituições de participação permanentes; b) têm a função de incidir sobre políticas públicas específicas; e c) devem ser constituídas por representantes do Estado e por membros da sociedade, na condição paritária de membros com voz e voto.

A atuação da sociedade civil nos conselhos pode se apresentar de diversas maneiras, como na ação deliberativa, fiscalizatória, consultiva e/ou mobilizatória. Porém, independente da ação empreendida, o que merece destaque é que ela constitui um potencial instrumento de construção de novas relações políticas (SANTOS, MARQUES, OLIVEIRA, 2016)²².

Entre outras instâncias de participação, os Conselhos de Políticas Públicas foram criados a partir da regulamentação das políticas constitucionalmente previstas, em especial nas áreas de saúde, assistência social e direitos da criança e do adolescente (LIMA et al, 2014). Assim, a vontade política dos governantes e as forças da sociedade civil resultaram na criação de muitos Conselhos Gestores de Políticas Públicas (TEIXEIRA, MORONI, MARX, 2009).

Os conselhos de políticas públicas podem ser definidos como colegiados “[...] cuja finalidade é promover o diálogo entre sociedade civil e poder público para a formulação, gestão ou controle de políticas públicas” (ALENCAR et al, 2013, p. 113). Para Teixeira, Moroni e Marx (2009), eles funcionam como órgãos de cogestão entre sociedade civil e Estado, constituindo-se em espaços de representação de grupos sociais (como de pessoas que usufruem dos serviços públicos, profissionais, sindicatos, empresas públicas e privadas e outras organizações que prestam atendimento à população). Lüchmann (2011) explica que essa modalidade representativa parece se enquadrar no conjunto de

²² Essa afirmativa nos faz recordar Habermas (1984, p. 16) ao mencionar que “Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram”.

exemplos de experiências alternativas de representação política, na medida em que se constituem como espaços deliberativos.

A participação nesses conselhos costuma se dar, de forma indireta, pelos representantes do governo e grupos organizados da sociedade civil, que podem ser membros de associações, organizações não governamentais, entidades sindicais, empresas privadas ou órgãos do poder público (IPEA, 2013). Segundo Lüchmann (2007, p. 145), os Conselhos Gestores apresentavam uma natureza jurídica que “[...] imprime um caráter legal ao seu status deliberativo na definição, decisão e no controle das principais diretrizes e ações governamentais nas diferentes áreas de políticas sociais”.

Estes conselhos são vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade “[...] permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas” (LIMA et al, 2014, p. 7). No entanto, ainda que diretamente ligados a órgãos do poder executivo, “[...] são instituições híbridas, que agregam Estado e sociedade, e constituem-se em canais de participação política, deliberação institucionalizada e divulgação das ações do governo” (ALENCAR et al, 2013, p. 113).

Em geral, esses órgãos foram instituídos por decretos ou leis de iniciativa do poder Executivo (TEIXEIRA, MORONI, MARX, 2009). A mesma lei que cria os Conselhos define quem participa, havendo variações na sua composição, tanto no que se refere aos setores representados quanto à forma de eleição ou escolha dos representantes (em geral, sua composição é orientada pelo princípio da paridade, como no caso do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho da Assistência Social, que têm sua paridade definida em lei federal). Conforme Lüchmann (2007), a composição dos conselhos conjuga uma participação coletiva (em que há auto-apresentação das entidades escolhidas como tal) com uma representação coletiva (em que entidades são escolhidas por representarem outros setores sociais). Neste caso, a representação está ancorada na legitimidade destas organizações em promover a defesa de variadas “causas” sociais e demandas e interesses de diferentes grupos e setores.

A mesma lei que institui o Conselho, define se o mesmo é consultivo ou deliberativo. Os primeiros emitem pareceres e/ou opiniões sobre determinada

ação do governo, não tendo poder de decisão sobre a diretriz da política em questão. Trabalham com recomendações a serem consideradas pelos órgãos vinculados diretamente a si, ou por outros órgãos, que podem ou não acatar as recomendações. Já os segundos deliberam, tendo autoridade para analisar, intervir e/ou propor ações sobre determinada política setorial (TEIXEIRA, MORONI, MARX, 2009), sendo considerados mais fortes institucionalmente que os primeiros, já que o Estado lhes atribuiu maior potencial de influência sobre as políticas públicas (LIMA et al, 2014).

Tanto a lei que criou o Conselho, quanto o seu Regimento Interno, podem definir o seu funcionamento e a sua organização. O Regimento normalmente inclui deveres e direitos dos conselheiros, direito de voto, periodicidade das reuniões, critérios para formação e funcionamento das comissões, entre outros aspectos. Em geral, o que se observa é que os Conselhos se organizam através de reuniões plenárias, comissões (ou grupos de trabalho), secretaria executiva, diretoria e audiências públicas (TEIXEIRA, MORONI, MARX, 2009).

Observamos que os Conselhos são, portanto, regulamentados por normas que apresentam diretrizes com relação à participação de seus membros, funcionamento e organização. Lima et al (2014, p. 16) argumentam que ficamos diante da institucionalização do conselho, que “[...] pode ser entendida como a capacidade de o conselho responder às exigências burocráticas do processo de gestão de políticas públicas, sendo capaz de inserir-se nele nas suas diferentes etapas”. Os pesquisadores apresentam a ideia de institucionalização da participação, que se contrapõe a uma participação “mais livre”. Consideram que “Os conselhos e outras instituições participativas são organizações cujo funcionamento se estrutura por regras formalizadas em estatutos, regimentos e outros documentos orientadores” (LIMA et al, 2014, p. 10), sendo a participação vista como estratégica para alguns atores sociais. Lüchmann (2011, p. 157) também sustenta que os “Conselhos estão estruturados em regras que estabelecem, em função de sua trajetória de constituição, a representação por via das organizações da sociedade civil, vistas como portadoras legítimas dos interesses sociais”.

A representação conselhistas pode ser compreendida como uma atuação política, sendo uma prática que faz parte “[...] de um conjunto mais amplo de ações e estratégias políticas das associações e movimentos sociais”

(LÜCHMANN, 2011, p. 146). Com essa premissa, Lüchmann (2011) sustentava que a representação institucional passava a ser um novo repertório de ação política das associações. Estas, juntamente com os movimentos sociais, desenvolvem atividades de representação da população de onde estão inseridas (como as associações comunitárias, por exemplo), ou em causas e temas que recobrem determinados setores (como as associações feministas, por exemplo). Também podem defender o interesse de seus associados (como os sindicatos), ou ainda representar pessoas carentes (como no caso das entidades assistenciais e filantrópicas). Conforme a pesquisadora, “A representação institucional tornou-se mais uma modalidade de atuação política que foi incorporada, ou rotinizada, por um expressivo conjunto de associações e movimentos sociais. Nessa perspectiva, podemos dizer que essas práticas de representação se tornaram mais um repertório de ação política coletiva” (LÜCHMANN, 2011, p. 147).

Aspecto importante apontado pela autora diz respeito a presença maciça “[...] de associações comunitárias, ONGs, entidades filantrópicas e/ou de base religiosa e fundações como exemplos de associações que ocupam e exercem esses espaços de representação” (LÜCHMANN, 2011, p. 149). Para Lüchmann (2011), esse tipo de atuação representativa apresentava-se como uma nova frente de atuação política, visto que

De fato, a pluralidade de espaços – mais ou menos institucionais ou formais – de participação e de representação no país desencadeou um processo de institucionalização das associações e dos movimentos sociais, cada vez mais sobrecarregados e tensionados pela adoção de diferentes repertórios de ação política. Conselhos, conferências, audiências públicas, assembleias, seminários, reuniões, fóruns, entre muitos outros, conformam um complexo participativo que superpõe, fragmenta, e sobrecarrega a atuação dos sujeitos sociais, impactando a sua capacidade de representação institucional e de participação em suas esferas de atuação política e social (LÜCHMANN, 2011, p. 167).

Esse pluralismo de espaços evidencia o quanto a participação social assumiu um lugar central e como os conselhos tornaram-se uma importante experiência participativa da sociedade civil, aptos a promoverem o diálogo entre sociedade civil e poder público para incidência junto às políticas públicas. Como espaços aptos à promoção do diálogo, configuram-se como espaços capazes de

revelar a comunicação dissidente, que “se propõe a desafiar os padrões morais, políticos e culturais estabelecidos pelo senso comum. Ela expressa o desconforto e a oposição que um ator cultiva a um ou a vários aspectos de certo sistema social” (WAINBERG, 2016, p. 11). A comunicação dissidente pode ser difundida através dos meios convencionais e alternativos (WAINBERG, 2016), sendo que divulga uma atitude de contestação²³. Por isso, iniciativas de governo que pretendam arrefecer esses espaços, devem ser olhadas com cautela.

Fato vivenciado nesse sentido ocorreu em 11 de abril de 2019, quando foi publicado o Decreto 9.759 pelo Presidente Jair Bolsonaro, revogando o Decreto 8.243²⁴ e estabelecendo diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Parcela significativa da sociedade demonstrou preocupação com a medida²⁵. Segundo o MPF (2019), ao menos 35 conselhos seriam extintos²⁶ a partir de junho de 2019.

Em 16 de abril de 2019, o Partido dos Trabalhadores (PT) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade com pedido de medida liminar (ADI 6121) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Presidente da República, por conta do mencionado Decreto. Em 13 de junho de 2019, o plenário do STF decidiu por

²³ Wainberg (2017, p. 4) apresenta um exemplo para ilustrar seu argumento sobre os perigos que rondam a unanimidade: “O caso dos cartuns noruegueses que criticaram Maomé e que foram reproduzidos em 148 jornais de 67 países é exemplo pertinente ao papel exercido pela comunicação dissidente de alertar a comunidade dos perigos que rondam a unanimidade. Rose (2006) explica sua decisão de publicar as caricaturas como sendo uma resposta a vários incidentes de autocensura na Europa causados pelo aumento do medo e de sentimentos de intimidação ao se tratar de temas relacionados ao Islã”.

²⁴ Conforme art. 2º, II do Decreto, considera-se “conselho de políticas públicas - instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas” (BRASIL, 2014).

²⁵ O Ministério Público Federal, por exemplo, publicou nota pública nesse sentido, entendendo que os conselhos criados “[...] possibilitam a gestão compartilhada de políticas públicas, desde o âmbito municipal até o federal, e são canais efetivos de participação da sociedade civil, permitindo o exercício da cidadania ativa, incorporando as forças vivas de uma comunidade à gestão de seus problemas e à implementação de políticas públicas que possam solucioná-los”. Para o MPF, os conselhos garantem a inclusão de amplos setores sociais nos processos de decisão pública, fornecendo condições para a fortalecimento da cidadania e para o aprofundamento da democracia (MPF, 2019).

²⁶ Entre eles, Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap); Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae); Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT); Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI); Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena; da Comissão Nacional de Florestas (Conaflor); Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC); Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp); Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT); Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH); Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad); e Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

unanimidade impedir o Presidente a extinguir, via decreto, conselhos da administração federal que tenham amparo em lei – cabe salientar que a decisão é em caráter liminar, portanto, ainda provisória, sendo revisada em julgamento posterior (sem data definida).

Segundo os procuradores do PT, na referida ação, os conselhos, em seu caráter consultivo, representam instrumento de aproximação entre a sociedade civil e o governo. De acordo com a *Cartilha Política Nacional de Participação Social* (2014, p. 8), elaborada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, os conselhos de políticas públicas são “instâncias colegiadas temáticas e permanentes, instituídas por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo, destinadas a viabilizar a participação da sociedade civil no processo decisório e na gestão de políticas públicas”.

A iniciativa do governo em extinguir espaços como os conselhos já referidos nos causa preocupação. Sem adentrar nas questões jurídicas propriamente, e sabedores da necessidade de aprofundamento de outros eventuais interesses envolvidos nessa iniciativa, o que percebemos *a priori* é uma fragilização e tentativa de exclusão de espaços de diálogo entre a sociedade civil e o governo.

Vale recordar que o Decreto 8.243 foi publicado pela então Presidente da República Dilma Rousseff. Com ele, foi instituída a Política Nacional de Participação Social, com o objetivo de fortalecer e articular os espaços de interlocução entre Estado e sociedade (listados e conceituados no segundo artigo do decreto). Igualmente, foi instituído o Sistema Nacional de Participação Social, buscando uma integração destes espaços.

Com 22 artigos, o Decreto apresentou seus termos e instrumentos mais importantes, sendo que destes, nove (do art. 10 ao 18) trazem diretrizes para os espaços que são mencionados, tais como conselho de políticas públicas, comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência pública, consulta pública, ambiente virtual de participação social e sociedade civil, referida como “o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações”.

A leitura do Decreto, para Alencar e Ribeiro (2014), revela algumas questões relativas às práticas diárias dos espaços mencionados, como

transparência, representatividade, acesso e publicidade. Há uma determinação para que os conselhos e as comissões troquem seus membros periodicamente, com o objetivo de tornar a participação mais representativa. O Decreto teve por finalidade “[...] institucionalizar a representação da sociedade, visando a desenvolver a funcionalidade da democracia” (BAVARESCO, SOUZA, 2014, p. 18), assim como foi uma “[...] tentativa de superar o déficit de representação da sociedade civil e suas demandas” (BAVARESCO, SOUZA, 2014, p. 15)

Em 29 de maio de 2014, o Estadão publicou em sua seção opinião, matéria com o título *Mudança de regime por decreto* (grifo nosso). Segundo a matéria, o Decreto 8.243 “[...] é um conjunto de barbaridades jurídicas, ainda que possa soar, numa leitura desatenta, como uma resposta aos difusos anseios das ruas”, sendo “[...] o mais puro oportunismo, aproveitando os ventos do momento para impor velhas pretensões do PT, [...] a respeito do que membros desse partido entendem que deva ser uma democracia” (ESTADÃO, 2014).

A esse respeito, Avritzer (2014) esclareceu em coluna intitulada *Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano*, publicada na Carta Capital que

[...] o espírito da Constituição fica muito melhor representado a partir do decreto 8243, que institucionaliza uma nova forma de articulação entre representação e participação de acordo com a qual a sociedade civil pode sim participar na elaboração e gestão das políticas públicas. Mas, ainda mais importante do que restaurar a “verdade constitucional” é se perguntar qual sentido faz instituir um sistema de participação?

Conforme o autor, vários episódios (a exemplo da dificuldade na votação da união homoafetiva, e na aprovação do Código Florestal, com forte apoio da sociedade, mas que não tramitou no Congresso devido a lobbies muito fortes) demonstram existir uma falta de capacidade do legislativo de se conectar com a sociedade, devido à maneira como o sistema de representação opera no país. Nesse sentido,

Em geral tem cabido ao Supremo preencher esta lacuna, mas o mais democrático e o mais adequado é um envolvimento maior da sociedade civil nestes temas por via de instituições híbridas que conectem o executivo e a sociedade civil ou a representação e a participação (AVRITZER, 2014, n.p.).

Por isso, segundo o pesquisador, “[...] o que o Decreto 8243 faz não é mudar o sistema de governo no Brasil por decreto e nem instituir uma república bolivariana” e sim “O que ele faz é aprofundar a democracia da mesma maneira que as principais democracias do mundo o fazem, ao conectar mais fortemente sociedade civil e Estado” (AVRITZER, 2014).

Com a assinatura do Decreto, o governo reforçou uma política que vinha desde 2003, quando o ex-presidente Lula assinou a Medida Provisória 103²⁷. Depois disso, diversas formas de participação foram introduzidas pelo governo federal, que dobrou o número de conselhos nacionais existentes no país de 31 para mais de 60, e que realizou em torno de 110 conferências nacionais (AVRITZER, 2014).

Alencar e Ribeiro (2014) destacam que apenas entre 1988 e 2010 foram criados 52 conselhos nacionais, que se somaram aos cinco já existentes. Entre 2003 e 2014 foram organizadas 103 conferências nacionais. Entre 2004 e 2009 foram realizadas mais de 203 audiências públicas. Também foi crescente o número de ouvidorias públicas do poder executivo federal, ouvidorias gerais dos estados, legislativo e judiciário no Brasil. Segundo as autoras, ainda que diferentes em sua estrutura e forma de trabalho, as Instituições Participativas “[...] têm finalidades comuns, como promover algum nível de diálogo, de forma individual ou coletiva, entre os cidadãos e os órgãos que planejam e executam as políticas públicas” (ALENCAR, RIBEIRO, 2014, p. 23).

Acreditamos na importância da manutenção de espaços de representação, como é o caso dos conselhos. Quanto mais fortalecidos, mais ativos serão para a formulação, gestão e/ou controle de políticas públicas. A atuação dos representantes institucionais nestes espaços, atuando em nome das organizações da sociedade civil, torna-se estratégica e se configura, como apontado por Lüchmann (2011), uma forma de atuação política. Para que isso aconteça, acreditamos que deva se estabelecer uma comunicação estratégica.

Para Carillo (2014), a comunicação estratégica “[...] compreende as perspectivas da organização, da participação do sujeito, da gestão e o alcance

²⁷ Nos termos do art. 3, entre outras atribuições, competia à Secretaria-Geral da Presidência da República “[...] assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo, [...]”.

dos objetivos em longo prazo, para além das táticas parciais necessárias para alcançar estes objetivos [...]” (CARILLO, 2014, p. 78). Pérez (2012) afirma que a abordagem tem como elemento central o ser humano relacional e que as capacidades estratégicas e comunicativas são parte constitutiva desta humanidade. Para o autor, há um reconhecimento de que a organização é como um grande sujeito estratégico da sociedade contemporânea. Pérez (2012) defende que a comunicação estratégica, fruto do pensamento complexo, implica não só em falar e divulgar, mas também, escutar e dialogar, buscar mais articulação que persuasão, mais conectividade que difusão, compartilhar e harmonizar percepções e valores mais que impor valores. Já para Massoni (2008), a perspectiva da comunicação estratégica é um espaço de reflexão em torno do grande deslocamento que se produziu no pensamento e na ação comunicacional nas últimas décadas. Além disso, a autora sugere que a comunicação seja lugar de encontro e geração de significado e de sentido compartilhado.

Uma dimensão abordada quando falamos na comunicação estratégica é a da alteridade. Para Florczak e Gomes (2019), a alteridade emerge “como ponto fundamental para a discussão da resistência à homogeneização e da necessidade de dar sentido às relações no contexto organizacional, estabelecendo o ambiente de cooperação”.

Consideramos que a organização seja um sujeito estratégico da sociedade. É necessário um movimento de escuta e diálogo por parte dos representantes, criando conexões e potencializando articulações e a cooperação mútua.

Com o percurso realizado neste capítulo, observamos que o conceito de comunicação pública abarca a participação de outros atores sociais, incluindo Estado, governo e sociedade. Esses atores atuam em um espaço de debate e negociação, junto a organizações privadas e do terceiro setor.

Vale recordar que, no Brasil, com a Constituição Federal de 1988, a participação social passou a ser um dos pilares fundamentais para a democracia. Essa participação social evidenciou outras formas de representação ligadas à sociedade civil, diferentes da tradicional participação no Parlamento, como é o caso da representação política extraparlamentar, que acontece nos Conselhos de Políticas Públicas, por exemplo. Dessa forma, percebemos como os

conceitos de comunicação pública e de representação política extraparlamentar estão relacionados, assumindo relevância o protagonismo das OSCs e suas manifestações comunicacionais e políticas.

3. AS OPÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo, apresentamos as opções metodológicas traçadas para o desenvolvimento da pesquisa. Santaella (2016, p. 53), ao referir a pesquisa na área de Humanidades, afirma que “[...] seus métodos devem ser cuidadosamente pensados para que os trabalhos em humanidades não se percam em nuvens de palavras e retórica vazia, sob as escusas e o álibi preguiçoso e leviano das ambiguidades do humano”. Concordamos com a referida autora quando adverte que

[...] não vale aqui a equação corriqueira aos escamoteadores de que falar em método é se submeter ao cartesianismo. As teorias sobre método expandiram-se tanto desde Descartes que a *mera equação por si só já denuncia o obscurantismo de quem a profere* (grifos da autora).

Concordamos com as observações de Santaella (2016), pois sob nossa perspectiva, os métodos são caminhos que auxiliam nas escolhas pelos percursos da pesquisa aberta e criativa.

3.1. Sobre o método

Diante disso, recorreremos à *Hermenêutica em Profundidade (HP)* de Thompson (2009, p. 355), como opção de método, visto que esse referencial considera que esse referencial “[...] coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação”. O autor ressalta também que fazemos parte do mundo social, de forma que estamos inseridos em tradições históricas que carregam resíduos simbólicos, que incluem as tradições. Para ele, a HP contempla três fases ou procedimentos principais que “[...] devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo” (THOMPSON, 2009, p. 365).

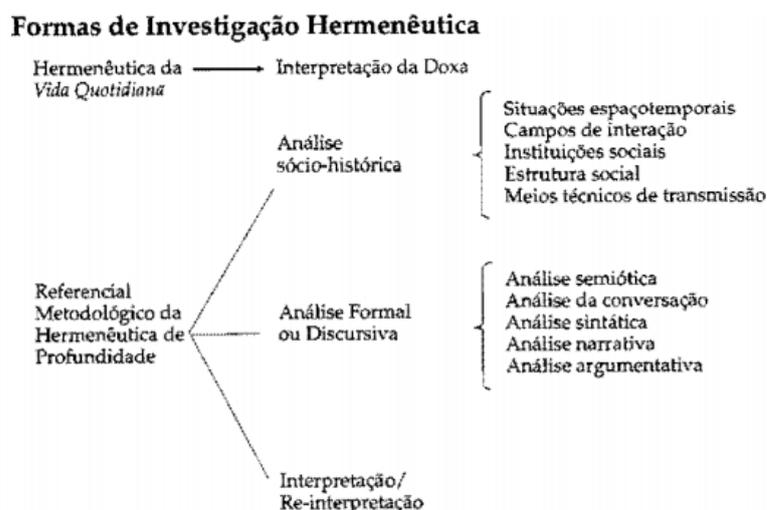
Thompson (2009) explica que a hermenêutica da vida cotidiana é um ponto de partida primordial do enfoque da HP, sendo que esta reconstrução já é um processo interpretativo. A HP compreende três fases (IMAGEM 2). Porém, anterior a estas fases, é preciso considerar como as formas simbólicas são

interpretadas, o que Thompson (2009) chama de interpretação da doxa, uma interpretação do entendimento cotidiano:

Muitas vezes as formas simbólicas são analisadas separadamente dos contextos em que elas são produzidas e recebidas pelas pessoas que rotineiramente dão sentido a essas formas e as integram a outros aspectos de suas vidas. Negligenciar esses contextos da vida quotidiana, e as maneiras como as pessoas situadas dentro delas interpretam e compreendem as formas simbólicas que elas produzem e recebem, é desprezar uma condição hermenêutica fundamental da pesquisa sócio-histórica [...] (THOMPSON, 2009, p. 364).

A partir da consideração da doxa, a HP envolve três fases, que podem ser descritas como análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/re-interpretação (IMAGEM 2).

IMAGEM 2 – Fases do enfoque da HP



Fonte: Thompson, 2009, p. 365.

Em nosso trabalho, a doxa se evidencia a partir do entendimento sobre o momento histórico vivido: uma pandemia mundial que traz instabilidade social e econômica, com questões relativas à vacinação no país e suspeitas de corrupção que envolvem a compra de vacinas. Além disso, o cenário social e político segue polarizado e em 2022 teremos o período eleitoral. Ainda assim, é expressivo o número de organizações da sociedade civil e a forma como estão participando e pautando assuntos de interesse coletivo. A literatura nos apontou

que desde o início da redemocratização no Brasil, os espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade se tornaram parte integrante da gestão de políticas públicas, sendo que a participação social assumiu um lugar central, porque buscava fortalecer a sociedade civil. Em tempos de pandemia, observamos as decisões do Governo Federal em relação a aspectos sociais, econômicos e políticos, assim como em relação aos espaços de interlocução com as organizações da sociedade civil.

Um exemplo é o Projeto de Lei 168/2021, que tramita junto à Câmara dos Deputados, que se propõe a alterar dispositivos da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, buscando redefinir a competência do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Basicamente, a proposta pretende tornar o Conanda um espaço com competência apenas consultiva a respeito de normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução, sendo vedado ao órgão exercer a competência normativa. O PL, em 20/4/22, segue aguardando o Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Diante desse Projeto de Lei, o Instituto Alana²⁸ organizou uma *Nota pela rejeição do PL 168/2021 (competência do Conanda)*²⁹, convocando as organizações da sociedade civil a aderirem ao manifesto, como posicionamento institucional. De acordo com a nota, “Chama ainda a atenção, na justificativa do projeto de lei, a defesa de um Conselho estritamente consultivo como tática de alinhamento estratégico e político ao Governo Federal” e ressalta que a existência e funcionamento adequado dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, “[...] além de condição legal, representa a busca, no plano das relações políticas, da participação da população na construção de um verdadeiro Estado Democrático de Direito”.

A mídia também tem noticiado alguns movimentos no sentido do possível *esvaziamento* dos Conselhos. Rolnik (2019) informava que o presidente havia assinado decretos extinguindo ou transformando os conselhos de políticas

²⁸ O Instituto Alana é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que promove o direito e o desenvolvimento integral da criança, articulando iniciativas nacionais em prol da garantia de direitos desse público.

²⁹ A nota para assinatura esteve disponível de forma online, por diversos dias, no segundo semestre de 2021, através do link <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdAJgiSxuRiucffq8ubL3CMYg4E-21wvi7k0tU5AufQOLwixQ/viewform>.

públicas que envolviam a participação de organizações da sociedade civil. Nesse sentido, a colunista lembrou do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, que foi extinto “pelo ‘revogação’ presidencial”, segundo ela.

Também em 2019, Scorse (2019) relatava que a ministra Damare Alves havia ido à Comissão de Direitos Humanos da Câmara para dar explicações sobre o funcionamento de 12 conselhos, comitês e comissão ligados ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que estariam, desde o início da gestão Bolsonaro, inativos. Também em março de 2019, o jornal Estado de São Paulo apontou uma possível paralisação e esvaziamento dos conselhos e comissões ligados ao governo federal. Depois disso, inclusive, foi realizada uma audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Essas considerações nos direcionam à primeira fase da HP, que é denominada de análise sócio-histórica. Segundo Thompson (2009), a tarefa da primeira fase é “[...] reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas [...]” (THOMPSON, 2009, p. 369). O autor distingue quatro aspectos dos contextos sociais e sugere que cada um defina um nível de análise diferente. Um dos aspectos destacados por ele diz respeito às situações espaço-temporais em que as formas simbólicas foram produzidas e recebidas, assim como os campos de interação onde se encontram. Outro aspecto refere-se às instituições sociais, que estão dentro dos campos de interação e “[...] podem ser vistas como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles” (THOMPSON, 2009, p. 367). Além destes três, o autor destaca os meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão, que podem ser “[...] ondas moduladas, como no caso das conversações numa situação face-a-face, ou mecanismos complexos de codificação e transmissão eletrônica, como no caso da difusão de rádio ou televisão” (THOMPSON, 2009, p. 368). Essa fase está contemplada ao longo do primeiro capítulo do presente estudo, quando abordamos a mudança de conceitos ao longo do tempo (também no Brasil) – conceitos como o de comunicação pública, representação política extraparlamentar, organizações da sociedade civil e conselhos de políticas públicas. Vale ainda destacar que este trabalho vem sendo desenvolvido enquanto o Brasil e o mundo continuam enfrentando a Pandemia de Covid 19.

Escrito, portanto, em um momento em que o País e o mundo vivem uma severa crise sanitária e econômica, nos propomos a olhar de forma crítica para os governos e as organizações.

Vale lembrar ainda o contexto apresentado por Avritzer (2018), quando explicou que até 2013 os indicadores apontavam para a consolidação e o fortalecimento da democracia no país, sendo que entre 2013 e 2015 teria ocorrido uma inversão de condições, com a produção de um “mal-estar” na democracia. Esse mal-estar teria começado com manifestações importantes, ainda em 2013, por melhores políticas públicas. Em 2015, “manifestações fortemente conservadoras no Brasil reforçaram o clima de forte intolerância entre diferentes grupos sociais. Em 2016, ocorreu o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff” (AVRITZER, 2018, p. 274). Depois a população brasileira assistiu a conflitos importantes entre o Judiciário e o Congresso Nacional. Em 2017, o autor destacou um conflito *interna corporis* ao Poder Judiciário acerca da corrupção que terminou com a proibição da chamada “condução coercitiva” – que era um dos instrumentos jurídicos utilizados pela Operação Lava Jato. Na sequência tivemos as eleições e Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República em 1 de janeiro de 2019, com previsão de término de mandato no dia 31 de dezembro de 2022.

Alguns movimentos realizados pelo governo federal brasileiro causam preocupação, pois parecem fragilizar e até mesmo excluir, em alguns momentos, espaços de diálogo entre a sociedade civil e o governo. Exemplo disso foi o Decreto 9.759, de 2019, publicado pelo presidente Jair Bolsonaro, buscando estabelecer diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional – o que implicaria, na prática, a extinção de pelo menos 35 conselhos.

Na sequência à análise sócio-histórica, Thompson (2009) propõe a segunda fase de análise, identificada como análise formal ou discursiva, considerando que

Formas simbólicas são os produtos de ações situadas que estão baseadas em regras, recursos, etc., disponíveis ao produtor; mas elas são *também* algo mais, pois elas são construções simbólicas complexas, através das quais algo é expresso ou dito. Formas simbólicas são produtos contextualizados e algo mais, pois elas são produtos que, em virtude de suas características estruturais, têm capacidade, e têm por objetivo,

dizer alguma coisa sobre algo (THOMPSON, 2009, p. 369, grifos do autor).

O autor explica que esta fase pode ser realizada de diversas formas, sendo bastante utilizada a análise semiótica, a partir das “[...] relações entre os elementos que compõem a forma simbólica, ou o signo, e das relações entre esses elementos e os do sistema mais amplo” (THOMPSON, 2009, p. 370). Ele destaca, no entanto, que as expressões linguísticas podem ser também analisadas formalmente. Neste caso, falamos na análise discursiva, que é “[...] a análise das características estruturais e das relações do discurso”, sendo o termo discurso compreendido como “*instâncias de comunicação correntemente presentes*” (THOMPSON, 2009, p. 371, grifos do autor). O pesquisador menciona alguns outros procedimentos de análise discursiva, como análise da conversação, análise sintática, análise da estrutura narrativa e análise argumentativa, por exemplo.

Recorremos à análise argumentativa (THOMPSON, 2009) para analisar as informações obtidas nas entrevistas, considerando o seu objetivo de “reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso. [...]”. Essa análise, por sua vez, “[...] possibilita ao analista romper o corpo do discurso em conjuntos de afirmativas ou asserções, organizadas ao redor de certos tópicos ou temas, e então mapear as relações entre essas afirmativas e tópicos [...]”. (THOMPSON, 2009, p. 374)

Acreditamos que esta análise nos permite evidenciar algumas afirmações dos entrevistados e estabelecer relações com o referencial teórico da pesquisa. As falas são apresentadas e na sequência, são analisadas à luz do referencial. Ainda, buscamos elementos da análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006 e MORAES, 2003), com a criação de metatextos no processo de interpretação e reinterpretação dos resultados da pesquisa.

A terceira fase de análise da HP, denominada de interpretação/reinterpretação, é construída a partir da análise formal e discursiva, e da análise sócio-histórica, e “implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados. [...] de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito” (THOMPSON, 2009, p. 375). Segundo Thompson (2009, p. 375, grifos do autor)

A fase de interpretação é facilitada pelos métodos da análise formal ou discursiva, mas é distinta dela. Os métodos da análise discursiva procedem através da *análise*, eles quebram, dividem, desconstruem, procuram desvelar os padrões e efeitos que constituem e que operam dentro de uma forma simbólica ou discursiva. A interpretação constrói sobre esta análise, como também sobre os resultados da análise sócio-histórica. Mas a interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por *síntese*, por construção criativa de possíveis significados (THOMPSON, 2009, p. 375).

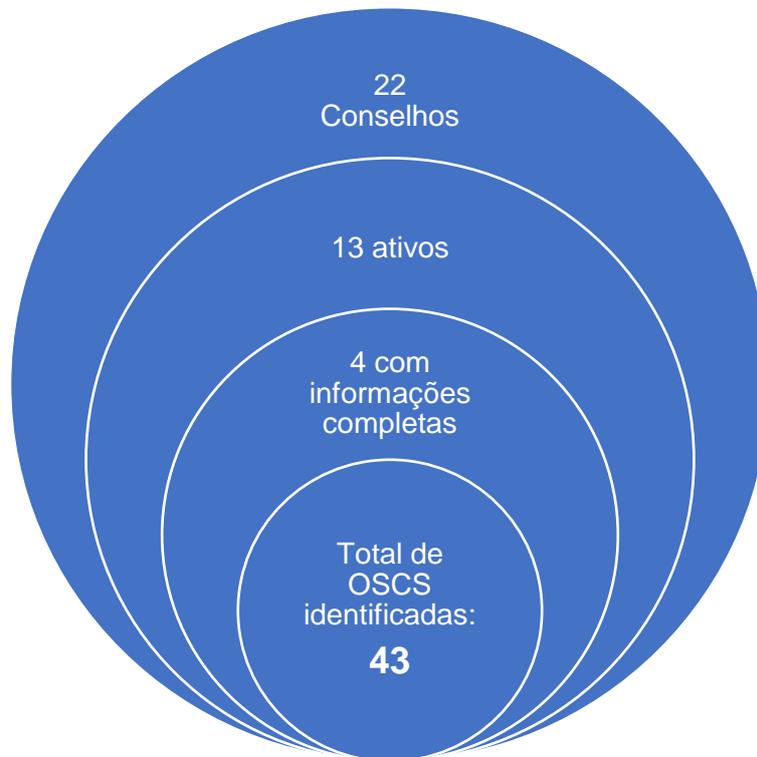
As opções metodológicas refletem as lentes usadas para interpretar/reinterpretar a realidade vivida, e por esse motivo nos auxiliam no percurso investigativo, contribuindo também na análise das entrevistas. Elas contribuem também na análise das entrevistas. A partir dessas opções, passamos a ver o nosso objeto de pesquisa sob determinado aspecto, sabedores de que, se outras lentes interpretativas/reinterpretativas fossem escolhidas, outras perspectivas seriam visualizadas.

3.2. As escolhas para pesquisa empírica³⁰

Realizado este percurso, partimos para análise empírica, quando definimos como objeto de pesquisa as organizações da sociedade civil que fizeram parte de Conselhos Estaduais no ano de 2020. A partir de consulta realizada junto ao portal do governo do Estado do Rio Grande do Sul, foram identificados 22 Conselhos Estaduais, sendo 13 ativos. Observamos que nem todos dispunham de informações acerca das organizações que o compunham (apenas quatro Conselhos disponibilizavam essa informação). Assim, listadas as OSCs, chegamos em 43 organizações (IMAGEM 3).

³⁰ Vale mencionar que a proposta de pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade.

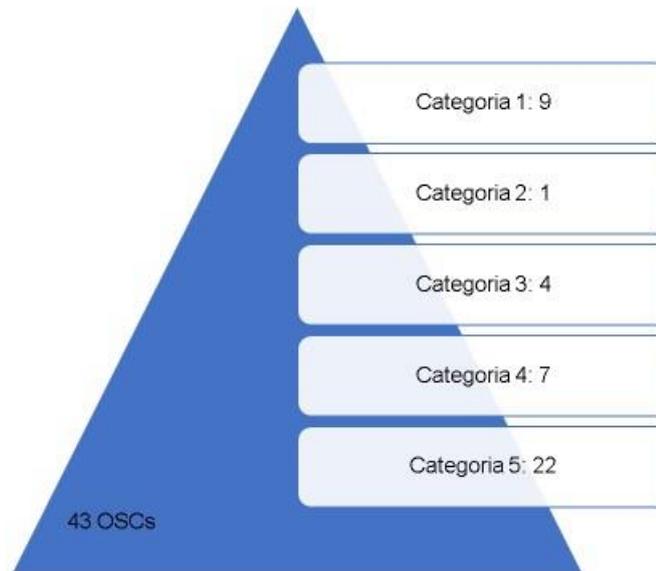
IMAGEM 3 - Representação do filtro para se chegar na amostra inicial



Fonte: A Autora.

Com este número expressivo de 43 OSCs, optamos por criar categorias, agrupando-as em cinco grandes grupos: 1) associações profissionais (com 9 OSCs); 2) associações de pais, professores e alunos (com uma OSC); 3) Conselho/Fórum de Direitos (com quatro OSCs), 4) federações (com 7 OSCs) e 5) defesa de direitos de grupos e outros (com 22 OSCs, IMAGEM 4).

IMAGEM 4 - Categorias criadas para segmentar as OSCS



Fonte: A Autora.

Nossa escolha foi por observar cinco organizações que fizeram parte da quinta categoria (que foi composta por 22 organizações). A amostra, para realização das entrevistas em profundidade, levou em conta alguns critérios de exclusão: 1) três organizações integram o local de trabalho desta autora (consideramos que a análise crítica ficaria comprometida); 2) quatro organizações não deram retorno; 3) com duas, não conseguimos localizar com quem seria possível conversarmos (ambas não dispunham de informações na internet); 4) das outras 13, restaram cinco, considerando-se o tempo de retorno dos aceites das entrevistas, a disponibilização de pronto para a sua realização, assim como o cronograma de realização desta Tese.

A entrevista em profundidade foi escolhida como técnica de pesquisa, pois de acordo com Duarte (2006, p. 62-63),

É um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. [...] os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade.

Normalmente, são entrevistas individuais e podem ser classificadas como abertas, semiabertas e fechadas, de acordo com o modelo de questões apresentadas (estruturadas, semiestruturadas e estruturadas, respectivamente). A entrevista aberta é realizada a partir de um tema central, e a semiaberta parte de um roteiro-base (DUARTE, 2006). Em ambas modalidades, “o pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. [...] Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas” (DUARTE, 2006, p. 66).

Neste trabalho, optamos por realizar entrevistas em profundidade semiabertas, tendo como base um roteiro de questões, elaborado a partir dos objetivos da pesquisa, que envolvem a mobilização social, a influência na tomada de decisões do Poder Público e a interação com os públicos de interesse. Esses objetivos se constituem nas categorias definidas *a priori*, a saber: mobilização social, influência e comunicação. As categorias, para Duarte (2006, p. 79), são

Estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas interrelacionados. Em cada categoria, o pesquisador aborda determinado conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e a tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado.

Para analisar as informações obtidas nas entrevistas, consideramos a análise argumentativa (THOMPSON, 2009), que tem como objetivo “reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso. [...]”. Essa análise, por sua vez, “[...] possibilita ao analista romper o corpo do discurso em conjuntos de afirmativas ou asserções, organizadas ao redor de certos tópicos ou temas, e então mapear as relações entre essas afirmativas e tópicos [...]”. (THOMPSON, 2009, p. 374).

Ao final de cada categoria, elaboramos um quadro síntese articulando algumas das falas que foram destacadas dos entrevistados, de forma que buscamos elementos da análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006 e MORAES, 2003), com a criação de metatextos no processo de

interpretação/reinterpretação das entrevistas, no intuito de evidenciar a concepção dos entrevistados sobre os temas.

Para Moraes e Galiazzi (2006, p. 118), “A análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso”. Os autores explicam que o processo se inicia com uma unitarização, em que os textos são separados em unidades de significado, sendo que essas unidades podem gerar “[...] outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador” (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118). A partir desse processo, é possível gerar metatextos analíticos que irão compor os textos interpretativos. Para Moraes (2003, n.p.):

O objetivo da análise textual qualitativa é a produção de metatextos a partir dos textos do corpus. Esses textos, descritivos e interpretativos, mesmo sendo organizados a partir das unidades de significado e das categorias, não se constituem em simples montagens. Resultam em seu todo a partir de processos intuitivos e auto-organizados. A compreensão emerge, tal como em sistemas complexos, constituindo-se em muito mais do que uma soma de categorias. Dentro dessa perspectiva, um metatexto, mais do que apresentar as categorias construídas na análise, deve constituir-se a partir de algo importante que o pesquisador tem a dizer sobre o fenômeno que investigou, um argumento aglutinador ou tese que foi construído a partir da impregnação com o fenômeno e que representa o elemento central da criação do pesquisador (MORAES, 2003, p. 207).

Em nossa análise, concordamos que “é impossível fazer uma pesquisa na qual se almeje a neutralidade do pesquisador e a objetividade da análise. Toda análise é subjetiva, fruto da relação íntima do pesquisador com seu objeto pesquisado” (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Nossas opções metodológicas são fruto de escolhas, e como afirmou Freitas (1999, p. 9), o pesquisador “Define o que é observado, reconhece os limites de uma descrição interpretativa e assume que a leitura dos dados pode comportar interpretações diversas a partir de outras perspectivas e quadros teóricos”. E essa definição “[...] marca o viés do foco, das aspirações e da visão de mundo do pesquisador, os quais não estão isentos de interesses e conflito” (FREITAS, 1999, p.9).

Este capítulo contribui em nosso percurso investigativo, na medida em que nos proporciona possibilidades metodológicas, que passam pela escolha do método e de procedimentos metodológicos. São as lentes que nos orientam durante o processo e contribuem na compreensão acerca do tempo vivido, de como podemos interpretar/reinterpretar as formas simbólicas (THOMPSON, 2009). A análise argumentativa (THOMPSON, 2009) e a análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006 e MORAES, 2003), com a criação de metatextos, se apresentam como os caminhos possíveis para o processo de interpretação e reinterpretação dos resultados da pesquisa.

4. REVISITANDO O ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA

4.1. O estado da arte das produções acadêmicas

Identificamos, nas leituras iniciais realizadas acerca da temática desta Tese, algumas palavras/expressões que costumeiramente são apresentadas. Por este motivo, lançamos algumas combinações possíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³¹. Primeiro incluímos as palavras ‘sociedade civil e comunicação pública’ e depois refizemos a pesquisa, com as palavras ‘representação, conselhos e democracia’. Nos quadros a seguir sistematizamos os nossos achados, cuja busca considerou o título e palavras-chave das Teses³² (QUADRO 6).

QUADRO 6 - Teses relacionadas com ‘sociedade civil e comunicação pública’

	Programa de Pós-Graduação em / Universidade	Título da Tese	Autor/Ano	Palavras-chave
1	Ciências Sociais Aplicadas/ Universidade Estadual de Ponta Grossa	Mídia cidadã digital: o caso da talidomida	Gabriel Ferreira Carvalho 2019	Mídia cidadã digital, Síndrome da Talidomida, Disability Studies, Construção Social da Realidade, Google Trends.
2	Doutorado Interinstitucional em Ciência Política promovido entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Faculdade Católica de Rondônia	Democracia e associativismo civil: uma análise da governança na comunidade Reca em Rondônia	Marcio Rogério Gabriel 2019	Democracia, Sociedade civil, Comunidades rurais, Gestão democrática, Sustentabilidade, Rondônia
3	Ciência da Informação/ Universidade Federal do Rio de Janeiro	Produção de conhecimento e circulação da informação na formulação de políticas públicas: o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia	Erinaldo Dias Valerio 2019	Produção e circulação da informação, Informação étnico-racial, CDCN, Políticas públicas, Análise de redes

³¹ Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

³² Optamos por inserir os quadros no texto, por entendermos que a visualização das informações nos auxilia a identificar e evidenciar pontos de convergência e lacunas.

				sociais, Ciência da Informação
4	Comunicação/ Universidade Federal de Santa Maria	As estratégias de responsabilização político-social da ANDI – Comunicação e Direitos nas políticas públicas de comunicação: o caso da Classificação Indicativa	Rafaela Caetano Pinto 2018	Comunicação Pública, Políticas públicas de comunicação, Estratégias de responsabilização político-social, ANDI – Comunicação e Direitos, Classificação Indicativa, Hermenêutica de profundidade
5	Administração Pública e Governo/ Fundação Getúlio Vargas	“A gente vai mandando recado pela existência”: desafios da Conferência Nacional de Política para as Mulheres para a inclusão de mulheres de diferentes perspectivas	Maria Camila Florêncio da Silva 2018	Conferência de Políticas Públicas, Política para as Mulheres, Obstáculos à participação, Domínio de Coalizões
6	Saúde Coletiva/ Centro de Ciências da Saúde - Universidade Federal de Santa Catarina	Avaliação da participação social em segurança alimentar e nutricional	Maria Cristina Marcon 2017	Participação Social, Conselhos Consultivo, Segurança Alimentar e Nutricional, Análise Qualitativa
7	Direito/ Universidade Católica de Santos	O papel da mídia na formação da opinião pública: o status de ator emergente para o direito internacional com influência na proteção ambiental	Gabriela Soldano Garcez 2017	Direito Ambiental Internacional; Veículos de Comunicação de Massa; Comunicação; Informação; Educação; Sociedade; Participação.
8	Direito/ Universidade Federal de Minas Gerais	Audiência pública no Supremo Tribunal Federal: uma arena de dissenso em construção?	Gabriela Miranda Duarte 2017	Audiência pública, Democracia deliberativa, Participação, Sociedade civil, Supremo Tribunal Federal
9	Escola de Administração/ Fundação Getúlio Vargas	Legislativos municipais: tensões entre representação e participação	Luiza Reis Teixeira 2016	Teoria democrática, Representação, Participação social, Instituições participativas, Mecanismos de participação
10	Ciência Política/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul –Instituto de	Democracia sem maioria: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul e as condições para	Marcelo Tuerlinckx Daneris 2016	Rio Grande do Sul, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Esfera pública, Políticas públicas,

	Filosofia e Ciências Humanas	validade da concertação social		Democratização, Sociedade civil, Concertação social, Participação popular, Democracia participativa, Espaço público
11	Política Social/ Universidade Católica de Pelotas	Políticas públicas e regulamentação da comunicação social: um estudo comparativo entre Brasil e Argentina	Elen Salaberry Pinto 2015	Regulamentação da mídia; Políticas Públicas; Comunicação Social; Brasil; Argentina
12	Psicologia/ Universidade de São Paulo	Cuidador de idoso: discussão do processo de regulamentação da profissão pela análise discursiva de audiências públicas	Raquel Noel Ribeiro Ribeiro 2015	Cuidadores, cuidado do idoso, envelhecimento, qualificação profissional, discurso
13	Cultura e Sociedade/ Universidade Federal da Bahia	Participação Social no Colegiado Setorial de Culturas Populares, do Ministério da Cultura (MinC): Uma Análise dos Canais Comunicacionais e Participativos, de 2010 a 2014	Giordanna Laura da Silva Santos 2015	Culturas Populares, Políticas Culturais, Conselhos, Participação
14	Administração/ Fundação Getúlio Vargas	Blogosfera, estratégias de subversão e o campo da comunicação no Brasil: uma análise do Movimento dos Blogueiros Progressistas sob uma perspectiva de estudos organizacionais	Leonardo Vasconcelos Cavalier Darbilly 2014	Campo da Comunicação, Poder, Ciberativismo
15	Direito/ Universidade de São Paulo	Dos grupos de pressão na democracia representativa: os limites jurídicos	Alexandre Sanson 2013	Democracia participativa, Grupos de pressão, Ideologia política, Representação política
16	Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais	Cafés científicos: interações entre a comunidade científica e a sociedade civil em um espaço público de comunicação da ciência	Cláudia França Prieto 2013	Comunicação pública da ciência, Multimodalidade, Dispositivos pedagógicos, Cafés científicos, Design instrucional
17	Escola de Comunicação e Artes/ Universidade de São Paulo	A Comunicação pública como práxis no processo de mediação e mobilização da sociedade civil na esfera pública	Regina Célia Escudero Cesar 2012	Comunicação pública, cidadania, esfera pública, público, sociedade civil
18	Ciência Política/ Universidade Federal de Pernambuco	Entre o Estado e a sociedade civil, o uso das tecnologias da informação e comunicação no orçamento participativo: uma análise comparativa da utilização das TICs como incentivo à	Maria Amalia Oliveira de Arruda Camara 2012	Tecnologia da informação e comunicação; Orçamento Participativo; Participação; Democracia

		participação cidadã em Belo Horizonte, Recife e Fortaleza, entre 2005 e 2011		
19	Comunicação e Cultura contemporâneas/ Universidade Federal da Bahia	Participação política, internet e competências infocomunicacionais: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador	Jussara Borges 2012	Participação política, Internet, Competências infocomunicacionais, Organizações da sociedade civil, Competências em informação, Competências em comunicação
20	Arquitetura e Urbanismo/ Universidade de Brasília	Planejamento urbano e participação da população: labirinto democrático?	Luciana Andrade dos Passos 2010	Planejamento urbano, participação, interação
21	Ciências Políticas/Universidade de São Paulo	A representação em arenas extraparlamentares: os Conselhos Gestores de Políticas Públicas	Olivia Cristina Perez 2010	Representação, organizações civis, conselhos gestores, democracia representativa
22	Direito/ Universidade de São Paulo	A importância da participação popular na definição do interesse público a ser tutelado pelo Ministério Público do Trabalho	Roberto Rangel Marcondes 2010	Ministério Público do Trabalho, interesse público, democracia direta, novas tecnologias da informação e comunicação
23	Comunicação Social/ Universidade Federal de Minas Gerais	Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais	Ricardo Fabrino Mendonça 2009	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase Comunicação de massa Hanseníase Sociedade civil Movimentos sociais
24	Vigilância Sanitária/ Fundação Oswaldo Cruz	A Vigilância sanitária, o cidadão e o direito à comunicação: um estudo sobre a rotulagem de alimentos	Bianca Ramos Martins 2009	Vigilância Sanitária, Rotulagem de Alimentos, Comunicação
25	Escola de Comunicação e Artes/ Universidade de São Paulo	"Jornalismo e políticas públicas. A imprensa de São Paulo esclarece a dinâmica da participação política quando cobre o discurso e a ação pública?" (1994-2004)	Ana Maria de Abreu Laurenza 2005	Jornalismo, imprensa, políticas públicas, participação política, ação pública
26	Ciência Política/ Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Lobby e representação de interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesse no Brasil	Andrea Cristina de Jesus Oliveira 2004	Confederação Nacional da Indústria (Brasil), Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Lobby, Grupos de pressão, Governo

				representativo e representação
27	Ciência Política/ Universidade Estadual de Campinas	Comunicação e democracia: fundamentos programático-formais e implicações jurídico-políticas da teoria da ação comunicativa	Aluisio Almeida Schumacher 2000	Habermas, Jurgen, Comunicação, Direito, Democracia, Justiça - Administração - Brasil, Sociedade civil, Opinião pública

Fonte: A autora.

Ao combinarmos as expressões ‘sociedade civil e comunicação pública’, identificamos 27 Teses, das quais 5 vinculadas à Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 6 em Ciência Política, 4 em Direito, 3 em Administração, 1 em Educação, 1 em Cultura e Sociedade, 1 em Política Social, 1 em Vigilância Sanitária, 1 em Saúde Coletiva, 1 em Psicologia, 1 em Ciência da Informação, 1 em Arquitetura e Urbanismo e 1 em Ciências Sociais Aplicadas. Percebemos que tanto a Comunicação como a Ciência Política são as áreas do conhecimento que mais abordaram essas expressões.

Conforme mencionado, das Teses identificadas, apenas cinco foram produzidas em Programas de Pós-Graduação de Comunicação. Destas, duas foram desenvolvidas junto à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, uma no PPG de Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, uma no PPG de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, uma no PPG de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria e uma no PPG de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A fim de identificar as temáticas centrais e/ou objetivos dos estudos, elaboramos o Quadro 7.

QUADRO 7 - Teses produzidas em Programas de Comunicação e/ou Informação

	Título da Tese	Objetivos/premissas/palavras-chave	Autor, Orientador e ano
1	Produção de conhecimento e circulação da informação na formulação de políticas públicas: o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN)	“[...] o objetivo geral desta pesquisa é analisar os processos de produção de conhecimentos e de circulação e uso de informações no Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil, para a articulação e formulação de propostas de promoção e implementação de políticas públicas para a população negra. Para tanto, fixaram-se como objetivos específicos: a) conhecer quem são os (as) conselheiros (as), como atuam e desenvolvem suas ações; b) mapear as ações desenvolvidas pelo CDCN; c) apontar como os (as) conselheiros (as)	Erinaldo Dias Valerio (autor) Regina Maria Marteleto (orientadora) 2019

	do Estado da Bahia	<p>avaliam, acompanham e fiscalizam a implementação das ações desenvolvidas ou/em desenvolvimento pelo CDCN; d) identificar como ocorrem as relações de comunicação e os fluxos de informação entre o CDCN, outros Conselhos, as esferas governamentais e sociais” (VALÉRIO, 2019, p. 22/23).</p> <p>Palavras-chave: Produção e circulação da informação, Informação étnico-racial, CDCN, Políticas públicas, Análise de redes sociais, Ciência da Informação</p>	
2	As estratégias de responsabilização político-social da ANDI – Comunicação e Direitos nas políticas públicas de comunicação: o caso da Classificação Indicativa	<p>“O problema de pesquisa que conduziu as diversas indagações ao longo do estudo e norteou o questionamento motivador da pesquisa é: Como as estratégias de responsabilização político-social da ANDI promovem a discussão de políticas públicas de comunicação, conforme observado na defesa da Classificação Indicativa? Para dar conta dessa problemática, elaboramos como objetivo geral: Analisar, a partir da Classificação Indicativa, as estratégias de responsabilização político-social da ANDI na promoção e discussão de políticas públicas de comunicação. [...] elencamos quatro objetivos específicos: definir o conceito de estratégias de responsabilização político-social; entender a área de atuação Políticas de Comunicação da ANDI; investigar as ações da ANDI a partir da Classificação Indicativa, como estratégias institucionais; conhecer a atuação da ANDI na discussão de políticas públicas de comunicação; e refletir sobre a eficácia das estratégias de responsabilização político-social” (PINTO, 2018, p. 16/17).</p> <p>Palavras-chave: Comunicação Pública, Políticas públicas de comunicação, Estratégias de responsabilização político-social, ANDI – Comunicação e Direitos, Classificação Indicativa, Hermenêutica de profundidade</p>	<p>Rafaela Caetano Pinto (autora)</p> <p>Renato Della Vechia (orientador)</p> <p>2018</p>
3	A Comunicação pública como práxis no processo de mediação e mobilização da sociedade civil na esfera pública	<p>“[...] objetivo geral foi a realização de uma análise ontológica-propositiva e ético-política da comunicação pública compreendida como via de mediação entre a sociedade civil e Estado e as diferentes forças que atuam na esfera pública. Para tanto, propusemo-nos a: analisar os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o pensar e o agir da comunicação pública nas produções brasileiras; elucidar, a partir dos pressupostos da comunicação pública, baseados, fundamentalmente, em Habermas, os conceitos de público, esfera pública, cidadania e sociedade civil, que sustentam as proposições desta pesquisa; analisar, empiricamente, estes conceitos à luz das concepções teóricas; e contribuir, propositivamente, para a formulação de novas referências paradigmáticas da práxis profissional, no âmbito da comunicação pública” (CESAR, 2012, p. 16).</p> <p>Palavras-chave: Comunicação pública, cidadania, esfera pública, público, sociedade civil</p>	<p>Regina Célia Escudero Cesar (autora)</p> <p>Margarida M. Krohling Kunsch (orientadora)</p> <p>2012</p>

4	Participação política, internet e competências infocomunicacionais: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador	“[...] tese é norteada por três objetivos: 1) Conhecer as formas de participação política praticadas por organizações da sociedade civil de Salvador-Bahia; 2) Levantar qual papel a internet desempenha nessa atuação política; 3) Verificar quais competências em ambientes digitais estão sendo demandadas, empregadas e/ou promovidas por essas organizações” (, p. 25) Palavras-chave: Participação política, Internet, Competências infocomunicacionais, Organizações da sociedade civil, Competências em informação, Competências em comunicação	Jussara Borges (autora) Othon Jambeiro (orientador) 2012
5	Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais	“[...] investigou-se a forma como as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase acerca do futuro das ex-colônias, do acesso a recursos financeiros e da questão do preconceito são discursivamente mobilizadas em três contextos de comunicação: (1) conversas informais em antigos hospitais-colônia no Acre, no Ceará e em Minas Gerais; (2) edições do <i>Jornal do Morhan</i> publicadas entre 1998 e 2007; (3) matérias veiculadas por <i>Folha de São Paulo</i> e <i>O Globo</i> no mesmo período” (MENDONÇA, 2009, p. 6). Palavras-chave: Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, Comunicação de massa Hanseníase, Sociedade civil, Movimentos sociais	Ricardo Fabrino Mendonça (autor) Rousiley C. M. Maia (orientadora) 2009
6	"Jornalismo e políticas públicas. A imprensa de São Paulo esclarece a dinâmica da participação política quando cobre o discurso e a ação pública?" (1994-2004)	"Este estudo parte de um universo de 170 matérias e seleciona 18 textos para refletir se o jornalismo traz em si o potencial de estabelecer relações entre o discurso e a ação pública, comunicando ao leitor a interação que se dá entre Estado, governo e sociedade civil na implementação de uma política pública, no gasto do orçamento para a resolução dos problemas sociais do país" (LAURENZA, 2005, p. 3). Palavras-chave: Jornalismo, imprensa, políticas públicas, participação política, ação pública	Ana Maria de Abreu Laurenza (autora) Heloiza Matos (orientadora) 2005

Fonte: A autora.

Realizamos o mesmo movimento de pesquisa, agregando as palavras representação, conselhos e democracia. Usando este critério, chegamos em 13 Teses (QUADRO 8).

QUADRO 8 - Teses relacionadas com 'representação, conselhos e democracia'

	Programa de Pós-Graduação em / Universidade	Título da Tese	Autor/ Ano	Palavras-chave
1	Política Social/ Universidade de Brasília	Controle democrático da política esportiva brasileira: um estudo	Silvana Martins de Araujo	Conselhos Nacionais, Esporte, Controle

		sobre o Conselho Nacional do Esporte	2016	Democrático, Direito Social
2	Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gestão democrática: o processo de representação nos conselhos escolares na rede pública municipal de São Luís, MA	Carlos André Sousa Dublante 2016	Democracia, representação, participação, conselhos escolares
3	Estudos Comparados sobre as Américas/ Universidade de Brasília	Institucionalização da Participação Política no Estado: história de defesa de direitos e interesses. Brasil e Chile em perspectiva	Denise Resende Costa 2016	Democracia, Estado, participação política, representação política, sociedade
4	Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais	Participação e representação nos Conselhos Municipais de Educação da região metropolitana de Belo Horizonte	Cynthia Rubia Braga Gontijo 2013	Espaços participativos, Democracia, Conselhos Municipais de Educação, Representação política, Participação
5	Sociologia/ Universidade Federal da Paraíba	A participação em instituições descentralizadas na cidade de João Pessoa: o orçamento democrático e o conselho de saúde	Adriana Freire Pereira Férriz 2012	Democracia, participação, orçamento democrático, conselho de saúde
6	Política Social/ Universidade de Brasília	Democracia em conselhos: análise do processo decisório em conselhos nacionais	Daniel Pitanguera de Avelino 2012	Conselhos, Conselhismo, Processo decisório
7	Ciência Política/ Universidade Federal de Minas Gerais	Repensando representação política e legitimidade democrática: entre a unidade e a pluralidade	Débora Cristina Rezende de Almeida 2011	Representação Política, Legitimidade, Democracia, Teoria Política, Instituições Participativas
8	Ciência Política/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Os conselhos econômicos e sociais em perspectiva comparada: os casos da Espanha e do Brasil	Romerio Jair Kunrath 2011	Democracia, instituições, concertação social, conselhos econômicos e sociais
9	Ciências Sociais/ Universidade Federal da Bahia	Conselhos municipais de educação e democracia: relações entre o estado e a sociedade nos conselhos municipais de educação de Sergipe	Verônica Teixeira Marques 2009	Conselhos municipais de educação, representação, gestão pública participativa.

10	Ciências da Saúde/ Universidade de Brasília	O controle social e a participação democrática nos conselhos municipais de saúde da Ride-DF	Márcio Florentino Pereira 2010	Controle social, Participação democrática, Conselhos Municipais de Saúde
11	Ciência Política/ Universidade Federal de Minas Gerais	Efetividade deliberativa: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006)	Eleonora Schettini Martins Cunha 2009	Participação. Deliberação. Democracia Deliberativa. Conselhos. Assistência Social.
12	Ciência Política/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul	A representação política de organizações da sociedade civil nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e a busca pela legitimidade	Joana Tereza Vaz de Moura 2009	Representação, sociedade civil, conselhos
13	Educação/ Universidade Estadual de Campinas	Formação continuada de professores = dos (des)caminhos dos órgãos colegiados de participação, as instancias de gestão das políticas publicas	Julio Antonio Moreto 2009	Formação continuada de professores; conselhos da educação; políticas públicas; gestão da educação.

Fonte: A autora.

Pelo critério adotado, identificamos que as Teses foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação, respectivamente, de Ciência Política (4), Educação (3), Política Social (2), Estudos Comparados sobre as Américas (1), Sociologia (1), Ciências Sociais (1) e Ciências da Saúde (1). A Ciência Política também foi a área que mais apareceu quando combinamos as expressões 'sociedade civil e comunicação pública'. Portanto, ao considerarmos as expressões sociedade civil, comunicação pública, representação, conselhos e democracia, a preponderância das pesquisas desenvolvidas foi da área da Ciência Política. Isso indica o potencial do nosso estudo, na medida em que investigamos aspectos envolvendo a comunicação e a representação, considerando os conselhos de direitos e as OSCs. Outro aspecto que chamamos atenção é o ano em que foi publicada a última Tese, 2016. Já são seis anos sem pesquisas, o que nos faz refletir sobre os motivos que levaram a essa situação. Nessa reflexão, recordamos o que foi apontado por Avritzer (2018), ao

mencionar que entre 2013 e 2015 teria ocorrido um “mal-estar” na democracia, como abordado na seção anterior.

4.2. As produções nos Anais da COMPÓS

Realizamos, igualmente, uma busca nos Anais da COMPÓS, inicialmente pesquisando a combinação das palavras ‘sociedade civil e comunicação pública’ e depois ‘representação, conselhos e democracia’. Essa forma não gerou resultados satisfatórios, então pesquisamos no período de 2000 a 2021 nos Anais de três GTs: 1) Comunicação e Política, 2) Comunicação e Cidadania e 3) Comunicação em contextos organizacionais. Observamos os títulos dos artigos, de uma forma mais ampla, que contivessem expressões e/ou palavras, que pudessem estar relacionadas com a temática desenvolvida. Essa análise gerou os Apêndices 1, 2 e 3.

A partir da consulta aos resumos e palavras-chave do GT Comunicação e Política, *a priori* identificamos 30 artigos que poderiam relacionar-se com nosso objeto de pesquisa, dos quais 13 mereceram maior atenção (QUADRO 9), por suas expressões e/ou palavras evidenciarem maior aderência com nosso objeto de estudo, conforme destacado a seguir (QUADRO 9).

QUADRO 9 – 13 artigos selecionados por aderência temática

	Título do artigo	Palavras-chave	Autor(a)	Ano
1	Representação política discursiva no Facebook: análise da atuação de mulheres vereadoras	Representação política discursiva. Facebook. Vereadoras.	Nathália Kahwage e Danila Cal	2020
2	A representação política em uma perspectiva comunicacional	Representação política discursiva, abordagem comunicacional, linguagem	Regiane Lucas de Oliveira Garcêz	2017
3	A representação política como processo discursivo: o debate sobre a educação de surdos compreendido a partir de uma perspectiva processual	Representação discursiva, discursividade, educação de surdos	Regiane Lucas de Oliveira Garcêz e Rousiley Celi Moreira Maia	2016
4	A participação na comunicação pública: para além do consenso	Participação, comunicação pública, democracia	Heloiza Helena Matos e Nobre e Jorge Pereira Filho	2016

5	E-representação como teoria política: comunicação social, internet e democracia representativa	Internet e democracia, representação política, democracia representativa	Arthur Ituassu	2014
6	Limites da Accountability e da comunicação pública (Câmara e Prefeitura Municipal de Porto Alegre no debate público sobre o Pontal do Estaleiro)	Comunicação política, esfera política, accountability	Josemari Poerschke de Quevedo, Maria Helena Weber	2010
7	O sistema deliberativo e seus espaços discursivos: a articulação entre diferentes modos de comunicação	Deliberação, conversação cotidiana, associativismo	Ângela C. S. Marques, Ricardo Fabrino Mendonça e Rousiley C. M. Maia	2007
8	Política deliberativa e tipologia de esfera pública	Esfera pública; democracia deliberativa, teoria habermasiana	Rousiley C. M. Maia	2006
9	Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública	Não há	Rousiley C. M. Maia	2003
10	Mídia e deliberação pública: mediações possíveis	Não há	Rousiley C. M. Maia	2002
11	Pesquisas de opinião e cenário de representação da política	Não há	Jorge Almeida	2001
12	Mídia e accountability: dimensões e condições da poliarquia midiática	Não há	Fernando Lattman-Weltman	2001
13	Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação	Não há	Rousiley C. M. Maia	2001

Fonte: A autora.

Adotando uma perspectiva de representação política discursiva, como processo de interação política guiado pela linguagem, Kahwage e Cal (2020, p. 2) argumentam que “Trabalhar com a representação política, a partir de um olhar comunicacional, é uma forma de ampliar sentidos sobre um conceito em disputa na contemporaneidade”. Para as autoras, é um modo de validar outras formas de atuação política não-tradicionais e ambientadas on-line, visibilizando demandas na esfera pública por intermédio dos media em sua pluralidade.

Já Garcêz (2017) partiu da premissa que a representação política ultrapassou a dimensão eleitoral e explicou que a ideia da representação como uma atividade para além da dimensão eleitoral deu origem a diferentes nomenclaturas, por diferentes autores “[...] como representação discursiva

(DRYZEK, NIEMEYER, 2008), representação por afinidade (AVRITZER, 2008), representação virtual (LAVALLE, et al, 2006, inspirado parcialmente em Burke), representação não eleitoral (URBINATI, 2006; URBINATI e WARREN, 2008), representação de perspectivas (YOUNG, 2000) ou demandas de representação (*representative claim*) (SAWARD, 2009; 2010)” (GARCÊZ, 2017).

A pesquisadora destacou três contribuições da representação política numa perspectiva comunicacional. A primeira delas considerava que o ato de representar era sistêmico, difuso e multifacetado, levando-se em conta que a atenção devia voltar-se ao processo, e não ao resultado. “Como fenômeno comunicativo que é, a representação se dá em vários espaços, em formatos distintos, e suas demandas perpassam diferentes arenas de maneira difusa e não direcional” (GARCÊZ, 2017). Nesse sentido, a representação discursiva poderia ocorrer em diversos âmbitos (sejam eles institucionalizados ou não), sendo as conferências nacionais e os conselhos de direitos espaços institucionalizados de representação da sociedade civil servindo de exemplo ao argumento. A segunda contribuição foi que “[...] uma abordagem comunicativa considera símbolos e imagens importantes para a compreensão da representação política” (GARCÊZ, 2017), sendo que diversos elementos deviam ser considerados na representação política discursiva, para além das palavras ou discursos. A terceira contribuição levou em conta que a representação política não eleitoral poderia ser um importante aliado da democracia, na medida em que funcionaria como intermediária entre sujeitos em desvantagem, a sociedade civil, a esfera pública e os âmbitos governamentais.

Defendendo uma concepção alargada de representação política, Garcêz e Maia (2016) apontavam que os estudos sobre representação política vinham cada vez mais incorporando a perspectiva discursiva à compreensão de fenômenos de representação eleitoral e não eleitoral. Os pesquisadores defenderam “[...] um olhar comunicacional, que volta a atenção para a discursividade da representação como processo móvel, fluido, dinâmico e, muitas vezes, ambíguo” (GARCÊZ, MAIA, 2016). Também advogaram que era preciso ultrapassar a ideia de representação como um fenômeno isolado a um certo espaço, sendo necessário considerá-la “[...] no seu conjunto, a partir de vários fóruns pelos quais os discursos na forma de demandas de representação circulam” (GARCÊZ, MAIA, 2016).

Outro artigo que destacamos foi dedicado aos vínculos entre participação e comunicação pública, defendendo que as tecnologias digitais abriram uma nova possibilidade para o campo da comunicação pública, na medida em que alteraram em parte a dinâmica do debate público (MATOS, PEREIRA FILHO, 2016). Os autores apresentaram algumas perspectivas a respeito da comunicação pública, que, segundo eles, estava se constituindo em um campo de estudos em expansão naquela época, enfatizando que a comunicação pública “[...] pode ser realizada pelo Estado, mas não apenas por ele, tendo também como possível protagonista a sociedade civil – cidadãos, movimentos sociais ou ONGs” (MATOS, PEREIRA FILHO, 2016). Outro aspecto que os autores apontaram estava relacionado a suposta busca do consenso, com o que não concordavam. Nesse sentido

[...] entendemos que a comunicação pública não deve necessariamente ser entendida apenas como orientada para a procura do consenso e do estabelecimento de um campo neutro em que todos os atores apresentem racionalmente sua argumentação. Amparados em Nico Carpentier, entendemos que, em uma perspectiva democrática maximalista, o dissenso e as dimensões afetivas também estão presentes no debate público. A comunicação pública vincular-se-ia, assim, ao estabelecimento desse espaço democrático de disputa, em que diversos atores, munidos de suas próprias práticas e estratégias de interlocução com a sociedade, procuram apresentar suas demandas e necessidades (MATOS, PEREIRA FILHO, 2016, s.n.).

Refletindo ainda sobre a representação não-eleitoral, Ituassu (2014) sustentou que a soberania popular que não emergia apenas da autorização eleitoral. Assim, “Os exercícios de prestação de contas, vigilância política e influência por meio de canais formais e informais ganham mais atenção e importância” (ITASSU, 2014).

Ao ponderar sobre a relação entre a comunicação e a representação política, o pesquisador entendeu a representação como uma prática relacional, sendo necessário “[...] considerar as várias instâncias nas quais o discurso público toma lugar nas democracias e as diferentes conversas que se dão nas esferas discursivas da sociedade” (ITASSU, 2014).

Sob outra perspectiva, Quevedo e Weber (2010) apontaram um aspecto importante sobre *accountability* política e os meios de comunicação de massa. Para eles,

[...] a Teoria Ampliada da Representação Política (PORTO, 2009) aborda uma idéia de democratização que aprofunda mecanismos de representação por processos de *accountability* política através dos meios de comunicação de massa. Assim, o autor investiga qual o papel da mídia nesse processo, quando não importam somente os momentos de eleição, como também a representação oriunda dos novos espaços de participação política como fóruns de cidadãos, orçamentos participativos entre outras experiências ligadas ao Estado.

Em seu estudo, os pesquisadores compartilharam apontamentos sobre o debate público estabelecido no projeto do Pontal do Estaleiro, que propunha uma emenda à lei complementar referente ao plano diretor municipal da cidade de Porto Alegre. Para eles, a esfera pública tornou-se visível nas ações organizadas pelo Fórum de Entidades, que agregava 90 instituições entre ONGs ambientalistas, movimentos sociais, associações comunitárias e entidades de classe.

A exemplo do Fórum de Entidades, quando a representação acontece em espaços institucionalizados ou formais, Marques, Mendonça e Maia (2007) buscaram explorar o contexto periférico do sistema deliberativo como espaços de representação. Os pesquisadores analisaram o caso de um movimento social específico, o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) e refletiram acerca da “[...] existência de um *sistema deliberativo*, composto por múltiplos e intersectantes *âmbitos interacionais*” (MARQUES, MENDONÇA, MAIA, 2007). Explicaram que o Morhan valorizava a edificação de espaços de conversação, o que se evidenciou através da realização de vários eventos, entre eles assembleias locais, encontros regionais e nacionais para discutir projetos de leis e uma pauta de proposições para orientar as políticas públicas.

A representação também foi mencionada na relação com o papel da mídia. Maia (2002) por exemplo, destacou o papel que a mídia exercia na mediação política, identificando três funções políticas do sistema midiático, associados ao jornalismo: “a) aparelho de ‘vigilância’ para as liberdades políticas e civis; b) fórum para o debate pluralista; c) agente de mobilização para a

participação cívica” (MAIA, 2002). Para a pesquisadora, seria possível falar em “campo dos mídia” enquanto um campo de instituição social (assim como o religioso, o militar, o político, o científico, o econômico).

Outro aspecto que merece destaque foi sinalizado por Maia (2003), ainda em 2003, quando salientava a distinção entre a deliberação pública e o poder de tomada de decisão nas instituições complexas. A autora explicava a distinção feita por Habermas (1996) entre a “constituição da opinião” na esfera pública informal e a “formação da vontade” formal das instituições políticas como uma característica central do Estado Constitucional. Também recordava Nancy Fraser (1997), que fez uma distinção entre públicos fortes e fracos, de acordo com o poder de decisão dos mesmos. “O público forte diz respeito àqueles grupos representantes do centro do sistema político e às elites. O público fraco é o sujeito da opinião pública”. A partir disso, Maia (2003) refletiu sobre determinadas restrições de acesso dos chamados públicos fracos aos canais da mídia, ressaltando que os grupos organizados da sociedade civil lutavam por visibilidade, a fim de adquirir espaço na agenda dos mídia.

Podemos estabelecer uma relação entre os apontamentos de Garcêz (2017) e Maia (2003), no que diz respeito à centralidade dos públicos na representação política não eleitoral. Maia (2003) apontou a distinção entre o público forte, presente no centro do sistema político, e o público fraco, que tem restrições de acesso aos canais da mídia e luta por visibilidade. É nesse momento que relacionamos com o que refletia Garcêz (2017), ao considerar que a representação política não eleitoral seria um aliado da democracia, já que atuaria como intermediária entre sujeitos em desvantagem – portanto, sujeitos que não estão no centro do sistema político. Esses sujeitos e o surgimento de mecanismos e experiências democráticas que ampliam o exercício da representação política e da participação social evidenciam o contexto periférico do sistema deliberativo. Vale destacar a questão trazida por Maia (2001) de “[...] como transformar os fluxos comunicativos surgidos nas esferas públicas periféricas em poder comunicativo” e a dúvida de “Como transportar tais demandas para as instâncias políticas formais, de maneira a contribuir na formulação de programas administrativos?” (MAIA, 2001).

Para Maia (2001), os grupos cívicos eram mais aptos que os cidadãos para organizar um conhecimento próprio, que derivava da experiência, sendo a

comunicação a força decisiva nessas negociações. “Os atores da sociedade civil podem beneficiar-se da comunicação mais horizontal e interativa proporcionada pelas novas tecnologias da informação” (MAIA, 2001).

A pesquisadora lembrava que para Habermas (1996), a “Esfera pública é caracterizada como o *locus* da comunicação, os espaços nos quais as pessoas discutem questões de interesse comum, formam opiniões ou planejam a ação” (MAIA, 2001). Esse *locus* estaria associado aos fóruns mais ou menos organizados da sociedade civil, ao mesmo tempo em que nas interações que ocorrem na vida cotidiana. Para a autora, a comunicação informal – a que se desdobra fora das arenas formais – era um recurso importante na formulação de demandas a serem encaminhadas aos corpos deliberativos do sistema político. Maia (2001, 2006) explicava que Habermas (1996) propunha três tipos de esfera pública: 1) episódica, que abarcava os encontros entre amigos, familiares, colegas, ou mesmo desconhecidos e baseava-se em interações simples, sendo as trocas argumentativas efêmeras ou de curto alcance (como no caso de bares, cafés, encontros na rua); 2) esfera pública de presença organizada, que dizia respeito a encontros organizados, “[...] em que a comunicação se desenrola de acordo com certos procedimentos mais formais – por exemplo, com pautas e temas pré-definidos, regras para o debate, tomada de posições e definição de resoluções etc” (MAIA, 2006, n.p.), como no caso de encontro de pais, público que frequenta o teatro, concertos de Rock, reuniões de partido ou congressos de igrejas; e 3) esfera pública abstrata, produzida pela mídia (conectando leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente). A pesquisadora ressaltava a permeabilidade entre as fronteiras das trocas comunicativas de cada esfera mencionada e acreditava que para apreender o processo de formação da opinião pública, era preciso estar atento a essa permeabilidade. “Em sociedades com fortes tradições autoritárias, como no Brasil, o Estado Constitucional e as instituições políticas não são tão abertas e porosas como o modelo parece sugerir” (MAIA, 2006).

Partindo também Habermas (1996), Almeida (2001) explicou que não encontrávamos uma esfera pública como aquela descrita por ele, “Ou seja: a reunião de um público, formado por pessoas privadas, que constroem uma opinião pública, com base na racionalidade do melhor argumento, e fora da

influência do poder político e econômico e da ação estratégica” (ALMEIDA, 2001, n.p.).

A questão relativa à democracia vem trabalhada por Weltman (2001), que apontou que uma das variáveis que a definiam dizia respeito ao modo com que os representantes respondiam aos representados naquilo que se referia aos direitos e prerrogativas desses últimos. Assim, a prestação de contas (*accountability*) tornava-se um componente importante para a qualificação da democracia. Ao refletir sobre a inserção política da mídia, o autor ressaltava o “modelo” de esfera pública de Habermas. “De acordo com esse modelo, a esfera pública é o espaço público de debate – e somente aquele – em que se pode efetivar um diálogo crítico, com autonomia, e sob o domínio da Razão” (WELTMAN, 2001, n.p.).

Os artigos consultados revelam algumas interlocuções entre conceitos e perspectivas:

- A representação política não eleitoral pode ser uma importante aliada da democracia, pois oportuniza que sujeitos em desvantagem tenham voz;
- É preciso atentar ao contexto periférico do sistema deliberativo, em que trocas argumentativas também são realizadas;
- A representação pode ocorrer em diversos âmbitos, sejam eles institucionalizados ou não, sendo um recurso na formulação de demandas a serem encaminhadas aos corpos deliberativos do sistema político;
- O surgimento de mecanismos e experiências democráticas ampliam o exercício da representação política e da participação social;
- Podemos entender a representação enquanto uma prática relacional (ITASSU, 2014).

O mesmo movimento realizado junto aos Anais dos GTs Comunicação e Política, no período de 2000 a 2021, foi realizado nos Anais do GT Comunicação e Cidadania. A partir dos títulos dos artigos que contivessem expressões, ou palavras, que pudessem estar relacionadas com nossa temática, identificamos nove artigos (QUADRO 10) sobre os quais tecemos algumas considerações.

QUADRO 10 – Artigos selecionados por aderência temática

Título do artigo	Palavras-chave	Autor(a)	Ano
------------------	----------------	----------	-----

1	A participação social dos sujeitos comunicacionais na construção da cidadania comunicativa	Participação, Cidadania, Direito à Comunicação.	Ismar Capistrano Costa Filho	2020
2	Comunicar para mobilizar: as práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima	Etnocomunicação, movimento dos povos indígenas, Conselho Indígena de Roraima	Vilso Junior Santi, Bryan Chrystian da Costa Araújo	2019
3	Cidadania, mídia e direitos sociais	Direitos sociais, cidadania, cidade	Raquel Paiva e Muniz Sodré	2018
4	Perspectivas sobre a cidadania comunicativa: um olhar metodológico dessa interface	Cidadania comunicativa, bibliometria, pesquisa da pesquisa	Thays Helena Silva Teixeira	2017
5	Os âmbitos comunicacionais nos movimentos sociais	Comunicação, movimentos sociais, cidadania	Marialina Côgo Antolini e Edgard Rebouças	2016
6	Comunicação e mobilização: o movimento “Não Foi Acidente” e a campanha em torno de um problema público no Brasil	Comunicação e mobilização, movimento “Não Foi Acidente”, álcool e volante	Maria Terezinha da Silva	2013
7	Mobilizar é comunicar estruturas interpretativas: apontamentos para discussão e pesquisa sobre a comunicação dos atores coletivos	Comunicação, ação coletiva, frame analysis	Kelly Cristina de Souza Prudencio	2012
8	A comunicação de organizações da sociedade civil em processos de participação política	Comunicação, organizações da sociedade civil, internet	Jussara Borges	2012
9	Das ideias que se fazem gestos: sensibilização, formação e produção de novas ações comunicativas	Comunicação Política; políticas de comunicação; movimentos sociais	Helena Martins do R. Barreto e Márcia Vidal Nunes	2011

Fonte: A autora.

Trabalhando com o conceito de cidadania comunicativa, Costa Filho (2020a) parte do pressuposto “de cidadania como inclusão social e sentimento de pertença e a cidadania comunicativa como o reconhecimento do direito à comunicação” (COSTA FILHO, 2020, p. 13). O pesquisador defende a importância de políticas públicas que promovam condições equânimes dos usos meios e plataformas de comunicação, assim como a necessidade de se discutir sobre a comunicação como um direito social, não adstrita apenas aos especialistas.

Também Teixeira (2017) trabalhou sob a perspectiva da cidadania comunicativa, buscando a articulação de sentidos que pudessem favorecer uma

compreensão dos fenômenos comunicacionais em interface com a cidadania. Explicou que “Não há como pensar uma estrutura metodológica para a cidadania comunicativa que não seja plural e que não integre as relações produtivas da ciência e as abordagens sociais incorporadas pelos sujeitos” (TEIXEIRA, 2017, p. 22).

Outro artigo mapeado estudou os movimentos sociais no Brasil, especialmente o Movimento dos Povos Indígenas. Santi e Araújo (2019) buscaram aproximar as práticas etnocomunicativas desenvolvidas pelo Conselho Indígena de Roraima para identificar o lugar ocupado por elas no sistema de produção de discursos. Os pesquisadores explicaram que os movimentos sociais são formados quando grupos vulneráveis e sem oportunidades políticas começam a tomar atitudes, buscando aliados e organizando ações para promover mudanças na constituição dos espaços políticos.

Já sob o aspecto dos direitos sociais, Paiva e Sodré (2018, p. 1) argumentaram ser necessário um novo conceito de cidadania, “capaz de incentivar práticas de comunicação proativa, em que o espaço urbano se torne sujeito de uma apropriação política e afetiva do território”.

A relação entre os processos comunicativos utilizados pelos movimentos sociais e a conquista de cidadania serviu de objeto ao artigo desenvolvido por Antolini e Rebouças (2016). Os autores apresentaram três âmbitos comunicacionais que consideraram ter influência na constituição e nas ações dos movimentos: a comunicação massiva, a comunicação dialógica (interpessoal) e a comunicação alternativa. Ainda assim, explicaram que os âmbitos comunicacionais que permeavam a sociedade civil encontravam-se entrelaçados, sendo interdependentes e acontecendo de forma simultânea e paralela, em grande parte do tempo. Além disso, ressaltaram que a comunicação deve ser compreendida para além dos processos midiáticos.

Os pesquisadores observaram que os meios de comunicação de massa passaram a ocupar mais espaços, que antes eram utilizados para debates e discussões, ocasionando um “esvaziamento da esfera pública, debilitando-se os espaços de trocas e diálogo, enfraquecendo o processo participativo” (ANTOLINI, REBOUÇAS, 2016, p. 12). Essa tendência, que teria foco econômico, apresentaria algumas brechas, sendo os movimentos sociais atores

essenciais neste processo. “É a partir do levantamento de vozes da sociedade civil que este fluxo de fusões e concentração do poder de informar pode encontrar algumas barreiras” (ANTOLINI, REBOUÇAS, 2016, p. 13).

Já a comunicação dialógica, segundo eles, com base em Paulo Freire (2013), se configuraria a partir das trocas e conversas que se desenvolveriam na esfera pública. A comunicação alternativa (também chamada de popular, comunitária, participativa, horizontal, dialógica) estaria no âmbito dos movimentos sociais, que muitas vezes têm suas demandas negligenciadas pelos meios de comunicação de massa. Ponderaram, recorrendo à Peruzzo (2008), no sentido da comunicação que emerge da ação de grupos populares, tendo um caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares.

A partir desse argumento, os autores entenderam que a mídia alternativa seria essencial aos processos democráticos, apesar de muitas vezes ter essa importância subestimada, pelo fato de ser difusa, frequentemente de alcance local ou por ter um público restrito. Este artigo contribui em nosso estudo, ao evidenciar a importância da comunicação alternativa e da comunicação compreendida para além dos processos midiáticos.

Já Silva (2013) analisou as ações específicas de um movimento, que desenvolveu uma campanha de coleta de assinaturas para apresentar, ao Congresso Nacional, um projeto de lei de iniciativa popular para modificar o Código de Trânsito Brasileiro. O autor constatou que as ações empreendidas pela campanha “Não Foi Acidente” aconteceram em vários espaços sócio-comunicacionais, mas, sobretudo, através da internet e redes sociais, em especial o Facebook.

Também com foco na cidadania, considerando a emergência das redes sociais e a importância da comunicação como elemento de empoderamento de coletivos, Prudencio (2012) argumentou que a comunicação dos atores coletivos se configurou como um processo de mobilização política, no esforço de capacitação para o debate público. Para ela, “é possível pensar a comunicação como aspecto fundamental da construção da cidadania, considerando todos os conflitos, dissensos e limites que a ação política envolve” (PRUDENCIO, 2012, p.14).

A partir da teoria da mobilização política – para a qual “o aspecto simbólico das ações dos atores coletivos não pode ser deixado de lado pelos

pesquisadores na hora de analisar os movimentos sociais” (PRUDENCIO, 2012, p. 6) – a autora utilizou o conceito de *frames*, que no caso dos movimentos sociais, seriam entendidos como marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva.

Um aspecto importante foi abordado por Borges (2012), quando analisou como as organizações da sociedade civil estabeleciam comunicação no âmbito de suas ações de participação política³³. Segundo ela, os movimentos sociais não se dirigiam mais ao Estado, e sim à sociedade, na medida em que almejavam mudanças culturais e a conquista de parceiros para suas causas. Para a pesquisadora, as organizações da sociedade civil constituíram-se como atores políticos e estabeleceram comunicação com quatro grandes atores sociais: os beneficiários de suas atividades, os parceiros, o poder público e o meio político. Entre as formas de interação com o poder público, mereceu destaque a participação em eventos e conselhos, que se colocaram como fóruns privilegiados de relacionamento entre os atores sociais para o debate de temas de interesse coletivo. A pesquisa apontou que as organizações viram a internet como uma importante forma de interação, mas não a única e nem a mais adequada para todos os públicos – não apenas por conta da exclusão digital, mas também porque em alguns espaços o contato pessoal era privilegiado.

O mesmo movimento de pesquisa foi realizado junto ao GT Comunicação em contextos organizacionais. É importante mencionar que este GT foi reativado em 2018, quando passou a ser chamado Estudos de Comunicação Organizacional. Considerando os títulos que contivessem expressões, ou palavras, que pudessem estar relacionadas com nossa temática, identificamos seis artigos (QUADRO 11).

QUADRO 11 – Artigos selecionados por aderência temática

	Título do artigo	Palavras-chave	Autor(a)	Ano
1	Comunicação pública dos legislativos municipais conectados: accountability, transparência e proximidade com os cidadãos nas redes sociais	Comunicação Pública, Redes Sociais, Legislativos municipais	Michele Goulart Massuchin e Paula Andressa de Oliveira	2020
2	Dinâmicas de publicização e mobilização social: os burocratas	Mobilização Social, Burocracia de Nível de	Laura Nayara Pimenta	2020

³³ Nesse sentido, Barreto e Nunes (2011) argumentam que questões ligadas à visibilidade e à representação ganham destaque no âmbito da política.

	de nível de rua no enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil	Rua, Exploração Sexual Infantojuvenil		
3	Accountability, transparência e a comunicação organizacional	Accountability, transparência, relações públicas	Luiz Peres-Neto	2014
4	As dimensões da comunicação organizacional: um olhar sobre o terceiro setor	Dimensões, comunicação organizacional, terceiro setor	Manuella Dantas Corrêa Lima e Maria Emilia de Oliveira Pereira Abbud	2014
5	Contribuições da teoria das representações sociais para o campo comunicação organizacional: reflexões teóricas e metodológicas	Teoria das Representações Sociais, representações sociais, comunicação organizacional	Luiza Mônica Assis da Silva	2012
6	Movimentos comunicacionais na relação entre organização e comunidades: perspectivas teórico-metodológicas para apreensão do fenômeno	Comunicação organizacional, análise crítica de discurso, metodologia	Ivone de Lourdes Oliveira, Fábria Pereira Lima e Luisa da Silva Monteiro	2011

Fonte: A autora.

Com o objetivo de discutir as características da comunicação desenvolvida pelos legislativos municipais brasileiros, Massuchin e Oliveira (2020) investigam três quesitos para a prática do conceito de comunicação pública: *accountability*, transparência e proximidade. As pesquisadoras observam essas dimensões por meio da comunicação no ambiente online, sendo que a pesquisa empírica evidenciou a necessidade de proximidade entre representantes e representados, sendo percebida apropriação das ferramentas digitais em períodos eleitorais, assim como durante as gestões, por figuras públicas e instituições. Dois achados nos chamaram atenção, no que se referem à transparência e *accountability* – temas também mencionados em outras produções. Com relação à transparência, as pesquisadoras detectaram que ela ocorre mais pela demonstração da agenda diária do que pela explicação detalhada dos tramites legislativos. Ao mesmo tempo, a *accountability* se efetiva mais pelas ações segmentadas dos vereadores do que pela divulgação de ações, de fato, implementadas após aprovação dos projetos.

Pimenta (2020, p. 9) argumenta que ao tornar um problema público, busca-se torná-lo visível socialmente, assim como objeto de discussão social, inserindo-o “numa rede de comunicação pública e mobilização social que possibilite a sensibilização da sociedade”. Para a pesquisadora, “a conformação de redes de comunicação pública está estreitamente relacionada à formação e

movimentação de públicos, em condições de publicidade” (PIMENTA, 2020, p. 9).

Para problematizar as relações existentes entre *accountability*, transparência e a comunicação em contextos organizacionais, Peres-Neto (2014) partiu da definição de *accountability* “como a necessidade ou responsabilidade – moral ou legal – de uma instituição, organização (pública ou privada) ou sujeito de prestar contas acerca de suas ações a um público determinado [...] ou à sociedade em geral” (PERES-NETO, 2014, p. 1).

Já Lima e Abbud (2014) consideraram que as dimensões instrumental, estratégica e humana da Comunicação Organizacional no Terceiro Setor configuravam-se de uma forma diferenciada, por vincularem-se a conceitos como participação, mobilização e transformação. Para as autoras, as práticas que regulavam a comunicação em ONGs, movimentos sociais e comunitários tinham como base o bem-estar coletivo e o amor ao próximo. Nesse sentido, argumentaram que a comunicação se caracterizava especialmente a partir de processos de interação, integração e mobilização.

Sob outra perspectiva, calcada na Teoria das Representações Sociais criada por Serge Moscovici (1978) – e que serve de paradigma à Psicologia Social – Silva (2012) refletiu sobre as suas aplicações no campo da Comunicação Organizacional, demonstrando que seus processos comunicativos poderiam ser estudados em profundidade por meio da análise dos processos representacionais como a ancoragem e a objetivação.

Já para investigar a relação da Vale, grande empresa do setor de mineração, e duas comunidades próximas a uma de suas minas, Oliveira, Lima e Monteiro (2011) apresentaram uma proposta analítica que permitiu a apreensão do movimento comunicacional entre a organização e seus interlocutores, a partir de seus discursos. Tomaram como base de análise as instâncias de recepção, buscando compreender a apropriação que era feita do discurso organizacional e como esta se refletia no processo interacional.

4.3. As produções nos Anais da INTERCOM

Também realizamos uma pesquisa junto aos Anais da Intercom, no período compreendido entre 2008 e 2021, iniciando pelo GT Comunicação para a Cidadania. No Apêndice 2 apresentamos uma tabela com os nossos achados.

Dos 32 artigos identificados, selecionamos 17 por conterem aproximações com cidadania, participação, experiências participativas e orçamento participativo, análise de portais de Conselhos e Secretaria de Direitos, movimentos sociais, mobilização social, organizações da sociedade civil, terceiro setor e comunicação religiosa (QUADRO 12).

QUADRO 12 – 17 artigos selecionados por aderência temática

	Título do artigo	Palavras-chave	Autor(a)	Ano
1	Interfaces entre Comunicação Comunitária e Relações Públicas Populares	Comunicação comunitária. Comunidade. Cidadania. Relações Públicas Populares	Cicilia M. Krohling Peruzzo	2020
2	Ações de advocacy como garantia de diversidade na democracia	Relações Públicas, advocacy, cidadania LGBTI+, assessoria de comunicação, diversidade	Marcos José Zablonky e Mayara Thalita de Almeida	2019
3	Etnomídia como campo de (re)apropriações das práticas midiáticas no portal do Conselho Indígena de Roraima	Etnomídia, práticas midiáticas, Conselho Indígena de Roraima	Vilso Junior Santi e Bryan Chrystian Araújo	2019
4	Amazônia e movimentos sociais: a comunicação das redes de mobilização	Amazônia, movimentos sociais, redes de mobilização, comunicação	Lucas Milhomens	2018
5	Demandas de representação e comunicação no Facebook: análise de fanpages das organizações Mobilização Nacional Indígena e Conselho Indigenista Missionário	Movimento indígena, Facebook, representação política, cultura de comunicação, demandas de representação	Thiago Almeida Barros, Gecilene Magalhães Marinho Barros e Analaura Corradi	2018
6	Sentidos de comunicação e trabalho nos discursos do terceiro setor: uma análise dos termos mais utilizados no enunciado institucional de três “ongs de comunicação”	Comunicação, terceiro setor, ONGs, binômio comunicação e trabalho	Camila Acosta Camargo	2018
7	A comunicação como instrumento de transformação social em organizações da sociedade civil	Comunicação, Sociedade Civil Organizada, Organizações da Sociedade Civi, binômio	Camila Acosta Camargo	2017

		comunicação e trabalho, sentidos do trabalho		
8	A Comunicação nos movimentos sociais do Sertão do Piauí: um estudo sobre o Grupo Cultural Adimó e suas interações cidadãs para a população sertaneja piauiense	Comunicação social, comunicação comunitária, cidadania, movimento social, Grupo Cultural Adimó.	Evandro Alberto de Sousa, Orlando Maurício de Carvalho Berti e Paula Monize de Moura Rodrigues	2015
9	Juventudes e Cidadania: Rede Cuca e a Campanha sobre os Direitos dos Jovens	Juventudes, Rede Cuca, cidadania	Samaisa dos Anjos	2015
10	A mobilização social como um processo de emancipação dos sujeitos	Mobilização social, emancipação, cidadania	Jones Machado, Kalliandra Quevedo Conrad e Maria Ivete Trevisan Fossá	2014
11	Comunicação para a Cidadania e Democracia: capacitação em comunicação pública e política	Comunicação pública, comunicação política, cidadania, democracia	Heloiza Helena Matos e Nobre e Guilherme Fráguas Nobre	2014
12	Participação Social e o Decreto da Polêmica	Participação social, comunicação, Brasil	José Marcio Barros e Núbia Braga Ribeiro	2014
13	Comunicação pública e políticas públicas: análise do portal eletrônico da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo	Comunicação pública, políticas públicas, cidadania, pessoa com deficiência, portal eletrônico	Mariany Schievano Granato	2013
14	Esferas Públicas de Conversação Política: processos de comunicação para a construção de cidadania entre profissionais da saúde	Conversação política, esferas públicas, desigualdades deliberativas, ato médico	Francine Altheman	2012
15	Acesso, participação e direito à comunicação na Constituição Federal Brasileira de 1988	Direito à comunicação, meios de comunicação, democracia, cidadania	Roseane Bezerra de Lima do Vale	2011
16	Comunicação Religiosa: A Construção De Um Conceito	comunicação religiosa, cidadania, Terceiro Setor	Maria Amélia Miranda Piroló	2011
17	Comunicação e linguagem no Orçamento Participativo: uma outra perspectiva de análise	Comunicação epistemológica, comunicação praxiológica, linguagem, orçamento participativo	Rafael Cardoso Sampaio	2009

Fonte: A autora.

Peruzzo (2020) apresenta importantes contribuições conceituais, ao trabalhar com a comunicação comunitária. A pesquisadora explica que a comunicação popular é caracterizada por uma “comunicação de proximidade por intermédio de processos constituídos no nível de grupos, redes, coletivos,

comunidades organizadas” (PERUZZO, 2020, p. 4), tendo como base princípios de ordem pública (como por exemplo contribuir com os processos mobilizadores da própria comunidade, difundir conteúdos com a finalidades educativas, culturais e a ampliação da cidadania). A autora argumenta que a comunicação comunitária deriva da comunicação popular, que também recebe denominações como alternativa, participativa, dialógica, educativa, radical, entre outras. Para ela, mesmo com denominações diferentes, “na prática os objetivos, processos desenvolvidos e a estratégia são semelhantes, ou no mínimo, em última instância, convergem no interesse cívico por mudanças na sociedade” (PERUZZO, 2020, p. 7).

Sob outra perspectiva, para abordar a estratégia de *advocacy*, Zablonky e Almeida (2019) sustentaram a prática de relações públicas como estratégia de *advocacy* em causas sociais. Os autores analisaram as atividades de defesa de causa do Grupo Dignidade, ao longo do ano de 2018, apresentando alternativas para ampliar a visibilidade dessas ações.

Santi e Araújo (2019), por sua vez, estudaram o portal do Conselho Indígena de Roraima, para entender como este se apropriava das ferramentas da lógica midiática para ocupar um lugar no sistema de produção de discursos. Observaram que o uso de ferramentas midiáticas atendia ao objetivo de servir como um dispositivo de contato e de mobilização das diversas etnias e comunidades da região.

A comunicação das redes de mobilização serviu de objeto para Milhomens (2018), que apresentou um panorama das redes de mobilização dos movimentos sociais no contexto amazônico. Para o pesquisador, ao se falar de redes de mobilização e movimentos sociais “[...] nos referimos a uma estrutura que leva em consideração, fundamentalmente, os mecanismos que viabilizam a comunicação ‘in’ e ‘ex’terna desses atores sociais e suas diferentes formas de atuação” (MILHOMENS, 2018).

Refletindo ainda sobre o terceiro setor, Camargo (2018) analisou os termos mais utilizados em três ONGs de comunicação. Já Barros, Barros e Corradi (2018) preocuparam-se em observar demandas de representação e comunicação no Facebook, indicando que as organizações levantaram demandas semelhantes (como por exemplo a demarcação de terras indígenas), no entanto revelaram diferenças em relação à abordagem dos conteúdos e fins

e funções da comunicação, “[...] o que abre espaço para problemas quanto à representação política não eleitoral de povos indígenas” (BARROS, BARROS, CORRADI, 2018).

As organizações da sociedade civil serviram de amparo às questões trazidas por Camargo (2017, p. 14), que apontou a dificuldade em encontrar literatura no campo de estudos das organizações da sociedade civil, filantropia e terceiro setor, “visto que esta área está historicamente vinculada aos estudos das ciências sociais aplicadas e da administração, tendo uma lacuna de perspectivas críticas sobre o campo”.

Outra produção que focou na cidadania investigou sobre a campanha #todojovemtemdireito, da Rede Cuca, localizada em Fortaleza e realizada no mês de maio de 2015. Para Anjos (2015), a campanha possibilitou “[...] um diálogo de conhecimento, conscientização dos direitos, potencialidade da cidadania e das ações”, sendo importante que as pessoas conhecessem os próprios direitos para a prática e a vivência da cidadania.

Outros dois artigos discorreram sobre aspectos relativos aos movimentos sociais. Sousa, Berti e Rodrigues (2015) interessaram-se por estudar uma das interfaces da comunicação nos movimentos sociais do Sertão do Piauí, assim como transformações comunicacionais decorridas a partir da realização de oficinas nas entidades escolhidas.

Refletindo sobre a mobilização social, Machado, Conrad e Fossá (2014) argumentaram que esta poderia ser compreendida como um processo de emancipação dos sujeitos, sendo a elaboração de estratégias comunicacionais fundamental para o desenvolvimento de projetos de mobilização social. Nesse sentido, o importante o papel dos profissionais da comunicação social, na medida em que buscavam fomentar o debate crítico e o desenvolvimento de uma cultura política de participação.

Nobre e Nobre (2014, n.p.) indagaram quando a comunicação era o vetor de capacitação para a cidadania e para a democracia, tendo como foco em seu artigo a “[...] busca de indícios acerca de uma cultura de promoção da habilitação de (mais e melhores) comunicadores públicos e comunicadores políticos”. Assim, refletiram buscando “[...] tentar dar voz a uma inquietação: como preparar comunicadores cidadãos para a vivência democrática?”.

Já sob o aspecto referente à participação, destacamos o trabalho de Barros e Ribeiro (2014), que problematizou questões em torno da participação social a partir da edição do Decreto Federal 8.243/14 (sobre os quais tecemos considerações anteriormente, ao refletirmos sobre os Conselhos de Políticas Públicas) e seus desdobramentos polêmicos na mídia. Os pesquisadores trouxeram alguns dados interessantes, como o número de Conselhos Nacionais, que até 2011 era de 71. Com relação ao mecanismo das conferências nacionais (que criaram outras dinâmicas e práticas de participação e deliberação), os autores mencionaram a tipologia desenvolvida por Souza (2011), que tinha como objetivo compreender as características do processo de acionamento da participação social nestes espaços. Assim, as conferências poderiam ser classificadas em 4 grupos: 1) de agendamento (voltada à difusão de ideias e fortalecimento de redes); 2) de avaliação (com foco em ações de diagnóstico de situação ou avaliação de políticas); 3) de participação (com objetivo de ampliação ou fortalecimento de espaços participativos); e 4) de proposição (voltadas à formulação de estratégias ou políticas para garantia de direitos).

A análise do portal da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo serviu de objeto ao estudo de Granato (2013). A autora analisou o que estava sendo feito pelo governo para o cidadão, no âmbito de políticas públicas. Ela observou que o espaço poderia ser mais explorado, como “forma de afirmar a função da comunicação pública dentro do cenário democrático” (GRANATO, 2013, p. 12).

Já o estudo de Alteman (2012) foi no sentido da importância da conversação cotidiana para o sistema deliberativo, analisando um momento em específico, por ocasião das discussões referentes ao Projeto de Lei do Ato Médico.

Outro artigo abordou o direito à comunicação previsto na Constituição Federal, apontando que a Carta Magna não amparou suficientemente o acesso e a participação do cidadão nos meios de comunicação (VALE, 2011). Para Vale (2011), o direito à comunicação, cidadania e democracia seriam termos intimamente ligados, uma vez que para exercer plenamente seus direitos, os cidadãos deveriam ter acesso às informações e, assim como o direito de contribuir nesta discussão.

A comunicação religiosa serviu de objeto de estudo para Pirolo (2011), que apontou as implicações da relação entre ação religiosa e construção da cidadania no terceiro setor. Segundo ela, “o vínculo dos indivíduos a entidades religiosas determina sistemas morais que contribuem na construção da cidadania”, de forma que “o pertencimento a uma entidade religiosa contribui na possibilidade de construção efetiva da cidadania, ao integrar o sujeito em ações da sociedade civil organizada” (PIROLO, 2011, p. 9).

Considerando a variedade de experiências participativas, também mereceu destaque o orçamento participativo (OP), que serviu de objeto ao estudo de Sampaio (2009), ao investigar a sua comunicação e a sua linguagem. O autor sustentou que “[...] os estudos sobre orçamentos participativos se focam demasiadamente na questão institucional e que pode haver ganhos diversos ao se analisar as conversações dos participantes” (SAMPAIO, 2009). O pesquisador esclareceu que o OP é “[...] uma política que procura devolver aos atores da sociedade civil o poder de decisão sobre questões que envolvem diretamente suas vidas” (SAMPAIO, 2009).

Realizando a pesquisa junto ao GT Relações Públicas e Comunicação Organizacional da Intercom, identificamos 16 artigos (QUADRO 13), dos quais destacamos alguns pontos de 15 deles que contribuem à reflexão ora proposta, por trazerem tópicos que se relacionam ao presente estudo.

QUADRO 13 - Trabalhos publicados nos Anais do GT Relações Públicas e Comunicação Organizacional (INTERCOM) que apresentam expressões, ou palavras relacionadas com a temática

	Título do artigo	Palavras-chave	Autor(a)	Ano
1	A Participação Social na Cidadania Comunicativa	Cidadania comunicativa, direito à comunicação, participação social	Ismar Capistrano Costa Filho	2020
2	Participación Ciudadana: Infrapolítica y Movilización	Participación, ciudadanía, democracia, infra política, movilización	Sergio Ricardo Quiroga	2020
3	Lobby no Brasil: do reconhecimento como profissão a transparência na relações públicas e privadas	Lobby, comunicação, organizações, regulamentação	Rose Mara Vidal de Souza	2018
4	A mobilização da responsabilidade social empresarial do Instituto ETHOS no Pacto empresarial pela integridade e contra a corrupção	Estratégias comunicacionais, responsabilidade social, mobilização, terceiro setor, Instituto ETHOS	Amanda Frick e Maria Ivete Trevisan Fossá	2017
5	Esfera pública em crise: o papel da comunicação estratégica e	comunicação pública, governança corporativa,	Nemézio Clímico Amaral	2017

	pública em meio à instabilidade institucional brasileira	comunicação estratégica, reputação, mídia	Filho e Eduardo Guerra Murad Ferreira	
6	O estatuto da “comunicação” nas OSC em Portugal: um primeiro retrato	Comunicação organizacional, comunicação estratégica, ONG	Mafalda Eiro-gomes e Cesar Neto	2017
7	As organizações como Estruturas de Interação Comunicativa	Interação comunicativa, relações interpessoais, comunicação organizacional, linguagem	Selma Regina Ramalho Conte	2016
8	Comunicação digital e mobilização social para pessoas com deficiência: estudo de caso sobre a Síndrome de Prader Willi	Relações públicas comunitárias, mobilização social, comunicação digital, pessoas com deficiência, Síndrome de Prader Willi	Patricia Carla Gonçalves Salvatori	2016
9	Comunicação Organizacional: Indutora e Facilitadora da Comunicação Pública	Cidadania, comunicação organizacional, comunicação pública	Valmiria A. Balbinot e André da Silva Pereira	2016
10	Comunicação Governamental–entre a Comunicação Pública e a Política: A Experiência da Prefeitura Municipal de Fortaleza	Comunicação Governamental, comunicação pública, comunicação política; opinião pública; Prefeitura de Fortaleza	Ana Javes Andrade da Luz	2014
11	Comunicação Organizacional e sua Interação com a Comunicação Pública	Comunicação Organizacional, comunicação pública, responsabilidade social/ambiental, democracia, redes sociais	Maria José da Costa Oliveira e Heloiza Matos	2014
12	Estudo sobre a Comunicação On-line das ONG na Espanha	Relações públicas, ONG, comunicação, comunicação on-line, comunicação organizacional	Ana Almansa	2013
13	ONGs e redes sociais: vitrine institucional ou engajamento social?	redes sociais, ONGs, mobilização social, comunicação organizacional	Ana Carrollina Leitão	2011
14	A comunicação organizacional na construção da cidadania	Comunicação organizacional, cidadania, comunicação, construção da cidadania	Tiago Maineri	2010
15	ONGs em Crise: Estratégias de Comunicação entre as ONGs e seus Públicos de Relacionamento, Via Enquadramento da Mídia, em Situações de Crise	comunicação organizacional, gerenciamento de crise, enquadramento da mídia, ONGs	Paula Franceschelli de Aguiar Barro	2010
16	De públicos para cidadãos: um repensar sobre relacionamentos estratégico	Públicos, cidadãos, relacionamentos estratégicos, atores sociais, cidadania	Maria José da Costa Oliveira	2009

Fonte: A autora.

A participação social pode ser entendida como uma condição para a conquista da cidadania comunicativa (COSTA FILHO, 2020b). Para Costa Filho (2020b), a participação pode ser pensada a partir de três dimensões: inclusão social, interação e partilha de poder. Para ele, a participação não se resume a ritos, mas se torna processo da ampliação de direitos e da democratização das sociedades.

A participação também foi objeto de estudo de Quiroga (2020), que apresenta reflexões sobre a democracia de San Luis, na Argentina. O autor explica que, naquela sociedade, ainda não existem instrumentos institucionalizados para a participação e apresenta algumas características com relação a desigualdade de poder nos processos participativos. Com relação ao consenso do regime lá vigente, ele destaca a importância das vozes dissidentes. Nesse sentido

En San Luis, estas voces de disensión, durante mucho tiempo silenciosas, silenciadas y aisladas en los márgenes, constituyen hoy una creciente y beneficiosa presencia y una amenaza existencial al consenso tradicional del régimen actual, antes legitimado por la promoción industrial y la obra pública y en la actualidad por los planes de ayuda social y posiblemente a la distribución de dinero en las elecciones (QUIROGA, 2020, p. 12)³⁴.

Outro artigo apresentou aspectos relacionados ao *lobby* e à regulamentação da profissão no Brasil. Segundo Souza (2018), a sociedade devia se mobilizar para influenciar o poder público, da mesma forma que “empresas, entidades, sindicatos e movimentos sociais devem lutar pelos seus direitos, sendo o lobby uma dessas representações” (SOUZA, 2018, p. 1).

Para refletir sobre as organizações do terceiro setor, Frick e Fossá (2017) elegeram o Instituto ETHOS para ser analisado, por considerarem que a entidade, através da mobilização empresarial, buscava discutir e ampliar as ações de responsabilidade social empresarial no país. Investigando a mobilização proposta pelo Instituto ETHOS no Pacto Contra a Corrupção, as

³⁴ “Em São Luis, essas vozes dissidentes, por muito tempo caladas, silenciadas e isoladas nas margens, hoje constituem uma presença crescente e benéfica e uma ameaça existencial ao consenso tradicional do regime atual, anteriormente legitimado pela promoção industrial e obras públicas e atualmente devido aos planos de assistência social e possivelmente à distribuição de dinheiro nas eleições (QUIROGA, 2020, p. 12)”.

autoras constataram cinco diferentes estratégias para a mobilização das empresas: estratégias informativas, de segurança, de conscientização, de convocação e estratégias de corresponsabilidade (QUADRO 14).

QUADRO 14 - Estratégias para a mobilização das empresas

Estratégias	Objetivo	Manifestação
Informativas	Informar as empresas para que elas se sintam orientadas para a causa	Textos, links para outros sites, guias temáticos, infográficos e hiperlinks para outros materiais informativos
Segurança	Influenciar no julgamento das empresas por passarem confiança e segurança para que venham aderir a causa	Listagem das empresas que já são signatárias disponível no site, a divulgação das empresas que participam do grupo de trabalho e da Secretaria do Pacto
Conscientização	Guiar sobre as definições da causa – neste caso, a corrupção empresarial	Disponibilização de conteúdos - textos, hiperlinks, dicionário da corrupção e vídeos
Convocação	Convocar para uma ação concreta	Banners com links convocando para a assinatura do Pacto
Corresponsabilidade	Buscam a divisão dos problemas e soluções com todos os participantes do projeto	A plataforma de monitoramento, a aba do site do Pacto “porque assinar” e as reuniões do grupo de trabalho que buscam debater pontos em comum

Fonte: A autora, com base na classificação elaborada por Frick e Fossá (2017).

Conceitos como o de *accountability*, governança corporativa e ética foram desenvolvidos por Filho e Ferreira (2017). Os autores argumentaram que a esfera pública estaria em crise, considerando o cenário de crise política, institucional e econômica atravessada pelo País no ano de 2017. Entenderam que existia um desafio ao poder público em meio à batalha de agendas de interesses conflitantes entre o público e o privado.

Gomes e Neto (2017) propuseram retratar *o estatuto da comunicação das OSCs* em Portugal e apontaram que a comunicação para a mudança social e comportamental eram ausentes ou, se presentes, entendidas sob outras designações e configurando outras competências disciplinares. Os pesquisadores verificaram que para muitas das ONGs analisadas, a *advocacy* não era considerada como comunicação – ilustraram o argumento com a citação de uma das entrevistas, que mencionou que foi criado um departamento de *advocacy*, com uma pessoa licenciada em ciências políticas. Para eles, no entanto “A *advocacy* parece ser claramente uma área que pertence ao âmago da comunicação estratégica (WHITE e MAZUR, 1995; CUTLIP et al., 1999; TENCH e YEOMANS, 2006; WILCOX, CAMERON e XIFRA, 2006; EIRÓ-

GOMES e NUNES, 2012), mas tal não parece ser o entendimento na maioria das ONGD entrevistadas” (GOMES, NETO, 2017, p. 13).

Compreendendo as organizações como estruturas de interação comunicativa, Conte (2016) concluiu que o trabalho em comissões, ou grupos de trabalho, seria uma forma de interação na prática. Para ela, a ênfase seria manter as interações constantes, fossem espontâneas, provocadas, formais ou informais.

Abordando a mobilização social, aspectos conceituais sobre a comunicação para cidadania, comunicação digital e relações públicas comunitárias, Salvatori (2016) investigou a mobilização nas redes sociais em prol de pessoas com Síndrome de Prader Willi, desordem genética rara.

Balbinot e Pereira (2016) argumentaram que a comunicação organizacional e a comunicação pública estariam diretamente ligadas. Alertaram para a importância de ações de sensibilização, para que os cidadãos pudessem refletir sobre as informações que fossem recebidas – o que promoveria a cidadania e contribuiria para a democracia.

Outra produção analisou a prestação de contas (*accountability*) como uma forma de aprimorar mecanismos de transparência governamental, ao abordar a comunicação governamental e seu lugar como instrumento de gestão e disputa da opinião pública (LUZ, 2014).

As possíveis interações entre a comunicação organizacional e a pública no Brasil serviu de objeto de análise para Oliveira e Matos (2014). Segundo as autoras, esses conceitos tenderiam a se entrelaçar, o que indicaria que as políticas de comunicação “devem levar em consideração questões fundamentais como a garantia de participação de todos no âmbito organizacional, já que democracia deve ir além da esfera estatal” (OLIVEIRA, MATOS, 2014, p. 14). Argumentaram que essa interação entre a comunicação organizacional e a pública não era entendida por todas as organizações, uma vez que essa relação dependia do nível de consciência de cada organização.

Almansa (2013) apontou que, entre as ONGs que analisou na Espanha, o Facebook era a rede social mais usada. Ainda, que as ONGs buscavam atrair parceiros, voluntários e doadores nos espaços web em que estavam presentes. Mas havia diferença entre as pequenas e as grandes ONGs. Nesse sentido

También el fundraising, básico para las ONG, muestra diferencias entre grandes y pequeñas organizaciones. Mientras todas las grandes organizaciones recaudan fondos para su causa en general y/o para proyectos en concreto, casi la mitad de las pequeñas organizaciones no hace ningún tipo de recaudación en sus web (ALMANSA, 2013, p. 11)³⁵.

Também através do uso das redes sociais, Leitão (2011) buscou investigar se o esforço comunicacional das ONGs vinha sendo majoritariamente no sentido de mobilização social ou de divulgação institucional. Para ela, a mobilização de indivíduos, ativistas ou doadores estava no *core business* dessas instituições, que tinham como objetivo promover mudanças sociais. A autora argumentou que as redes sociais poderiam funcionar como canais de estreitamento dos laços entre indivíduos e organizações. No entanto, era preciso considerar que “Engajamento pressupõe relacionamento. Nesse sentido, a comunicação de uma organização não governamental com seus públicos de interesse exerce papel fundamental em suas ações” (LEITÃO, 2011, p. 2). O convite à reflexão tornou-se inevitável, quando Leitão (2011) questionou se as ONGs estariam atuando mais como vitrine institucional ou buscando o engajamento social. A partir de sua análise, classificou o conteúdo das mensagens em 3 categorias: informação (veiculação de notícias e cobertura de eventos sem cunho institucional), divulgação (conteúdo referente a ações da instituição) e mobilização/relacionamento (mensagens que buscavam a interação e envolvimento com o público de interesse).

Maineri (2010) apresentou uma proposta para compreender como se manifestava o conceito de cidadania numa perspectiva comunicacional. Afirmou que era necessário entender o processo comunicativo que ocorria no âmbito organizacional – considerando tanto as relações entre o sistema macro (estrutura social) como o sistema micro (organização). Para o pesquisador, “No âmbito da comunicação organizacional, especificamente, o objeto engloba o estudo dos fenômenos comunicacionais no contexto organizacional” (MAINERI, 2010, p. 2). Ele salientou que empresas que almejavam manter uma boa imagem

³⁵ “Também a captação de recursos, básica para ONGs, mostra diferenças entre grandes e pequenas organizações. Enquanto todas as grandes organizações arrecadam fundos para sua causa em geral e/ou para projetos específicos, quase metade das pequenas organizações não faz nenhum tipo de captação em seu site” (ALMANSA, 2013, p. 11).

corporativa, muitas vezes tinham se utilizado de projetos e programas para amenizar problemáticas sociais de comunidades carentes (a isso ele denominou de cidadania empresarial), sem se preocupar efetivamente em minimizar os problemas socioambientais vivenciados pelas populações.

Já Barros (2010) investigou formas de relacionamento entre ONGs e a mídia durante casos de crise, assim como os enquadramentos dados pela imprensa. A autora mencionou alguns aspectos, contribuindo para as melhores práticas de comunicação, a saber: 1) imparcialidade política (que foi apontada como essencial para a credibilidade, confiança e reputação de uma ONG); 2) transparência no discurso comunicacional (sendo uma boa forma de validar esse discurso a exploração do balanço social); 3) o envolvimento da imprensa com a causa (o que repercutia no enquadramento realizado) e 4) outras estratégias particulares de comunicação.

Ao trabalhar com o conceito de cidadania, Oliveira (2009, p. 4) constatou que ele “[...] evoluiu, porque a sociedade deixou de ser subjugada ao poder do príncipe e passou a ter valor em si mesma. As instituições públicas, privadas e do terceiro setor surgiram para servir ao cidadão e não o inverso”. Considerando o cenário em constante transformação e aspectos relacionados à responsabilidade social, democracia e cidadania, a pesquisadora ponderou que o termo público estaria equivocado. Foi com base nisso que ela apresentou o seu artigo *De públicos para cidadãos: um repensar sobre relacionamentos estratégicos* (2009). Outro aspecto que destacamos diz respeito a nomenclatura interlocutores. Para Oliveira (2009, p. 2), “O termo adequado aos tempos de novas tecnologias é interlocutores, característico de um cenário de comunicação, de ação e reação, de troca, de compartilhamento e não de informação [...] num único sentido”.

A interpretação dos artigos apresentados no GT Relações Públicas e Comunicação Organizacional da Intercom nos leva a alguns apontamentos: 1) a presença das organizações nas redes sociais como forma de mobilização social e/ou de divulgação institucional; 2) a *advocacy* como área pertencente à comunicação estratégica; 3) o entrelaçamento entre a comunicação organizacional e a pública, que juntas podem promover a cidadania e 4) boas práticas indicadas, como a imparcialidade política e transparência no discurso comunicacional. Ainda, alguns dos estudos indicaram classificações/estratégias

encontradas nas mensagens postadas pelas organizações nas redes sociais: informacional, divulgação e mobilização/relacionamento, ou estratégias informativas, de segurança, de conscientização, de convocação e estratégias de corresponsabilidade.

Diante do levantamento apresentado, podemos realizar um movimento de reinterpretção, considerando aspectos que acreditamos que possam contribuir com a nossa proposta investigativa. Esse movimento nos leva a criação de duas grandes categorias. A primeira envolve aspectos envolvendo a representação política e a comunicação e a segunda considera a dinâmica do debate público (QUADRO 15).

QUADRO 15 - Consolidação de aspectos a partir do estado da arte

Categoria	Aspectos destacados
Representação política e comunicação	O interesse em visibilizar as demandas na esfera pública por intermédio dos media em sua pluralidade, assim como a mídia enquanto agente de mobilização para a participação cívica. Fontes : Kahwage e Cal (2020) e Maia (2002).
	Ao tornar um problema público, o que se pretende é visibilizá-lo socialmente, para que seja objeto de discussão e seja possível uma mobilização social. Fonte: Pimenta (2020).
	A estratégia de <i>advocacy</i> enquanto atividade de defesa de causa. Fonte: Zablonky e Almeida (2019).
	A <i>advocacy</i> como uma área que pertence ao âmago da comunicação estratégica. Fonte: Gomes e Neto (2017).
	A representação como processo sistêmico, difuso e multifacetado, levando-se em conta que a atenção deve se voltar ao processo, e não ao resultado. Fonte: Garcêz (2017).
	A ideia de representação não como um fenômeno isolado a um certo espaço, sendo necessário considerá-la no seu conjunto, a partir de diferentes espaços e fóruns. Fonte: Garcêz e Maia (2016).
	A representação como uma prática relacional. Fonte: Itassu (2014).
Dinâmica do debate público	A importância na edificação de espaços de conversação, como por exemplo através da realização de eventos como encontros regionais e nacionais. Fonte: Marques, Mendonça e Maia (2007).
	A necessidade de incorporar o dissenso. Fontes: Matos e Pereira Filho (2016) e Prudencio (2012).
	As tecnologias digitais abriram uma nova possibilidade para o campo da comunicação pública, na medida em que alteraram em parte a dinâmica do debate público Fonte: Matos e Pereira Filho (2016).

	As conferências nacionais como uma forma de participação social. Fonte: Barros e Ribeiro (2014).
	A comunicação informal, que se desdobra fora das arenas formais, como um recurso importante na formulação de demandas a serem encaminhadas aos corpos deliberativos do sistema político. Fonte: Maia (2001).

Fonte: A Autora.

Essas duas categorias nos auxiliam, como guias, nos movimentos seguintes de pesquisa, pois acenam possibilidades nas análises que estão sendo propostas. Uma premissa que estamos adotando é que as OSCs atuam como atores políticos (BORGES, 2012), na medida em que pautam assuntos de interesse público e contribuem na organização da agenda.

A primeira categoria *representação política e comunicação* se justifica na medida em que um dos nossos objetivos é investigar as como as OSCs articulam as manifestações comunicacionais e políticas referentes a assuntos de interesse público, mobilizando a sociedade em prol dos seus ideais. O estado da arte nos permitiu destacar alguns pontos, como a necessidade de considerar o interesse em visibilizar as demandas por intermédio dos media (KAHWAGE, CAL, 2020). Maia (2002) afirmava que a mídia seria um importante agente de mobilização para a participação cívica, ou seja, um dos aspectos a considerar quando falamos em representação política e comunicação, é o interesse na visibilidade das demandas na esfera pública. Essa visibilidade contribuiria para pautar a demanda socialmente, tornando-a objeto de discussão e assim com maior potencial de mobilização social (PIMENTA, 2020).

Outro aspecto a ser destacado é o que sustenta a representação como um processo, não focando no resultado em si. Nessa perspectiva, a representação é entendida como um processo fluído, multifacetado e difuso (GARCÊZ, 2017), sendo necessário considerá-la em seu conjunto, a partir de diferentes espaços e fóruns – ou seja, não um fenômeno isolado a um determinado espaço ou tempo (GARCÊZ, MAIA, 2016). Destacamos a importância de espaços de conversação (MARQUES, MENDONÇA, MAIA, 2007) que promovam a possibilidade de trocas, considerando a representação como uma prática relacional (ITASSU, 2014).

A *advocacy* foi outra temática que destacamos, compreendendo-a como uma forma de mobilização social. Nesse sentido, pode ser considerada uma

estratégia para defesa de determinada causa (ZABLONSKY, ALMEIDA, 2019) e uma área pertencente ao âmago da comunicação estratégica (GOMES, NETO, 2017).

Esses elementos, em conjunto, evidenciam a estreita relação entre a representação política e a comunicação e nos instigam a pensar em possibilidades investigativas que contemplem aspectos relacionados a: visibilidade das demandas, importância de espaços de conversação, representação como prática relacional e processo difuso e *advocacy* como estratégia comunicacional. Em outras palavras, a possibilidade de considerarmos a representação política extraparlamentar como um fenômeno relacional, não restrito a determinado espaço e/ou tempo, que busca a visibilização de demandas e a mobilização social, sendo a *advocacy* uma das formas para que isso aconteça.

Na segunda categoria – *dinâmica do debate público* – destacamos a necessidade de incorporar o dissenso, para que os diálogos não sejam voltados a busca do consenso (MATOS, PEREIRA FILHO, 2016; PRUDENCIO, 2012). Sobre isso, Gomes (2017) reforçou o valor do dissenso para as relações comunicacionais, propondo repensar o conceito de ruído e dissidência nas relações comunicacionais. Para a pesquisadora, eles seriam parte da mensagem, ao invés de algo externo a ela. “Isso significa entendê-los como constituintes da relação comunicacional, não como algo que se agrega à mensagem, mas sim como parte da própria” (GOMES, 2017, p. 117).

Outro aspecto abordado por Matos e Pereira Filho (2016) considerou a relevância das tecnologias digitais ao se pensar sobre a comunicação pública. Para os autores, essas tecnologias alteraram a dinâmica do debate público. Sob outro aspecto, podemos também identificar formas de participação social, como no caso das conferências nacionais, enquanto momentos propícios ao debate público (BARROS, RIBEIRO, 2014). Mas além de momentos formais como as conferências, devemos atentar à comunicação informal, que se desdobra fora dessas arenas, como um recurso importante na formulação de demandas a serem encaminhadas aos corpos deliberativos do sistema político (MAIA, 2001).

Com relação às 40 Teses pesquisadas, identificamos que apenas 5 foram vinculadas a Programas de Pós-Graduação em Comunicação, sendo que a última data de publicação foi em 2019, e as demais nos anos de 2018, 2012

(duas) e 2009. Nas produções vinculadas aos congressos, como no caso da COMPÓS e INTERCOM, a produção é um pouco maior. Nos Anais da COMPÓS, identificamos 28 artigos relacionados ao nosso tema de interesse, sendo a produção mais recente de três artigos em 2020 e em 2019. Dos 32 artigos selecionados dos Anais da INTERCOM, três são de 2020 e dois são de 2019. Essa constatação acena no sentido da necessidade de outros estudos, partindo da perspectiva comunicacional, que contemplem aspectos envolvendo sociedade civil, comunicação pública, representação, conselhos e democracia. Talvez nossa pesquisa possa contribuir nesse sentido.

5. AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM ANÁLISE

Ao consultarmos o portal do governo do Estado do Rio Grande do Sul (2019) e outras páginas às quais direciona, constatamos a existência de 22 Conselhos Estaduais, vinculados a diferentes secretarias (QUADRO 16). Vinculados à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos foram identificados 13 Conselhos (SJCDH, 2021a); dois (STAS, 2021) junto à Secretaria do Trabalho e Assistência Social; outros dois (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2021)³⁶ vinculados à Secretaria de Educação; mais dois (SEMA, 2021) junto à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura; na Secretaria de Cultura, um (SECRETARIA DA CULTURA, 2021); na Secretaria de Saúde, um (SECRETARIA DA SAÚDE, 2021); e na Secretaria de Esporte e Lazer, também um (SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER, 2021).

QUADRO 16 - Conselhos existentes no Estado do Rio Grande do Sul

Conselho Estadual	Secretaria
Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CEDH-RS)	Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Pessoa Idosa	
Políticas sobre Drogas - CONED	
Pessoa com Deficiência (Coepede)	
Criança e do Adolescente - Cedica	
Direitos da Mulher - CEDM/RS	
Defesa do Consumidor - CEDECON	
Programa de Proteção dos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos - CEPDDH/RS	
Promoção dos Direitos LGBT	
Povo de Terreiro do Estado do RS	
Povos Indígenas (CEPI)	
Juventude	
Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul - Codene	
Assistência Social	Trabalho e Assistência Social
Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS	Educação
Educação	
Alimentação escolar	Meio Ambiente e Infraestrutura
Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul	
Meio Ambiente	Cultura
Cultura	
Saúde	Saúde
Esportes	Esporte e Lazer

Fonte: A autora (2021).

³⁶ Vale mencionar que o Conselho Estadual de Educação não foi identificado via portal da Secretaria de Educação, sendo identificado por pesquisa na *web*.

A Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, cujo foco são os grupos mais vulneráveis, tem sob sua proteção idosos, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, população LGBT, jovens, negros, povos tradicionais e todos que sofrem qualquer discriminação (SJCDH, 2021c). Por este motivo, considerando o nosso interesse em aprofundar as esferas de proteção e fiscalização estaduais em relação a esses públicos, optamos por observar os Conselhos vinculados a esta Secretaria.

Como movimento seguinte de pesquisa, buscamos mais informações no portal do Governo do Estado acerca de cada um destes Conselhos. Identificamos quais estavam ativos e quais as organizações da sociedade civil que atuaram durante o ano de 2020 em cada um deles. Com o objetivo de investigar essas organizações, foi preciso identificá-las, como segue.

5.1. Os Conselhos Estaduais vinculados à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Iniciamos pelo Conselho Estadual da Pessoa Idosa (CEI), que “é órgão permanente, paritário, deliberativo e fiscalizador das políticas e das ações voltadas para a pessoa idosa” (SJCDH, 2021d, s.p). Embora exista uma notícia acerca da nova gestão 2020/2022 com o nome da presidente e da vice-presidente que assumiriam, não são mencionados os demais integrantes do Conselho (SJCDH, 2020).

Já o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONED) acompanha e atualiza a Política Estadual sobre Drogas, assim como articula, integra, coordena e executa as atividades relacionadas a prevenção do uso indevido de drogas, bem como de atenção e reinserção social dos usuários e dependentes, além de atuar na repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas (SJCDH, 2021e). A Lei 13.707/2011 (RIO GRANDE DO SUL, 2011), no art. 8, determina quem serão os membros deste Conselho, sendo alguns deles representantes indicados por organizações, instituições ou entidades da sociedade civil, a saber: a) Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RS; b) Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS; c) Conselho Regional de Medicina – CREMERS; d) Conselho Regional de Psicologia – CRP; e) um assistente social,

indicado pelo Conselho Estadual de Serviço Social – CRESS ; f) um educador, indicado pelo Conselho Estadual de Educação – CEED; g) dois representantes dos prestadores de serviço de assistência aos usuários de drogas; h) um representante dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas; i) um representante das organizações empresariais com programas de prevenção ao uso indevido de drogas; j) um representante da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul – AJURIS; k) um representante da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRS; l) um representante da Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul – ADPERGS; m) um representante da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio Grande do Sul – ACONTURS; e n) um representante indicado pelo Fórum Gaúcho de Saúde Mental – FGSM – em conjunto com o Fórum de Redução de Danos. Em 18 de fevereiro de 2020, tomaram posse os novos Conselheiros do Conselho para gestão 2020/2021 (QUADRO 17).

QUADRO 17 – Instituições atuantes na Gestão 2020/2021 no CONED

Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas
Secretaria da Saúde
Secretaria da Segurança Pública
Brigada Militar
Polícia Civil
Secretaria da Fazenda
Secretaria da Educação
Secretaria da Cultura
Secretaria do Esporte e Lazer
Secretaria do Trabalho e Assistência Social
FASE
Departamento de Políticas para a Juventude
Instituto Geral de Perícias - IGP
Conselho Regional da OAB/RS
Federação das Associações dos Municípios do RS – FAMURS
Conselho Regional de Medicina – CREMERS
Conselho Regional de Psicologia - CRP
Conselho Estadual de Serviço Social - CRESS
Conselho Estadual de Educação - CEED
Associação de Juízes do Rio Grande do Sul- AJURIS
Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul - AMPRGS
Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul - ADPERGS
ACONTURS
Fórum Estadual de Redução de Danos c/c Fórum Gaúcho de Saúde Mental
COMAD Dois Irmãos
Federação das Comunidades Terapêuticas do RS (FECTERS)

Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT)
Assistente Social - SESI

Fonte: SJCDH (2021e).

Já o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEPEDE), também “órgão representativo e colegiado, paritário, normativo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador da Política Estadual da Pessoa com Deficiência” (SJCDH, 2021f, s.p), atua com base no disposto nos artigos 203 e 227 da Constituição Federal e no artigo 195 da Constituição Estadual. Busca formular diretrizes, acompanhar e fiscalizar a implementação da Política Estadual da Pessoa com Deficiência. Em página própria, apresentam a gestão 2019-2021, composta pelos quatro Conselhos Municipais e pelas treze Entidades da Sociedade Civil que passam a integrar o COEPEDE/RS, além das oito Secretarias Estaduais e da Defensoria Pública Estadual (QUADRO 18).

QUADRO 18 - Gestão 2020/2021 no COEPEDE/RS

Representação governamental:

Secretarias de Estado:

1. Secretaria da Educação;
2. Secretaria da Saúde;
3. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;
4. Secretaria de Trabalho e Assistência Social;
5. Secretaria do Esporte e Lazer;
6. Secretaria de Logística e Transportes;
7. Secretaria de Obras e Habitação;
8. Secretaria de Governança e Gestão Estratégica.

Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

1. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Bagé (COMPEDE);
 2. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Canoas (COMDIP);
 3. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades Pelotas;
 4. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Alegre (COMDEPA);
- Defensoria Pública Estadual

Representação Não Governamental:

Entidades da Sociedade Civil:

1. Associação dos Amigos dos Deficientes Físicos de Uruguaiana (AADUR);
2. Associação dos Familiares e Amigos do Down Porto Alegre (AFAD);
3. Associação Gaúcha de Distrofia Muscular (AGADIM);
4. Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos (AGAFAPE);
5. Coletivo Feminino Plural;
6. Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região (CRESS/RS);
7. Conselho Regional de Psicologia 7ª Região (CRP/RS);
8. Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS);
9. Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES);
10. Federação Rio-Grandense de Entidades de e para Cegos (FREC);
11. Federação Rio-Grandense de Entidades de Deficientes Físicos (FREDEF);
12. Luz Azul Associação Pró-Autismo de Santa Cruz (LUZ AZUL);
13. Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS).

Fonte: COEPEDE (2019).

Com relação ao Conselho Estadual do Povo Indígena (CEPI), que tem caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador das ações e políticas relacionadas aos povos indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, na página do Governo do Estado consta a seguinte informação: “Nenhuma informação a ser exibida” (SJCDH, 2021g, s.p), o que sugere que o Conselho não está ativo.

O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDICA) tem como objetivo³⁷ “formular, acompanhar e controlar a Política Pública Estadual de Garantia dos Direitos de Criança e do Adolescente do RS” (CEDICA, 2021, s.p). Em site próprio, são apresentados os conselheiros e entidades não governamentais (QUADRO 19).

QUADRO 19 - Relação de entidades não governamentais do CEDICA

ACPM – Federação das Associações e Círculos de Pais e Mestres do Estado do RS
Pastoral do Menor - CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Sul 3
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
FEAPAES – Federação das APAES do Estado do RS
Pastoral da criança do Rio Grande do Sul
Sociedade Educação e Caridade
AMENCAR - Associação de Apoio a Criança e do Adolescente
FERGS - Federação Espirita do Rio Grande do Sul
UBEA - União Brasileira de Educação e Assistência
USBEE- União Sul Brasileira de Educação e Ensino
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Seccional do Rio Grande do Sul

Fonte: CEDICA (2019).

Com relação ao Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT (SJCDH, 2021h), na página do Governo do Estado consta apenas um Diário Oficial de 2018 e uma notícia de 2017, o que nos induz a acreditar que o Conselho não está ativo. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do RS tem na página do Governo do Estado (SJCDH, 2021i) a relação de conselheiras de 2017 a 2019, apenas, o que leva a crer que esteja inativo também. O mesmo acontece com o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (SJCDH, 2021j), que apresenta apenas os conselheiros na gestão 2016-2017, sem informações adicionais. Também na página do Conselho Estadual do Programa de Proteção dos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos (CEPPDDH/RS) consta

³⁷ Mais informações encontram-se disponíveis em <http://cedica.rs.gov.br/conteudo/494/?Objetivo>

apenas o regimento interno e a sua lei de criação, com a informação “Nenhuma informação a ser exibida” (SJCDH, 2021k, s.p). Já na página do Conselho Estadual do Povo de Terreiro do Estado do RS, também é apresentada a frase “Nenhuma informação a ser exibida” (SJCDH, 2021l, s.p). O mesmo acontece ao acessarmos a página do Conselho Estadual de Juventude (CONJUVE/RS) – (SJCDH, 2021m).

Em que pese o portal do governo do Estado do Rio Grande do Sul dispor de uma seção ‘transparência’, percebemos que as informações relativas aos Conselhos Estaduais deixam a desejar, o que é lamentável. Os Conselhos são importantes espaços de interlocução e representatividade e gera estranheza o descuido no que toca à falta de transparência e de dados atualizados.

O Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CEDHRS) é formado por 18 representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, sendo que a sociedade civil é representada por 12 membros (SJCDH, 2021n). Na página do Governo do Estado não consta a atual gestão, mas o Conselho tem página específica (CEDHRS, 2020) em que apresenta a nova composição da sociedade civil (QUADRO 20).

QUADRO 20 – Nova composição de entidades da sociedade civil no CEDHRS

Fundação Luterana de Diaconia (FLD)
Conselho Regional de Psicologia do RS (CRP-RS)
Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)
Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (Amencar)
Associação para a Grandeza e União de Palmas (Agrupa)
Acesso – Cidadania e Direitos Humanos
Cooperativa Central de Assentamentos do RS (COCEARGS)
Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH-RS)
Associação do Voluntariado e da Solidariedade (Avesol)
Nuance: Grupo Pela Livre Expressão Sexual
Coletivo Feminino Plural
Instituto de Assessoria das Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ)

Fonte: A autora.

Com relação ao Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE), embora exista no portal do Governo do Estado (SJCDH, 2021b) uma referência a posse do Conselho para gestão 2018-2020, não existem outras referências, ou documentos disponíveis.

5.2. As organizações da sociedade civil que atuaram em 2020

Diante dessas consultas, conseguimos identificar que dos 13 Conselhos³⁸, quatro apresentam as organizações da sociedade civil que os integram (APÊNDICE 3). Foram identificadas 51 organizações ao todo, mas como algumas atuam em mais de um Conselho, refinamos a listagem, para identificar o número de entidades (sem repetições), sendo que de 51 passaram para 43 (QUADRO 21).

QUADRO 21 - Lista de entidades participantes em 2020

	ENTIDADE
1	OAB/RS
2	Federação das Associações dos Municípios do RS – FAMURS
3	Conselho Regional de Medicina – CREMERS
4	Conselho Regional de Psicologia – CRP
5	Conselho Estadual de Serviço Social – CRESS
6	Conselho Estadual de Educação – CEED
7	Associação de Juízes do Rio Grande do Sul- AJURIS
8	Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRGS
9	Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul – ADPERGS
10	ACONTURS
11	Fórum Estadual de Redução de Danos c/c Fórum Gaúcho de Saúde Mental
12	COMAD Dois Irmãos
13	Federação das Comunidades Terapêuticas do RS (FECTERS)
14	Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT)
15	Assistente Social – SESI
16	Associação dos Amigos dos Deficientes Físicos de Uruguaiana (AADUR)
17	Associação dos Familiares e Amigos do Down Porto Alegre (AFAD)
18	Associação Gaúcha de Distrofia Muscular (AGADIM)
19	Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos (AGAFAPE)
20	Coletivo Feminino Plural
21	Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS)
22	Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES)
23	Federação Rio-Grandense de Entidades de e para Cegos (FREC)
24	Federação Rio-Grandense de Entidades de Deficientes Físicos (FREDEF)
25	Luz Azul Associação Pró-Autismo de Santa Cruz (LUZ AZUL)
26	Federação das Associações e Círculos de Pais e Mestres do Estado do RS – ACPM
27	Pastoral do Menor - CNBB -Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Sul 3
28	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS
29	Pastoral da Criança do Rio Grande do Sul
30	Sociedade Educação e Caridade
31	Federação Espirita do Rio Grande do Sul – FERGS

³⁸ Vale mencionar que os outros oito Conselhos, conforme pesquisa realizada no portal do Governo do Estado, tinham informações desatualizadas, ou não tinham informações suficientes, o que deixou margem para dúvida se estavam ou não ativos.

32	União Brasileira de Educação e Assistência – UBEA
33	União Sul Brasileira de Educação e Ensino – USBEE
34	Fundação Luterana de Diaconia – FLD
35	Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo – CDHPF
36	Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente – Amencar
37	Associação para a Grandeza e União de Palmas – Agrupa
38	Acesso – Cidadania e Direitos Humanos
39	Cooperativa Central de Assentamentos do RS – COCEARGS
40	Movimento Nacional de Direitos Humanos -MNDH-RS
41	Associação do Voluntariado e da Solidariedade – Avesol
42	Nuance: Grupo Pela Livre Expressão Sexual
43	Instituto de Assessoria das Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ)

Fonte: A autora.

Podemos agrupar essas 43 entidades em cinco grandes categorias, a saber: 1) associações profissionais; 2) associações de pais, professores e alunos; 3) Conselho/Fórum de Direitos, 4) federações e 5) defesa de direitos de grupos e outros.

Para segmentar as entidades na categoria 1 (associações profissionais), usamos como base um critério apresentado na pesquisa do Ipea (2017), que englobou conselhos que fiscalizam o exercício profissional, as associações profissionais ou de classe, os sindicatos e as centrais sindicais, as atividades de organizações empresariais patronais nos diferentes níveis. E ainda atividades das organizações e associações constituídas em relação a uma profissão, área técnica ou área de saber e prática profissional, tais como as associações médicas, de advogados, de contadores, de engenheiros, de arquitetos, de economistas etc (QUADRO 22).

QUADRO 22 - Entidades identificadas na categoria 1: Associações profissionais

ENTIDADES	
1	OAB/RS
2	Conselho Regional de Medicina – CREMERS
3	Conselho Regional de Psicologia – CRP
4	Conselho Estadual de Serviço Social – CRESS
5	Associação de Juízes do Rio Grande do Sul- AJURIS
6	Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRGS
7	Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul – ADPERGS
8	ACONTURS
9	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS

Fonte: A Autora.

A categoria 2 também teve como inspiração os critérios usados na pesquisa do Ipea (2017), que considerou associação de pais, professores e alunos. No nosso caso, foi identificada apenas uma organização neste sentido: Federação das Associações e Círculos de Pais e Mestres do Estado do RS – ACPM.

Já na terceira categoria (Conselho/Fórum de Direitos), identificamos quatro entidades, a saber: Conselho Estadual de Educação – CEED, Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo – CDHPF, COMAD Dois Irmãos e Fórum Estadual de Redução de Danos c/c Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Na quarta categoria (Federações), identificamos sete entidades (QUADRO 23).

QUADRO 23 - Entidades identificadas na categoria 4: Federações

ENTIDADES	
1	Federação das Associações dos Municípios do RS – FAMURS
2	Federação das Comunidades Terapêuticas do RS (FECTERS)
3	Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT)
4	Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES)
5	Federação Rio-Grandense de Entidades de e para Cegos (FREC)
6	Federação Rio-Grandense de Entidades de Deficientes Físicos (FREDEF)
7	Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS

Fonte: A Autora.

Entendemos que entidades que se constituam como Federações tenham uma estrutura organizacional formalizada, com recursos financeiros (ainda que mínimos) e que representem interesses específicos de um grupo de pessoas, como no caso dos municípios, ou de comunidades terapêuticas, por exemplo. Por esse motivo, optamos por não investigar esta categoria na análise que será proposta. Assim, nossa escolha foi por observar a quinta categoria (Defesa de direitos de grupos e outros), que contemplou 22 organizações – o maior número, a partir dos critérios estabelecidos (QUADRO 24).

QUADRO 24 - Entidades identificadas na categoria 5: Defesa de direitos de grupos e outros

ENTIDADES	
1	SESI - Assistente Social
2	Associação dos Amigos dos Deficientes Físicos de Uruguaiana (AADUR)
3	Associação dos Familiares e Amigos do Down Porto Alegre (AFAD)
4	Associação Gaúcha de Distrofia Muscular (AGADIM)
5	Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos (AGAFAPE)
6	Coletivo Feminino Plural

7	Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS)
8	Luz Azul Associação Pró-Autismo de Santa Cruz (LUZ AZUL)
9	Pastoral do Menor - CNBB -Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Sul 3
10	Pastoral da Criança do Rio Grande do Sul
11	Sociedade Educação e Caridade
12	União Brasileira de Educação e Assistência – UBEA
13	União Sul Brasileira de Educação e Ensino – USBEE
14	Fundação Luterana de Diaconia – FLD
15	Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente – Amencar
16	Associação para a Grandeza e União de Palmas – Agrupa
17	Acesso – Cidadania e Direitos Humanos
18	Cooperativa Central de Assentamentos do RS – COCEARGS
19	Movimento Nacional de Direitos Humanos -MNDH-RS
20	Associação do Voluntariado e da Solidariedade – Avesol
21	Nuance: Grupo Pela Livre Expressão Sexual
22	Instituto de Assessoria das Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ)

Fonte: A Autora.

Observando a categoria cinco, percebemos que era possível identificar entidades com causas específicas e questões de saúde ou ainda interesses relativos ao apoio à universidade. Foi o caso da Associação dos Amigos dos Deficientes Físicos de Uruguaiana (AADUR), Associação dos Familiares e Amigos do Down Porto Alegre (AFAD), Associação Gaúcha de Distrofia Muscular (AGADIM), Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos (AGAFAPE), Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), Associação para a Grandeza e União de Palmas – Agrupa, Cooperativa Central de Assentamentos do RS – COCEARGS, Instituto de Assessoria das Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ), Coletivo Feminino Plural e Luz Azul Associação Pró-Autismo de Santa Cruz (LUZ AZUL).

Acessando ainda os materiais disponíveis na *web*, buscamos identificar se havia semelhança entre elas. Percebemos que sete entidades tinham relação com o aspecto religioso. Observamos que tanto a Pastoral do Menor, como a Pastoral da Criança do Rio Grande do Sul fazem parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instituição que congrega os bispos da igreja católica no país e procura dinamizar a missão evangelizadora, buscando promover a vida eclesial (CNBB, 2020).

Também foi possível identificarmos uma convergência entre outras quatro entidades que foram listadas, por terem relação com instituições religiosas. A Sociedade Educação e Caridade (SEC) faz parte da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, sendo que no Brasil recebeu sua personalidade

jurídica através do nome SEC. Ela é caracterizada como uma entidade beneficente de Assistência Social, tendo como finalidades estatutárias a Educação e a Assistência Social (IRMÃS ICM, 2021). A Fundação Luterana de Diaconia (FLD) foi criada em 2000, por decisão do Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Também é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

A União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA) e a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE) também são as denominações jurídicas para duas mantenedoras da Rede Marista, que é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que faz parte do Instituto Marista, uma instituição confessional católica voltada à educação (REDE MARISTA, 2021a, 2021b).

Já a Associação do Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL), entidade de assistência social e sem fins lucrativos, se constitui como uma associação independente. Vale mencionar que a maior parte de seus associados são irmãos maristas e que entre os seus valores (AVESOL, 2021), encontra-se o carisma marista, sendo uma associação parceira da Rede Marista (REDE MARISTA, 2021c).

Fomos investigar as outras cinco organizações, buscando entender um pouco mais sobre seus objetivos e foco de atuação. O Serviço Social da Indústria (SESI-RS) tem como atribuição a prestação de serviços nas áreas de Educação e Saúde, sendo as indústrias e os trabalhadores do segmento industrial o seu público-alvo. Além disso, complementa suas atividades “por meio de seus serviços no campo assistencial, as políticas públicas mantidas pelo Estado, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país” (SESI, 2021, s.p). O SESI-RS integra a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS, 2021), que é a entidade de representação sindical da indústria gaúcha.

Com relação à Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AMENCAR), destacamos que a última postagem em seu *blog* é de 2014. Ainda assim, é possível perceber pelo seu histórico, que a associação esteve inicialmente ligada ao departamento do escritório regional sul da Diaconia, órgão de igrejas evangélicas do Brasil, sendo que em 1999 assumiu a nomenclatura de Associação (AMENCAR, 2021).

Conforme a *fanpage* do Facebook da Acesso – Cidadania e Direitos Humanos, a organização atua “na promoção de direitos de parcelas tradicionalmente excluídas do acesso à justiça, como trabalhadores/as sem terra e sem teto, no campo e na cidade, homens e mulheres, vítimas da discriminação e da violência urbana e rural” (ACESSO CDH, 2021, s.p).

Já o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH-RS), também sem fins lucrativos, surgiu em 1982 como fruto da iniciativa popular, como “reação à violações sistematizadas de direitos básicos para a realização da dignidade humana, tanto de iniciativa pública quanto privada” (MNDH BRASIL, 2021, s.p).

Também de acordo com a *fanpage* do Facebook da Nuance: Grupo Pela Livre Expressão Sexual, percebemos que a organização discute, desde 1991, sobre os direitos humanos e situações de discriminação em relação a gays, lésbicas, travestis e homens e mulheres transexuais (GRUPO NUANCES, 2021).

Nessa etapa investigativa, observamos que nem todas as entidades têm portais próprios atualizados, e que talvez interajam com seus públicos através de outros espaços, como Instagram e LinkedIn, por exemplo.

Recuero (2009) afirma que os sites de redes sociais “são aqueles que compreendem a categoria dos sistemas focados em expor e publicar as redes sociais dos atores”, tendo como foco a “exposição pública das redes conectadas aos atores, ou seja, cuja finalidade está relacionada à publicização dessas redes” (RECUERO, 2009, p. 104).

Para Terra (2021, p. 163), para serem influentes no ambiente digital, as organizações devem se esforçar para ter “[...] um processo sistematizado de relacionamento, interação, diálogo, e, sobretudo, produção de conteúdo de interesse”. Ainda em 2011, a autora já argumentava que as mídias digitais apresentavam-se como instrumentos de divulgação, exposição e expressão pessoais. A autora sustentava que cada pessoa passava a ser um potencial canal de mídia, na medida em que poderia atuar como produtor, criador, apresentador, ou mesmo difusor de seus próprios conteúdos. Para a autora, a mídia social poderia ser definida como “aquela utilizada pelas pessoas por meio de tecnologias e políticas na web com fins de compartilhamento de opiniões, idéias, experiências e perspectivas”, sendo consideradas como mídias sociais “os textos, imagens, áudio e vídeo em blogs, microblogs, quadro de mensagens, podcasts, wikis, vlogs e afins que permitem a interação entre os usuários”

(TERRA, 2011, p. 2). A autora apresentou alguns quesitos que entendeu necessários para as organizações atuarem nas mídias sociais, como simplicidade, conteúdo interativo, ambientes colaborativos, confiança, atualização e diálogo.

Diante dessas ponderações, buscamos identificar se as vinte e duas organizações mencionadas tinham portais próprios, *blogs* e contas no Facebook, Instagram e LinkedIn, a fim de identificar a sua presença na ambiência digital. Nesta fase da pesquisa, nosso objetivo foi avaliar a presença nessa ambiência, por isso não nos restringimos a uma plataforma específica. A seguir um quadro resumo com as informações (QUADRO 25):

QUADRO 25 - Entidades e sua presença na ambiência digital

Espaço digital	Número de organizações presentes
Portal próprio	13
Blog	1
Facebook	11
Instagram	8
LinkedIn	6

Fonte: A autora.

Percebemos que a maioria das organizações pesquisadas estão presentes na ambiência digital, embora algumas de forma mais significativa que outras. Duas organizações não foram localizadas nos critérios de busca acima estabelecidos.

No caso da CNBB, pesquisamos as páginas específicas dos grupos mencionados (Pastoral do Menor e Pastoral da Criança), mas reconhecemos que a entidade tem, em seu portal institucional, diversos espaços de publicização de suas atividades e escopo de atuação. Nos chama atenção algumas entidades que são atuantes nos Conselhos, e que, portanto, devem ter uma estrutura organizacional, funcionamento e reconhecimento no seu campo de atuação, e que não estão presentes no ambiente virtual, pelo menos de forma significativa. Isso porque, em alguns casos, as últimas publicações datam de 2018, por exemplo, ou no Instagram, nos casos em que constam apenas 3 fotografias, sendo a conta criada há mais de 3 anos.

Se, por um lado, algumas organizações pouco se utilizam das plataformas digitais, outras publicizam diversas de suas iniciativas. Observando os conteúdos veiculados, é possível identificar finalidades preponderantes nas postagens (QUADRO 26).

QUADRO 26 – Finalidade preponderante dos conteúdos nas plataformas digitais

Objetivo	Característica
Agendamento	Voltada à difusão de ideias e fortalecimento de redes.
Conscientização	Guiar sobre as definições da causa específica.
Avaliação	Com foco em ações de diagnóstico de situação ou avaliação de políticas.
Participação	Ampliação ou fortalecimento de espaços participativos.
Proposição	Voltadas à formulação de estratégias ou políticas para garantia de direitos.
Convocação	Convocar para uma ação concreta.
Informação	Veiculação de notícias e cobertura de eventos sem cunho institucional, buscando informar para que o todos sintam-se orientados para a causa.
Divulgação	Partilha de conteúdos referentes a ações da instituição.
Relacionamento	Mensagens que buscavam a interação e envolvimento com o público de interesse.

Fonte: A autora, com base na classificação elaborada por Frick e Fossá (2017), Barros e Ribeiro (2014) e Leitão (2011).

Os conteúdos, independentemente da plataforma escolhida pela organização, nos permitem inferir algumas finalidades, ou objetivos com aquele conteúdo veiculado. Uma dessas finalidades é a de agendamento, buscando um fortalecimento de redes ou mesmo difusão das ideias (exemplo: Programação especial no mês da mulher). Já uma postagem que mencione, por exemplo, o Dia Internacional contra a Discriminação Racial, poderia estar relacionada à finalidade de conscientização. No caso da finalidade de proposição, uma postagem exemplificativa é a que refere “Carta pública de entidades sobre crianças desaparecidas na baixada fluminense”. Percebemos aqui uma intenção relaciona à garantia de direitos, na medida em que a carta serve como um manifesto institucional em prol dessa causa.

No decorrer da pesquisa, seguimos nos questionando sobre a forma como as organizações interagem com os seus públicos de interesse. Em que pese estejam nos Conselhos de Direitos, podem recorrer a diferentes estratégias de

mobilização social, sejam virtuais ou não. Por isso, nossa intenção de escutar essas organizações.

Optamos por realizar entrevistas em profundidade semiaberta (DUARTE, 2005), tendo como base um roteiro de questões, como segue:

Proposta de roteiro a guiar as entrevistas

1. Na sua opinião, a (organização) exerce influência junto à opinião pública e à sociedade de uma forma geral?
2. Para você, a (organização) pauta assuntos de interesse público? Em caso positivo, de que forma?
3. Como você acredita que a (organização) mobiliza a sociedade em prol de seus ideais?
4. O que você pensa sobre a forma como a organização interage com os seus públicos de interesse?
5. Que ações são realizadas pela (organização) para influenciar na tomada de decisões do Poder Público? Poderia trazer alguns exemplos?
6. Gostaria de indicar alguma questão, ou ponto relacionado ao que conversamos, que não tenha sido indicado nas perguntas realizadas?

O roteiro contemplou questões relativas à influência, mobilização social, assim como interação com os públicos de interesse. Ao final de algumas perguntas, questionamos se poderiam trazer exemplos. Isso para que pudéssemos ir ao encontro dos objetivos da pesquisa, analisando como as OSCs articulam as suas manifestações comunicacionais e políticas referentes a assuntos de interesse público, mobilizando a sociedade em prol dos seus ideais; investigando as melhores práticas desenvolvidas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do Poder Público; e evidenciando como as OSCs interagem com os seus públicos de interesse. Diante disso, para a análise das entrevistas, foram definidas questões relacionadas a três dimensões *a priori*: 1) influência; 2) mobilização social e 3) comunicação.

Para analisar as informações obtidas nas entrevistas, recorreremos à Análise Formal ou Discursiva apresentada por Thompson (2009), que tem como objetivo “reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso. [...]”. Essa análise, por sua vez, “[...] possibilita ao analista romper o corpo do discurso em conjuntos de afirmativas ou asserções, organizadas ao redor de certos tópicos ou temas, e então mapear as relações entre essas afirmativas e tópicos [...]”. (THOMPSON, 2009, p. 374).

Neste estudo, para compor a análise das entrevistas, buscamos identificar nos fragmentos das falas de cada entrevistado, argumentos que pudesse estar

relacionados às dimensões propostas; destacamos em negrito algumas expressões que foram utilizadas pelos entrevistados; relacionamos o que foi destacado com nosso referencial teórico, de forma que, ao longo desse processo, fomos realizando movimentos de interpretação e reinterpretação.

Estabelecemos categorias *a priori*, a partir dos nossos objetivos de pesquisa. Para *analisar como as OSCs articulam as suas manifestações comunicacionais e políticas referentes a assuntos de interesse público, mobilizando a sociedade em prol dos seus ideais*, criamos a categoria mobilização social; para *investigar quais as melhores práticas desenvolvidas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do Poder Público*, criamos a categoria influência; e para *evidenciar como as OSCs interagem com os seus públicos de interesse*, estabelecemos a categoria comunicação.

Com o roteiro proposto, e com a metodologia definida, iniciamos o contato com as organizações para a realização das entrevistas. Nossa amostra inicial era composta por 22 instituições, sendo que três delas fazem parte da Rede Marista³⁹, local em que a autora trabalha atualmente. Por acreditar que a análise crítica talvez pudesse ficar comprometida, optamos por seguir com a amostra de 19 organizações. Dessas, com quatro entramos em contato e não tivemos retorno; com duas, não conseguimos localizar com quem seria possível conversarmos (ambas não dispunham de informações na internet). Restaram 13 organizações. Considerando o tempo de retorno dos e-mails das entrevistas e aquelas que responderam primeiro, disponibilizando-se de pronto para a sua realização, além do cronograma de realização desta Tese, foram realizadas cinco entrevistas.

Os contatos foram feitos por telefone e depois por e-mail. Nele, encaminhamos uma carta-convite (APÊNDICE 4) com o pedido de agendamento de entrevista. No momento da entrevista, foram recolhidas as autorizações necessárias, conforme Resoluções da Universidade. As entrevistas foram realizadas e gravadas em dias e horários diferentes, através da plataforma Zoom. O combinado foi pela não identificação de cada entrevistado, de forma que os nomeamos com as cinco primeiras letras do alfabeto, em caixa alta: A, B, C, D e E.

³⁹ Fazem parte da Rede Marista: Avesol, União Brasileira de Educação e Assistência e União Sul Brasileira de Educação e Ensino.

Duas organizações fazem parte do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEPEDE), duas do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDICA) e uma do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CEDHRS). Os profissionais entrevistados são das áreas do Direito, Teologia, Assistência Social e Sociologia (sendo que dois entrevistados são da área do Direito).

Todas as entrevistas foram decupadas, de acordo com as falas dos entrevistados. Por critérios de ética e sigilo na pesquisa (conforme combinado com os entrevistados), considerando que as organizações poderiam ser facilmente identificadas, as decupagens foram arquivadas pela pesquisadora e orientadora, não sendo anexadas à Tese. Isso para que os entrevistados pudessem ficar à vontade nas críticas e comentários, pois em alguns casos, por haver relação trabalhista, a identificação/anexação das decupagens poderia comprometer os relatos. Na sequência, destacamos os fragmentos de fala de cada entrevistado.

Como movimento constitutivo da terceira fase da HP, recorreremos à criação de metatextos no processo de interpretação/reinterpretação, a partir de elementos da análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006; MORAES, 2003). Isso nos permitiu evidenciar a compreensão dos entrevistados sobre os assuntos tratados, identificando as semelhanças argumentativas entre eles. Assim, ao final de cada categoria, elaboramos um quadro síntese articulando alguns fragmentos das falas dos entrevistados. Em itálico e sublinhado procedemos uma tessitura entre essas falas, que deu origem a um metatexto – estes movimentos interpretativos evidenciaram a concepção dos entrevistados sobre influência, mobilização social e comunicação.

Vale mencionar que identificamos algumas marcas discursivas com relação ao contexto sócio-histórico do Brasil, assim como uma tendência ao aspecto informativo e instrumental da comunicação, que mereceram também a nossa atenção e por isso, foram destacados para comentários posteriores.

5.3. Categoria 1 – Influência

Iniciamos as entrevistas questionando se a organização, na percepção do entrevistado, exercia influência junto à opinião pública e à sociedade de uma

forma geral. Para o Entrevistado B, uma das formas de exercer a influência se dá pela formação de lideranças e com a preparação de pessoas para o debate público. Para ele,

A organização, com seus projetos, tem trabalhado muito a política nacional de resíduos [...] com o recorte de justiça de gênero e gestão democrática [...] **principalmente no apoio às lideranças mulheres**, né? Na **perspectiva de torná-las líderes** dentro das cooperativas, não é? E **preparando-as também para o debate público** na relação com as prefeituras (ENTREVISTADO B).

Também para o Entrevistado E, o conhecimento compartilhado é um caminho para influenciar a sociedade de uma forma geral: “A gente tem esse objetivo de levar conhecimento, então, de formar opiniões, **de ser formadora de opiniões e de construção de política pública**” (ENTREVISTADO E). Já o Entrevistado A mencionou os processos formativos da organização como uma forma de influenciar e impactar socialmente. Para ele,

A gente trabalha muito com o **processo de formação**. Acho que isso é bem importante, que é a **formação dos colaboradores** [...] é uma característica muito forte da nossa instituição. E isso reverbera, porque ao trabalhar esse processo todo internamente, ele vai para fora também, digamos assim, impactando (ENTREVISTADO A).

Outro aspecto que foi mencionado, foi no sentido do envolvimento das organizações da base, envolvendo as pessoas de cada território. Para o Entrevistado B,

Nossa incidência e reconhecimento se dá no apoio ao **protagonismo** de uma organização. O resultado disso vem no reconhecimento público. [...] Então, o trabalho que nós apoiamos na organização e na autogestão e **autonomia** do comitê trouxe um reconhecimento, o reconhecimento do território. [...] Então, a gente...acho que o mais importante é **conseguir articular nos espaços onde nós estamos representadas e estamos ocupando, né, a participação das organizações da base** (ENTREVISTADO B).

Também o Entrevistado C mencionou a importância de estar próximo dos beneficiários diretos da ação realizada, considerando que o projeto social, se bem realizado, constitui-se numa forma de influenciar a sociedade como um todo. Para ele,

Então, foi um espaço que a (*nome da organização*) encontrou também de **estar na base**, conversando com as pessoas, né? **E atingindo um grande número de pessoas**. [...] Eu colocaria isso também, assim, como fazer um contraponto da questão da incidência política, a questão de **execução de um projeto social** (ENTREVISTADO C).

O Entrevistado B também referiu a participação do público beneficiário dos projetos como importantes interlocutores para tomada de decisão. Para ele, o assessoramento e a formação tem sido uma prática constante, no sentido de colocar esses aspectos no centro dos projetos:

Nós trabalhamos muito com **formação, assessoramento**. Acho que essa é uma parte interessante do nosso trabalho, metodologias, gestão democrática, então temos colocado isso no centro dos nossos projetos. Justiça de gênero, com gestão democrática. **Projetos que integram de imediato a participação do público beneficiário** nos processos, na tomada de decisão, né? Na relação direta também do trabalho, da execução dos projetos” (ENTREVISTADO B).

A execução de projetos também foi mencionada pelo Entrevistado B, que acredita que a incidência pode acontecer tanto através da execução de projetos, como pela participação em espaços representativos: “É uma **incidência** através de **projetos, é uma incidência através dos conselhos**, redes e fóruns onde nós estamos a articuladas, né?” (ENTREVISTADO B). Ele explica que

Nós trabalhamos muito com **formação, assessoramento**. Acho que essa é uma parte interessante do nosso trabalho, metodologias, gestão democrática, então temos colocado isso no centro dos nossos projetos. Justiça de gênero, com gestão democrática. **Projetos que integram de imediato a participação do público beneficiário** nos processos, na tomada de decisão, né? Na relação direta também do trabalho, da execução dos projetos (ENTREVISTADO B).

A incidência política também veio mencionada pelo Entrevistado C, como uma forma de influenciar a sociedade: “Fazemos como a gente pode a mobilização e a comunicação, o que que eu vou te dizer, assim, ó, **hoje é o ponto forte é a incidência política em conselhos**” (ENTREVISTADO C). Vale recordar que a representação conselhistas foi abordada por Lüchmann (2011), que explicou que essa prática se colocava como um tipo de representação alternativo ao modelo eleitoral. Observamos, pelos depoimentos, como de fato ela acontece e se coloca como uma modalidade de incidência política.

Ainda sob o viés da incidência, o Entrevistado A mencionou a importância da construção de um posicionamento da sociedade civil, através da participação em fóruns. Para ele “A gente também participa do controle social da sociedade civil, dos fóruns, né? Então, **nos fóruns, a gente constrói um posicionamento da sociedade civil**” (ENTREVISTADO A).

Essa afirmativa nos remete ao que foi abordado por Urbinati (2006), quando mencionava a variedade de fontes de informação, de comunicação e de influência que os cidadãos ativam através da mídia, movimentos sociais e partidos políticos e que “[...] dão o tom da representação em uma sociedade democrática, ao *tornar o social político*” (URBINATI, 2006, p. 203, grifos da autora). Quando o Entrevistado A menciona um posicionamento da sociedade civil, podemos entender como demandas sociais que necessitam de maior atenção e cuidado por parte do Estado (e da própria sociedade), com políticas públicas voltadas a essa finalidade. Ou seja, tornar o social em político. Nesse sentido, ainda para a autora, a representação política transformaria e expandiria a política “[...] na medida em que não apenas permite que o social seja traduzido no político; ela também promove a formação de grupos e identidades políticas” (URBINATI, 2006, p. 218).

No entanto, para participação social, seja formal ou informal, foi destacada a importância da capacitação técnica para o debate público. Para eles,

Eu acho que esse é o principal ponto nosso. Então, assim, **onde tem espaços de participação social, formal ou informal, nós vamos ocupando e a gente se capacita para isso**. Então não é só ocupar espaço fisicamente, **a gente vai capacitado para fazer palestra**, para falar sobre acessibilidade, falar sobre inclusão escolar, falar sobre os sintomas da patologia (ENTREVISTADO E).

Eu sou uma super defensora de participação social, que **a gente precisa participar, mas tem que ter a qualificação**, sabe? Porque para chegar lá e falar um monte de besteira, qualquer um vai, então isso demanda (ENTREVISTADO E).

Ao pensarmos em influência, precisamos recordar que estamos em um Estado Democrático e que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (art. 1, CF/88). A partir disso, compreendendo que democracia e representação são conceitos relacionados, percebemos que ao longo dos anos, no Brasil, foi acontecendo uma pluralização de atores e de espaços, como possibilidade de exercício desse poder, que é

praticado diretamente pelos cidadãos. Nesse sentido, Itassu (2014) sustentava a importância da soberania popular, de forma que “Os exercícios de prestação de contas, vigilância política e influência por meio de canais formais e informais ganham mais atenção e importância” (ITASSU, 2014).

As OSCs então passam a assumir um protagonismo e contribuir na defesa e promoção de assuntos de interesse público. A representação política não eleitoral constitui-se como uma aliada da democracia (GARCÊZ, 2017), pois oportuniza que sujeitos em desvantagem tenham voz. Para Garcêz (2017), a representação política não eleitoral funcionaria como intermediária entre sujeitos em desvantagem – portanto, sujeitos que não estão no centro do sistema político, evidenciando o contexto periférico do sistema deliberativo.

As OSCs, assim, passam a exercer uma forma de ação política, sendo a representação institucional uma delas. É o que sustentou Lüchmann (2011, p. 147), ao afirmar que “A representação institucional tornou-se mais uma modalidade de atuação política que foi incorporada, ou rotinizada, por um expressivo conjunto de associações e movimentos sociais”.

Outro aspecto mencionado esteve relacionado à visibilidade, seja pela mídia, seja pela execução dos projetos: “A gente tem **muita visibilidade tanto na mídia**, né, quanto, por exemplo, **a partir dos projetos** que vão sendo desenvolvidos e foram ao longo dos anos” (ENTREVISTADO D), o que contribuiria no processo de influência. Esse depoimento nos faz recordar do que foi apontado por Antolini e Rebouças (2016). Os pesquisadores explicaram que os âmbitos comunicacionais que permeavam a sociedade civil encontravam-se entrelaçados, sendo interdependentes e acontecendo de forma simultânea e paralela, em grande parte do tempo. Portanto, para eles, no âmbito da sociedade civil, a comunicação massiva, dialógica e alternativa estariam atuando de forma conjunta. Quando o Entrevistado D traz esse depoimento, percebemos que a influência acontece pela mídia, mas também pela execução dos projetos, sendo que é a soma das ações que acaba por influenciar a sociedade de uma forma geral.

A influência também pode ser realizada, para o Entrevistado E, através de um trabalho sistemático realizado junto aos parlamentares. Ele destacou que

A gente fez todo um movimento para as **frentes parlamentares e projetos de lei**. Então foram meses de conscientização, dia

de conscientização, então a gente tem bastante abertura e a gente **sempre trabalhou junto aos parlamentares**, não é? (ENTREVISTADO E).

Com relação a esse tipo de influência, recordamos o que foi apontado por Souza (2018), quando apresentou aspectos relacionados ao *lobby*. Ele mencionava que a sociedade devia se mobilizar para influenciar o poder público, da mesma forma como outras empresas e entidades costumam lutar pelos seus direitos, sendo o *lobby* uma das formas para que isso pudesse se concretizar.

Vale mencionar que estamos refletindo acerca de conceitos que envolvem democracia e representação, portanto, como pano de fundo, temos sujeitos que disputam o poder, onde existem redes de influência que impactam na tomada de decisões. Quando pensamos sobre as forças envolvidas nessa disputa, é interessante perceber como algumas entrevistas mencionam o cenário político brasileiro. Nesse sentido, por exemplo, o Entrevistado B reforça a importância da Laicidade do Estado. Para ele

Pensando hoje o **cenário político**, pensando também a questão toda da **importância da Laicidade do Estado** para as políticas de saúde, especialmente, então, nesse campo a gente também tem sido... tem tido um reconhecimento, óbvio que uma grande parte do reconhecimento vem também por conta que nós temos historicamente um programa de pequenos projetos (ENTREVISTADO B).

Diante desse contexto, muitas vezes torna-se difícil posicionar a missão institucional, por ser interpretada como um posicionamento político de esquerda:

Então eu acho que é um momento delicado que se vive nas **organizações de uma maneira geral**. A gente já vivenciou, né, na gestão passada, um posicionamento mais crítico, né, até atrelado à própria CNBB, que é a Conferência Nacional dos Bispos, enfim, e foi muito difícil o retorno das famílias, por conta de **entenderem** que era um posicionamento, **de ser de esquerda**, então acho que tem tudo a ver também um pouco com esse cenário (ENTREVISTADO A).

Podemos relacionar a dificuldade de comunicar a missão institucional no caso das organizações religiosas, com a reflexão que foi apresentada por Pirolo (2011), ao construir um conceito de comunicação religiosa. Segundo ela, “o vínculo dos indivíduos a entidades religiosas determina sistemas morais que

contribuem na construção da cidadania”, de forma que “o pertencimento a uma entidade religiosa contribui na possibilidade de construção efetiva da cidadania, ao integrar o sujeito em ações da sociedade civil organizada” (PIROLO, 2011, p. 9). Ocorre que nem todos os interlocutores podem reconhecer quais os sistemas morais de determinada organização, ou, mesmo que o reconheçam, podem interpretá-lo segundo a sua visão de mundo, num contexto que se apresenta polarizado. Nesse sentido, o Entrevistado A referiu que a sociedade brasileira vive um momento desafiador e mencionou aspectos de incompreensão relacionados ao compromisso institucional e vieses político-partidários. Para ele,

Como a gente vive esse momento muito desafiador, assim, da nossa sociedade brasileira, que, no caso das escolas, mesmo dentro dos serviços de assistência às famílias, elas não querem muito esse recorte assim. **Eles não sabem diferenciar, né, o compromisso institucional, essa questão política, sem confundir com uma política partidária** (ENTREVISTADO A).

A menção ao posicionamento institucional também serviu de objeto de reflexão ao Entrevistado C, quando mencionou que a instituição tem um posicionamento político no sentido da proteção dos direitos humanos, o que não significa que tenha um posicionamento político-partidário. Ele destaca que

A gente está sempre trabalhando no sentido de tentar entender aquela situação, o debate e, se for o caso, nos posicionando. Nossa instituição tem um **posicionamento político**, né? Importante aqui dizer: **não é político partidário**. [...] E o nosso posicionamento político, a nossa bandeira, são os direitos humanos. Hoje, direitos humanos num aspecto muito mais amplo, tá? (ENTREVISTADO C).

Ao encerrar essa primeira categoria, seguindo a metodologia proposta (HP), é necessário apresentar mais um movimento interpretativo da pesquisa. Assim, elaboramos um quadro síntese (QUADRO 27) articulando trechos das falas dos entrevistados. Em itálico e sublinhado inserimos elos de ligação entre essas falas, o que deu origem a um metatexto. Este movimento interpretativo busca evidenciar a concepção dos entrevistados sobre o tema.

QUADRO 27 – Reinterpretando a categoria influência

A organização, com seus projetos, tem trabalhado muito a política nacional de resíduos [...] com o recorte de justiça de gênero e gestão democrática [...] principalmente no apoio às lideranças mulheres, né? <u>Isso porque</u>
A gente tem esse objetivo de levar conhecimento, então, de formar opiniões, de ser formadora de opiniões e de construção de política pública. <u>Isso passa por</u>
conseguir articular nos espaços onde nós estamos representadas e estamos ocupando, né, a participação das organizações da base. <u>É preciso estar</u>
conversando com as pessoas, né? E atingindo um grande número de pessoas. [...] Eu colocaria isso também, assim, como fazer um contraponto da questão da incidência política, a questão de execução de um projeto social. <u>Devem ser considerados os</u>
Projetos que integram de imediato a participação do público beneficiário nos processos, na tomada de decisão, né? <u>Ou seja,</u>
É uma incidência através de projetos, é uma incidência através dos conselhos, redes e fóruns onde nós estamos articuladas. <u>Na prática,</u>
Fazemos como a gente pode a mobilização e a comunicação, o que que eu vou te dizer, assim, ó, hoje é o ponto forte é a incidência política em conselhos. <u>Além disso,</u>
A gente também participa do controle social da sociedade civil, dos fóruns, né? Então, nos fóruns, a gente constrói um posicionamento da sociedade civil. <u>Então</u>
onde tem espaços de participação social, formal ou informal, nós vamos ocupando e a gente se capacita para isso. Então não é só ocupar espaço fisicamente, a gente vai capacitado para fazer palestra. <u>Também é feito</u>
um movimento para as frentes parlamentares e projetos de lei. Então foram meses de conscientização, dia de conscientização, então a gente tem bastante abertura e a gente sempre trabalhou junto ao aos parlamentares, não é?

FONTE: Elaborado pela autora, a partir das entrevistas realizadas.

Com base no metatexto elaborado, oriundo das falas dos entrevistados, observamos que existe uma percepção acerca da necessidade de influenciar os demais interlocutores em prol dos ideais institucionais. Isso porque as OSCs assumem um protagonismo e contribuem na defesa e promoção de assuntos de interesse público, tornando pautas sociais em pautas políticas (URBINATI, 2006).

O metatexto nos permite identificar que, para os entrevistados, a influência pode ser exercida de forma direta (seja por quem esteja numa posição de liderança, seja por pessoas consideradas como formadoras de opinião). Ao mesmo tempo, também pode ser exercida de forma indireta, num trabalho junto aos parlamentares, ou mediante a participação em conselhos e fóruns. Nestes casos, os entrevistados mencionaram a importância da capacitação técnica. Seja de forma direta, seja de forma indireta, o que podemos observar nesta categoria são habilidades de articulação, conversação e o envolvimento de mais partícipes nos processos, como elementos que fazem parte da categoria influência pelo olhar dos entrevistados.

Quando é mencionado que o representante é um formador de opinião e que deve se capacitar para as discussões, percebemos a importância do preparo técnico para essa atividade. Isso fortalece o posicionamento da sociedade civil diante de assuntos sociais e qualifica a participação nos espaços representativos, assim como na própria execução de projetos – ambos compreendidos como formas de incidência política.

Essa incidência acontece tanto nos espaços formais, quanto informais, sendo necessário que o representante tenha capacidade de articulação (e comunicação) e preparação para o debate público. A influência pode acontecer também na relação direta com os poderes legislativo, executivo e judiciário, na elaboração de projetos de lei e de convencimento junto aos parlamentares, por exemplo.

A questão política (não necessariamente eleitoral) apresenta-se como um aspecto que permeia esse estudo (e em alguns momentos, nas entrevistas), na medida em que estamos nos debruçando sobre a representação, que também é entendida como uma forma de atuação política. Recordamos Almeida (2013), quando afirmou que “A sociedade civil [...] luta para redefinir o próprio sentido de representação política e de democracia, colocando em disputa as fronteiras do que deve ser definido como arena política” (ALMEIDA, 2013, p. 49).

Nesse tensionamento entre interesses diversos, recorreremos à abordagem de Weber (2011, p. 107), para quem o debate público é “[...] a instância em que temas de interesse público são colocados em debate no sentido de obter informações e aferir repercussão ou obter dados para deliberar” (WEBER, 2011, p. 107).

Considerando essa instância, é interessante notar como os entrevistados mencionaram a necessidade de preparação das lideranças locais para o debate público, assim como o envolvimento das organizações e das pessoas diretamente beneficiárias por determinada ação como potencial para influenciar a sociedade. Outro aspecto mencionado diz respeito às formas de incidência política, tanto pela participação em espaços representativos, como pela execução de projetos – execução esta que pode proporcionar visibilidade e, assim, influenciar também.

Com isso, passamos a outra categoria de análise, que poderá auxiliar a responder os nossos objetivos de pesquisa.

5.4. Categoria 2 – Mobilização social

Uma das perguntas realizadas nas entrevistas foi no sentido de compreendermos como as organizações mobilizam a sociedade em prol de seus ideais. A importância da criação de redes e do estabelecimento de parcerias foi um ponto mencionado, como podemos perceber abaixo:

Organizações religiosas que tem uma **trajetória e que tem uma voz pública** na defesa de direitos humanos, acabam também se tornando **parceiras de outras organizações** que se aproximam e compartilham de valores no campo de direitos humanos, que nós também compartilhamos (ENTREVISTADO B).

O nosso contato com o público está na **incidência política em conselhos**, né. Porque aí a gente acaba tendo **contato com outras instituições**, é através das outras instituições que a gente, às vezes, né, **entra em parceria com campanhas...** até comunicação, de violações e questões de direitos (ENTREVISTADO C).

Além do aspecto do estabelecimento de parcerias, foi mencionada a participação em redes e movimentos nacionais como uma forma eficaz de mobilização social. Nesse sentido,

A gente tem como objetivo a defesa de direitos, é o foco da associação. Então dentro do quadro das associações representativas, a gente tem essa expertise em controle social e participação social. Presidimos o **movimento nacional que tem como objetivo divulgar conhecimento** (ENTREVISTADO E).

A gente **passou a atuar junto ao movimento nacional** da população de rua **para dar visibilidade** à causa deles. A visibilidade a essa causa fez com que a gente conseguisse pautar e **sentar junto com o governo** estadual e com o governo municipal para fazer um decreto, né, de proteção às pessoas em situação de rua, tá?" (ENTREVISTADO C).

Agora a gente faz parte de um **grupo nacional** de enfrentamento ao feminicídio (ENTREVISTADO D).

Essa estratégia de mobilização nos faz recordar o que foi apontado por Pimenta (2020), quando mencionou que, ao se colocar um assunto como objeto de discussão social, o que se busca é torná-lo visível socialmente. Em outras palavras, o que se pretende é a mobilização social e a sensibilização da sociedade, sendo o estabelecimento de parcerias uma das possíveis formas para que isso aconteça.

Também recordamos Peruzzo (2020), quando explicava sobre a comunicação que acontece por intermédio de processos constituídos no nível de grupos, redes, coletivos e comunidades organizadas, tendo como base princípios de ordem pública. Nos parece que os depoimentos trazidos vão ao encontro de uma mobilização social que passa pela comunicação comunitária.

A comunicação das redes de mobilização também serviu de objeto para Milhomens (2018). Para o pesquisador, ao se falar de redes de mobilização e movimentos sociais “[...] nos referimos a uma estrutura que leva em consideração, fundamentalmente, os mecanismos que viabilizam a comunicação ‘in’ e ‘ex’terna desses atores sociais e suas diferentes formas de atuação” (MILHOMENS, 2018). Nesse sentido, a importância da articulação com uma rede de entidades, como mencionado nos depoimentos a seguir:

Vou tentar te exemplificar... por exemplo, uma grande campanha que fizemos foi a **campanha** contra a redução da maioria penal. Fizemos toda uma articulação com toda uma **rede de entidades**, Ministério Público, Defensoria Pública e Assembleia Legislativa [...] Toda essa **mobilização** feita com a rede obviamente passou também com todo um **diálogo**, né, dentro do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, com conselhos municipais também (ENTREVISTADO C).

Por exemplo, houve uma **força-tarefa interinstitucional** de combate ao feminicídio no Rio Grande do Sul, também com esse tensionamento junto aos poderes públicos (ENTREVISTADO D).

A participação da **sociedade civil dentro da assembleia legislativa**, por exemplo. Eu acho que esses são os principais pontos que a gente vem trabalhando positivamente em prol da sociedade como um todo, não é? Então, se tem **reunião com o Ministério Público** por questões de falta de insumos, judicialização de saúde. Então toda essa parte de **defesa de direitos, a gente participa** (ENTREVISTADO E).

A participação em reuniões, o contato permanente com os poderes legislativo, judiciário e executivo foi mencionado pelo Entrevistado E. Segundo ele,

As frentes parlamentares a gente trabalhou para criar, elas foram criadas e **através delas a gente mantém um canal de comunicação com os parlamentares. Com o executivo**, a gente tem via **secretarias**, também via controle social. O próprio conselho [...] a gente mantém comunicação com o executivo. E o **Judiciário, é o Ministério Público, a Defensoria** faz parte dos nossos quadros, mas acaba via pelo Ministério Público acaba sendo o canal mais forte, assim com o judiciário. **Mas, na**

prática, na prática, é com reuniões mesmo. A gente marca reuniões, a gente tem através de fórum democrático, através de audiências públicas, requerimento de audiências públicas através das frentes parlamentares (ENTREVISTADO E).

O depoimento acima nos remete a Young (2006), quando a autora mencionava que a representação seria “[...] como um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p. 142). Quando o Entrevistado E mencionou ‘canal de comunicação’, compreendemos como uma forma de relacionamento que se desenvolve através do tempo, sendo que na prática, as reuniões seriam uma das maneiras de manter esse relacionamento ativo.

O envolvimento com diferentes atores e o fortalecimento das redes existentes também foi objeto de ponderação pelo Entrevistado D. Para ele,

Eu acredito que dentro dessa perspectiva, assim, né, de buscar sempre junto ao poder público a ideia de **poder fortalecer a rede que existe e a manutenção dessa rede e a criação daquelas que já foram extintas**. Porque nós tínhamos, de fato, uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, por exemplo, que foi extinta em 2016, em função aí do que a gente já sabe, não é? Porque de fato o que a gente **precisa é de espaços que promovam o enfrentamento a todas as formas de violência**. Porque se não acontecer isso, se não tivermos uma **rede que de fato funcione** à proposição, ela fica meio fragilizada para não dizer totalmente fragilizada. Então, o que eu acho sempre é que é dever do Estado, não é? E da sociedade atuar para que de forma essas violações não aconteçam (ENTREVISTADO D).

Outra forma de mobilização social mencionada foi no sentido da mobilização para audiências públicas. O Entrevistado C relatou uma experiência nesse sentido:

A gente conseguiu **mobilizar uma audiência pública** só com pessoas em situação de rua na Câmara municipal, mais de 500 pessoas em situação de rua, a gente colocou para dentro do auditório, né, para que as autoridades escutassem a demanda (ENTREVISTADO C).

A elaboração de notas técnicas também foi destacada como uma forma de mobilização social, no caso da redução da maioria penal:

A gente **entregou notas técnicas para deputados federais**, né. Não só de partidos de esquerda, como também reunimos com deputados dos partidos de direita, chamando eles no

compromisso, **mostrando o que que acontecerá, né, se a maioria penal fosse reduzida** (ENTREVISTADO C).

A incidência política e a execução de projetos foram mencionadas mais de uma vez no decorrer das entrevistas, o que nos permite incluí-las em mais de uma das categorias analisadas. Então, se antes foram percebidas como uma forma de influenciar a sociedade de uma forma geral, são também percebidas como uma maneira de mobilização social. É o que evidencia o Entrevistado D: “Eu acredito que a **mobilização** se dá muito pela **incidência política** que temos e, também, justamente pelos **projetos**” (ENTREVISTADO D).

Outra forma de mobilização foi mencionada pelo mesmo entrevistado, que destacou a entrega de materiais gráficos. Para ele

A questão da mobilização também vem a partir das formações que disponibilizamos e da divulgação desses **materiais que são produzidos** à medida em que as formações acontecem assim. Então, **quando há um projeto, automaticamente há um produto** e esses produtos, eles são **disponibilizados em diversos espaços** para que as pessoas possam ter acesso também. Esse **material gráfico**, geralmente ele é elaborado por quem fez parte do projeto ou quem está no grupo (ENTREVISTADO D).

Outra forma de mobilização social foi a realização de campanhas e eventos, conforme mencionado pelo Entrevistado C: “Toda essa **mobilização da campanha acabou**, inclusive, com um **evento** muito bonito **no Mercado Público**, com apresentações artísticas e tal, como uma mobilização para dar visibilidade a pessoas que geralmente não estão sabendo do assunto”. Já o Entrevistado C destacou a necessidade de mobilização através da adesão à notas de repúdio: “Outra forma nossa é sempre que há uma **mobilização**, uma **nota de repúdio**, né? Algo que que está violando os direitos humanos no Estado do Rio Grande do Sul, se junta o movimento para fazer nota” (ENTREVISTADO C).

A análise das entrevistas vai ao encontro do que apontava Duarte (2011), ao mencionar exemplos de instrumentos⁴⁰ de comunicação pública, como as audiências públicas, fóruns, reuniões e eventos. Para ele, a mobilização social pode ser compreendida como *advocacy*, que seria uma entre as ações possíveis

⁴⁰ Expressão utilizada pelo autor.

de comunicação pública. Também Zablonsky e Almeida (2019) consideravam a *advocacy* uma estratégia para defesa de determinada causa. Já Gomes e Neto (2017) a entenderam como uma área que pertence ao âmago da comunicação estratégica.

Constatamos que os entrevistados mencionaram assuntos relacionados a determinados direitos e temas, o que nos remete ao que foi abordado por Almeida (2013), quando mencionava que na representação como *advocacy* ou defesa, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e/ou os indivíduos representariam, na esfera pública, um discurso sobre direitos ou temas, e não um conjunto específico de pessoas.

As reflexões dos entrevistados parecem corroborar a compreensão de López (2011) acerca da *advocacy*. Para o pesquisador, “Trata-se de uma estratégia convocatória e construção de propósito comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo” (LÓPEZ, 2011, p. 62). Percebemos o interesse coletivo envolvido nas entrevistas realizadas. Vale destacar uma referência realizada por López (2011), quando mencionou que muitas organizações não-governamentais e instituições voltadas a projetos sociais usam outras expressões como sinônimo de *advocacy*, tais como “promoção pública”, “incidência” ou ainda “defesa pública”. Por esse motivo, percebemos que as categorias que ora são propostas estão diretamente relacionadas, servindo apenas como opção metodológica para melhor compreensão desta pesquisadora.

A partir das respostas apresentadas, observamos que os entrevistados percebem formas diversas acerca da mobilização social. Como seguimento às opções metodológicas estabelecidas, elaboramos um quadro síntese (QUADRO 28) articulando as falas, com objetivo de gerar um metatexto.

QUADRO 28 - Mobilização social

Organizações religiosas que tem uma trajetória e que tem uma voz pública na defesa de direitos humanos, acabam também se tornando parceiras de outras organizações, <u>sendo que</u>
O nosso contato com o público está na incidência política em conselhos, né.
Então dentro do quadro das associações representativas, a gente tem essa expertise em controle social e participação social. <u>Por exemplo,</u>
A gente passou a atuar junto ao movimento nacional da população de rua para dar visibilidade à causa deles. A visibilidade a essa causa fez com que a gente

conseguisse pautar e sentar junto com o governo estadual e com o governo municipal. <i>Outro exemplo foi</i>
A campanha contra a redução da maioria penal. Fizemos toda uma articulação com toda uma rede de entidades, Ministério Público, Defensoria Pública e Assembleia Legislativa. <i>Também foi realizada</i>
uma força-tarefa interinstitucional de combate ao feminicídio no Rio Grande do Sul, também com esse tensionamento junto aos poderes públicos. <i>Dessa forma</i>
a gente mantém um canal de comunicação com os parlamentares e
conseguiu mobilizar uma audiência pública. <i>Também,</i>
a gente entregou notas técnicas para deputados federais. <i>Assim,</i>
toda essa mobilização da campanha acabou, inclusive, com um evento muito bonito no Mercado Público.

FONTE: Elaborado pela autora, a partir das entrevistas realizadas.

Com base no metatexto sobre mobilização social, constatamos que os entrevistados entendem a importância da trajetória e da expertise organizacional para liderar a discussão sobre certos assuntos, o que se revela através do uso da “voz pública”. Eles destacam como práticas tanto a articulação, como a parceria com outras organizações, a realização de força-tarefa interinstitucional, assim como a atuação junto a movimentos nacionais, como possibilidades de dar eco a essa voz. Isso para que um assunto de interesse público se torne visível socialmente, tornando o que era social em uma pauta política, capaz de gerar impactos sociais e mudanças nas políticas públicas. Em suma, o que se pretende é a mobilização social que possibilite a sensibilização da sociedade.

Quando os entrevistados mencionam as audiências públicas, as notas técnicas e a campanha contra a redução da maioria penal, refletimos sobre como a OSC precisou de posicionar publicamente diante de certos assuntos, buscando mobilizar outras pessoas. A partir disso, acreditamos que as OSCs possam se manifestar (em termos de posicionamentos públicos escritos) de três formas distintas.

A primeira delas seria através de entidades representativas, como por exemplo os Conselhos de Direitos, os movimentos nacionais e as associações que congregam determinado segmento. Aqui, a subscrição é feita em nome do coletivo ‘maior’ e não individualiza cada OSC.

Outra alternativa seria pela subscrição em nome próprio da organização, ou seja, no caso de uma nota de repúdio (carta aberta, nota pública, etc), ou de qualquer outro posicionamento por escrito, quando a adesão é feita em nome da própria organização. A terceira maneira seria pelo silêncio, quando a organização opta por não se manifestar. Vale ressaltar aqui, que mesmo no caso

do silêncio, a organização está se manifestando, porém o impacto/mobilização restariam comprometidos.

A partir das categorias estabelecidas, passamos a terceira categoria – comunicação – para nos auxiliar na condução às respostas aos objetivos da pesquisa.

5.5. Categoria 3 - Comunicação

Na realização das entrevistas, uma das perguntas buscou investigar sobre a forma como as organizações interagem com os seus públicos de interesse. O Entrevistado E mencionou a dificuldade em acertar o tom da comunicação, sem ser dramático ao comunicar pautas sensíveis. Ele comentou sobre

[...] **como comunicar sem ser dramático** [...] você vai ter 8 ou 80, ou você vai **falar de dinheiro e vai ser super racional ou você vai ser super apelativo**, sabe? E a construção ela é muito perigosa, dependendo desse viés que a conversa vai tomando, então e a gente tem um grande problema, inclusive para contratar colaborador, para fazer o plano de comunicação, porque ou ele não tem o *feeling* para escrever, ele pensa em vender, ou ele tem um *feeling* coitadista (ENTREVISTADO E).

Os Entrevistados B, D e E exemplificaram algumas modalidades que já foram usadas com o intuito de interagir com seus públicos de interesse, sendo mencionado histórias de vida, entrevistas para os meios de comunicação, publicação em jornais e materiais gráficos distribuídos, conforme percebemos pelos depoimentos a seguir:

Nós temos trabalhado muito com **histórias de vida. É como uma estratégia de comunicação** também, porque nós temos um projeto de captação de recursos (ENTREVISTADO B).

[...]... exercemos essa influência nesses meios (*de comunicação*), porque a gente, dentro dos projetos, sempre buscou visibilizar através de **materiais gráficos**, né? Também com **entrevistas para os meios de comunicação ou de publicações em jornais** aqui, né? Do Estado e fora do Estado, enfim, então eu acredito que sim, que tem essa visibilidade, assim, dos meios, essa influência (ENTREVISTADO D).

E a partir disso, sempre que há um projeto, há depois de um **material gráfico**, e isso é **distribuído** muitas vezes, né? (ENTREVISTADO D).

Com relação à distribuição de materiais comunicacionais, entendemos a importância de serem impressos em alguns momentos, se o objetivo for envolver determinados interlocutores. Atualmente, as organizações vêm falando de forma crescente em sustentabilidade, o que é sem dúvida importante. No entanto, é preciso lembrar que nem todos dispõem das mesmas condições de acesso à tecnologia, sendo os materiais impressos ainda uma forma potente de levar certos assuntos a determinadas pessoas. Resgatamos o conceito apresentado por Maia (2003), quando falava em público forte e fraco, de acordo com o poder de decisão dos mesmos. Ela refletia sobre determinadas restrições de acesso dos chamados públicos fracos aos canais da mídia, ressaltando que os grupos organizados da sociedade civil lutavam por visibilidade. Diante dessa reflexão, nos parece que a impressão de materiais ainda seja uma alternativa para sensibilização e/ou mobilização para certas causas sociais às pessoas que têm restrições de acesso.

Sob outro enfoque, mas também abordando as diferentes condições dos usos dos meios e plataformas de comunicação e a necessidade de se discutir sobre a comunicação como um direito social, Costa Filho (2020a) defendeu o conceito de cidadania comunicativa, entendendo a importância de políticas públicas que promovam condições equânimes para o uso desses meios e plataformas de comunicação. Nesse sentido, Teixeira (2017) trabalhou também na defesa de uma perspectiva envolvendo a cidadania comunicativa, buscando a articulação de sentidos que pudessem favorecer uma compreensão dos fenômenos comunicacionais em interface com a cidadania.

A produção de conteúdo para o portal institucional e para as redes sociais foi objeto de comentário também por dois entrevistados, como segue:

A gente publica bastante, sobretudo quando alguma ação acontece e, de fato, isso acaba, também reverberando na mídia [...] sobretudo, **por conta das publicações assim, Facebook, né? A gente vai sempre alimentando o site também** (ENTREVISTADO D).

Eu não sei como é que vai ser daqui pra frente, mas provavelmente a gente **fique muito nessa questão do virtual ainda**. Então **redes sociais, e-mail, continuamos na/com a participação social**, então nos controles, e a gente vai continuar ativamente nas plenárias participando, né, dos espaços que já

ocupávamos, e procurando novos espaços (ENTREVISTADO E).

Destacamos também a importância da comunicação para o fortalecimento dos grupos locais, no sentido da produção de materiais que os fortaleçam e não que tenham o propósito de divulgar a organização em si. Foi nesse sentido o depoimento do Entrevistado B:

A gente tem se relacionado com os diferentes grupos. Dessa forma, através dos projetos dos programas, não é? E tem trabalhado muito para o seu fortalecimento, então as produções, **os produtos de comunicação, eles são muito da base**, né? Eles não são produtos que divulgam a organização, são **produtos que fortalecem os grupos locais** (ENTREVISTADO B).

Esse depoimento nos remete ao que foi apontado por Leitão (2011). Ainda que a reflexão do autor fosse direcionada às redes sociais, entendemos que ela vale para os demais produtos comunicacionais, sejam físicos e/ou virtuais. Leitão (2011) questionava o teor de certos conteúdos, se serviriam mais ao propósito de mobilização social (buscando um engajamento social) ou de divulgação institucional (numa atuação semelhante a uma 'vitrine' institucional). Para o Entrevistado B, os produtos comunicacionais devem buscar o fortalecimento dos grupos locais, ou seja, uma mobilização social e um engajamento social, não a finalidade de promoção institucional.

O Entrevistado A traçou uma relação entre a comunicação e a representação institucional. Para ele

É, o que eu sinto, assim é... normalmente, **nessa relação da comunicação com a representação institucional**, olhando para as instituições, **nem sempre a instituição tem clareza do poder que é, digamos assim, essa incidência política, através da representação institucional**, seja ela no controle social ou até em outros fóruns de participação de representação, né? (ENTREVISTADO A).

Sob outra abordagem, mas ainda relacionando esses conceitos, o Entrevistado B destaca a governança corporativa⁴¹. Ele entende que é

⁴¹ De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), "Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas

Sempre importante olhar para dentro das organizações, como repercute para dentro. **Como essas estratégias de comunicação e de incidência estão sustentadas na governança** das organizações? (ENTREVISTADO B).

A comunicação estratégica veio pontuada pelo Entrevistado B, ao refletir sobre as *fake news* e a necessidade de atenção às chamadas pautas morais:

É a defesa de uma pauta moral muito grande que, enfim, nos ataca, que produz ***fake news***, não é? Então, eu acho que o que nós temos feito também em termos assim, de **disseminar valores, do campo de direitos humanos**, que são valores que dialogam e que são encontrados também naquilo que é central no cristianismo, né, que é a centralidade de Jesus Cristo, sua prática, sua perspectiva inclusiva, não julgadora, transformadora, concreta na vida das pessoas, né? No chão da vida. **É fazer esse contraponto de forma permanente**. É a narrativa, aquela expressão, não é “clichezada”: disputa por narrativa. Ela é permanente. **O grande desafio é qual a estratégia para comunicar essa narrativa, né?** Que aí entra no campo da comunicação mesmo, né? **Como nós nos organizamos no campo da comunicação estratégica, né?** Pra não somente reagir, mas para também conseguir apresentar ou incidir de uma forma bastante intencional ali nos espaços onde os ruídos são maiores (ENTREVISTADO B).

Esse depoimento nos faz recordar Pérez (2012), que defendia que a comunicação estratégica implicava não apenas o falar e o divulgar, mas também o escutar e o dialogar, buscando mais articulação que persuasão, mais conectividade que difusão. Também lembramos de Carillo (2014), para quem a comunicação estratégica envolvia tanto a perspectiva da organização, como da participação do sujeito.

Lima e Abbud (2014) consideravam que as dimensões instrumental, estratégica e humana da Comunicação Organizacional no Terceiro Setor configuravam-se de uma forma diferenciada, por vincularem-se a conceitos como participação, mobilização e transformação. Para as autoras, as práticas que regulavam a comunicação em ONGs, movimentos sociais e comunitários tinham como base o bem-estar coletivo e o amor ao próximo, o que parece ir ao

e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas” (IBGC, 2022).

encontro do trecho do depoimento acima, quando refere a disseminação de valores no campo dos direitos humanos.

Foi possível observar alguns desafios, quando questionados sobre a forma como as organizações interagem com os seus públicos de interesse. Um deles foi no sentido da comunicação da missão institucional atrelado ao viés político-partidário:

Porque se fosse levar uma **comunicação da missão para pensar na transformação da sociedade**, de um projeto de sociedade, que eu acho que é esse é o grande **desafio** que a gente tem como uma organização que trabalha com a relevância pública das políticas sociais, a **comunicação** teria um outro enfoque e nem todo mundo tem esse olhar, assim, crítico, sem pensar hoje nessa divisão, nessa **polaridade que a gente vive por causa da política partidária** (ENTREVISTADO A).

A dificuldade em informar a missão institucional também pode vir acompanhada de desafios para aqueles que representam a instituição. Nesse sentido,

As pessoas ocupam determinados espaços de representação, de participação, mas elas não têm, talvez, ciência desse **poder**, não é, **que eu acho que é um poder que tu tem na mão e que, muitas vezes, as pessoas ficam com medo de usar, porque também não tem noção do que que representa esse espaço, esse poder que a comunicação tem, né?** E, ao mesmo tempo, tu estando numa instituição, tu não tem essa liberdade também de comunicar aquilo como pessoa ou como trabalhador da tua formação, **porque tu tem o limite de comunicar aquilo que é consensuado, pactuado** pela rede também não é? Então, temas polêmicos, acho que isso é uma questão importante, temas polêmicos da sociedade sempre são mediados internamente, para depois serem posicionados, né? (ENTREVISTADO A).

Esse depoimento traz diversos aspectos, entre eles a comunicação e o limite de posicionamento que um representante institucional pode ter. Em complemento, “Eu acho que também tem certos limites que a gente precisa ter maturidade de, né, de **saber até onde a gente pode fazer a representação**, se a gente tem autonomia para isso, **se está pactuado internamente**, tudo bem” (ENTREVISTADO A). Essa ponderação nos faz refletir acerca dos limites da representação e recordar as formas de representação na política contemporânea (eleitoral, advocacia e representação da sociedade civil) trazidas por Avritzer (2007). Nos parece que, de fato, os limites desse tipo de representação sejam

mais complexos do que a representação eleitoral e advocatícia, quando os propósitos estão bem definidos (eleições e limite do mandato).

O aspecto da comunicação interna⁴² veio em depoimento como uma necessidade permanente, para além da assembleia anual que é realizada entre os associados. Para o Entrevistado C,

Uma vez por ano, né, a gente faz a nossa assembleia... por estatuto, onde então os associados são chamados, né, também a participar. Mas independentemente disso, a gente está procurando não esperar um ano para ter o **contato com os associados**. Na questão da **comunicação interna**... no ano passado, a gente fez umas 3 ou 4 ações distribuídas assim ao longo dos meses, de **encaminhar e-mail para os associados**, dando conta de tipo dar notícias, vamos dizer, olha, estamos fazendo isso, estamos fazendo aquilo, né? Quase, entre aspas, um **boletim informativo**, vamos dizer assim, mas ele foi em forma de e-mail (ENTREVISTADO C).

Com relação a produção de conteúdo, o Entrevistado E destacou que a organização tem replicado os conteúdos publicados pelo movimento nacional. Para ele

Eu acho que tem um antes e pós pandemia. Eu acho que antes era uma forma e agora a gente está repensando isso. Como a gente já está na presidência do *movimento nacional*⁴³, hoje praticamente a gente tem ela como chefe, então como ela é maior, **ela tem a produção, por exemplo, de conteúdo, de informação e a gente replica ela** (ENTREVISTADO E).

Foi destacada a importância da comunicação, no entanto, foram identificadas dificuldades estruturais organizacionais que impedem o aprimoramento de iniciativas. Nesse sentido,

O que que eu noto: **a gente tem um campo fértil de ações e de pessoas a contatar**. Mas a gente **não consegue dar conta** de manter esses vínculos e esses laços vivos que, para mim, parte muito dessa coisa da comunicação, né, institucional, de como a Entidade se comunica para fora, né, **para poder ser sempre lembrada e para poder inclusive ser referência nas situações que ela pauta** (ENTREVISTADO C).

⁴² Soares e Del Gáudio (2017) optam por utilizar a terminologia “comunicação com empregados” para se referir à comunicação interna, por entenderem que este é um conceito mais amplo, que abarca questões estratégicas e de diálogo presentes no contexto interno das organizações.

⁴³ A fim de preservar a identidade do entrevistado, ao invés de denominar por completo a organização mencionada, optamos por simplificar, apenas a chamando de ‘movimento nacional’.

Ainda investigando sobre a forma como as organizações interagem com os seus públicos de interesse, o Entrevistado D mencionou a mídia, destacando que existe uma mídia desinteressada. Ele explica que

A gente sempre está publicando e com relação a isso, de chegar na **mídia** também em alguns momentos, é publicizado diretamente em uma mídia específica, por conta do pedido de alguém que está ali conosco... para poder publicizar na mídia que a gente escolhe, também não são em todas. Até porque **tem uma mídia bastante desinteressada**, não é? (ENTREVISTADO D).

Esse aspecto vai ao encontro do que afirmavam Antolini e Rebouças (2016), quando referiam que a comunicação alternativa estaria no âmbito dos movimentos sociais, que muitas vezes têm suas demandas negligenciadas pelos meios de comunicação de massa.

É interessante notar que os depoimentos até aqui apresentados nos remetem a diferentes perspectivas comunicacionais. Percebemos aspectos envolvendo a comunicação política (DUARTE, 2011), a comunicação pública (MATOS, 2011; DUARTE, 2011; WEBER, 2011; LÓPEZ, 2011; BRANDÃO, 2009), a comunicação religiosa (PIROLO, 2011), a comunicação alternativa (PERUZZO, 2020; ANTOLINI, REBOUÇAS, 2016) e a comunicação organizacional (SCROFERNEKER, AMORIM, OLIVEIRA, 2016; MAINERI, 2010). Talvez esse seja um dos desafios ao 'comunicar' o propósito institucional e mobilizar a sociedade em prol dos ideais organizacionais das organizações da sociedade civil. Diferentemente de uma organização empresarial, por exemplo, que é bem compreendida como empresa (finalidade lucrativa), as organizações da sociedade civil contribuem na defesa e promoção de assuntos de interesse público, atuando diante da carência de produtos e serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado, e que o mercado não tem interesse de atender (OLIVEIRA, HADDAD, 2001).

Percebemos que as redes sociais não foram objeto de aprofundamento nos relatos apresentados pelos entrevistados, embora as organizações estejam presentes na ambiência digital. Das cinco organizações, três possuem portal próprio, uma possui blog, uma possui conta no Facebook, quatro no Instagram e três no LinkedIn. Ocorre que nem todos esses espaços estão com postagens atualizadas. Talvez um dos motivos esteja relacionado ao fato dos dirigentes

serem voluntários, na sua maioria, e usarem todos os seus esforços para a manutenção econômica da OSC e para incidência direta nas políticas públicas, não havendo um profissional de comunicação e/ou uma área de comunicação responsável.

Acreditamos que a abertura para a participação e influência através das redes sociais gere nos sujeitos interagentes a expectativa do diálogo, processo este que pressupõe compartilhamento, interlocução. No entanto, é preciso mencionar que estar nas redes sociais não garante o (re)dimensionamento pleno dos relacionamentos (por vezes nem seu estabelecimento) e tampouco que o diálogo aconteça, como apontado por Scroferneker, Castilhos e Amorim (2013). As organizações precisam considerar a sua existência a partir do Outro, dos sujeitos organizacionais, especialmente, porque a expressão potencializada pelas mídias/redes sociais na internet, a oportunidade de falar e de ter audiência e a condição favorável para mobilizar, que caracterizam a sociedade aberta e fortalecem a participação de sujeitos, entram em choque com o modelo comunicacional de transmissão que ainda predomina em muitas organizações.

Seguindo o procedimento das demais categorias e da metodologia proposta, na sequência é apresentado um metatexto (QUADRO 29) com mais um movimento interpretativo da pesquisa, com a percepção dos entrevistados sobre Comunicação.

QUADRO 29 – Comunicação

[...] como comunicar sem ser dramático [...] você vai ter 8 ou 80, ou você vai falar de dinheiro e vai ser super racional ou você vai ser super apelativo, sabe? <u>Na prática,</u>
nós temos trabalhado muito com histórias de vida <u>e com</u>
materiais gráficos, né? Também com entrevistas para os meios de comunicação ou de publicações em jornais aqui, né?
A gente publica bastante, sobretudo quando alguma ação acontece e, de fato, isso acaba, também reverberando na mídia [...] sobretudo, por conta das publicações assim, Facebook, né? A gente vai sempre alimentando o site também. <u>Em razão da pandemia,</u>
eu não sei como é que vai ser daqui pra frente, mas provavelmente a gente fique muito nessa questão do virtual ainda. Então redes sociais, e-mail, continuamos na/com a participação social, então nos controles, e a gente vai continuar ativamente nas plenárias participando, né, dos espaços que já ocupávamos, e procurando novos espaços. <u>Isso porque</u>
a gente tem se relacionado com os diferentes grupos. Dessa forma, através dos projetos dos programas, não é? E tem trabalhado muito para o seu fortalecimento, então as produções, os produtos de comunicação, eles são muito da base, né? Eles não são produtos que divulgam a organização, são produtos que fortalecem os grupos locais. <u>Parece que</u>

nem sempre a instituição tem clareza do poder que é, digamos assim, essa incidência política, através da representação institucional, seja ela no controle social ou até em outros fóruns de participação de representação. <i>Afinal,</i>
como essas estratégias de comunicação e de incidência estão sustentadas na governança das organizações? <i>Ainda,</i>
como nós nos organizamos no campo da comunicação estratégica, né? <i>E</i>
esse é o grande desafio que a gente tem como uma organização que trabalha com a relevância pública das políticas sociais, a comunicação teria um outro enfoque e nem todo mundo tem esse olhar, assim, crítico, sem pensar hoje nessa divisão, nessa polaridade que a gente vive por causa da política partidária. <i>Em realidade,</i>
o que que eu noto: a gente tem um campo fértil de ações e de pessoas a contatar. Mas a gente não consegue dar conta de manter esses vínculos e esses laços vivos.

FONTE: Elaborado pela autora, a partir das entrevistas realizadas.

O metatexto nos permite observar diversos entendimentos acerca da Comunicação, a partir dos relatos dos entrevistados. Podemos destacar exemplos/técnicas de contação de histórias (como as histórias de vida), instrumentos de comunicação (como materiais gráficos e outros produtos), ou ainda a finalidade da comunicação, quando pauta temas de relevância pública e políticas sociais, ou mesmo enquanto comunicação estratégica. Ainda, identificamos a comunicação em seu sentido relacional, compreendendo os laços e vínculos estabelecidos entre os sujeitos. Há uma multiplicidade de significados evocados quando os entrevistados relatam as suas percepções acerca da Comunicação. Pelas entrevistas, constatamos uma predominância no entendimento da/sobre a comunicação como sinônimo de informação pautado na transmissão/divulgação de informações. Em contraponto a essa perspectiva, assumimos a comunicação em sua perspectiva relacional, que “se baseia na bilateralidade do processo comunicacional e se caracteriza pela igualdade de condições entre os interlocutores envolvidos” (FLORCZAK, 2021, p. 210). Nesse sentido, concordamos com Wolton (2010), quando afirma que *informar não é comunicar*, ou seja, “Informar, expressar-se e transmitir não é mais suficiente para criar uma comunicação” (WOLTON, 2010, p. 31).

Cabe-nos destacar um/a dos/as entrevistados/as mencionou o potencial de ações e de pessoas a serem contatadas, mas a dificuldade de se manter os vínculos e os laços vivos. Essa reflexão nos remete ao caráter da comunicação dialógica, que se configura a partir das trocas e das conversas (ANTOLINI; REBOUÇAS, 2016). Ou seja, a comunicação para além das trocas informacionais, a comunicação que tem como fundamento a relação que é

estabelecida. Isso está diretamente vinculado, a nosso ver, sobre como a comunicação está sustentada nas/pelas organizações.

O Entrevistado B fez um questionamento nesse sentido, relacionado à forma como as estratégias de comunicação e de incidência estão sustentadas na governança das organizações. Essa reflexão nos faz recordar Massoni (2008), para quem a perspectiva da comunicação estratégica sugere que a comunicação seja lugar de encontro e geração de significado e de sentido compartilhado. Ao pensarmos sob essa perspectiva e na construção de propósitos comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo, recordamos da abordagem de López (2011) acerca da *advocacy*. Dessa forma, percebemos íntima relação entre a comunicação e a *advocacy*, que parece ser uma área que pertence ao âmago da comunicação estratégica (GOMES, NETO, 2017).

O entrevistado D mencionou que os produtos de comunicação que eram gerados buscavam o fortalecimento dos grupos locais e não a divulgação da organização. Essa referência nos faz lembrar do que apontava Leitão (2011), quando questionava se as organizações estariam atuando mais como vitrine institucional ou buscando o engajamento social. No caso da organização entrevistada, o objetivo com os produtos de comunicação era o engajamento social.

Ao mesmo tempo, organizações que trabalham na defesa de direitos e com as políticas sociais, também têm como objetivo se tornar referência, para influenciar na tomada de decisão do Poder Público, e isso passa também por um processo de visibilidade institucional. O que foi apontado pelos Entrevistados A e B foi o desafio de informar esse propósito, num cenário político polarizado como o que estamos vivenciando.

Recordamos que na *advocacy*, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e/ou os indivíduos representam, na esfera pública, um discurso sobre direitos ou temas (ALMEIDA, 2013). E nesse campo, temos o plano dos interesses, das opiniões e das diferentes perspectivas de cada um. Young (2006) diferenciava esses três modos pelos quais uma pessoa poderia ser representada (interesses, opiniões e perspectivas). Ela mencionava que na representação de opiniões, o veículo mais comum eram os partidos políticos. Acreditamos que cada partido político tenha uma abordagem acerca de

determinadas pautas – isso estaria no campo das opiniões. Algumas pautas são de preponderância de certos partidos políticos e talvez por isso, quando em destaque no debate público, estejam relacionados a um viés político-partidário. Daí o desafio das organizações que trabalham na defesa de direitos e com as políticas sociais de comunicarem esses propósitos, quando muitas vezes o viés interpretativo do interlocutor será pelo filtro de suas opiniões político-partidárias.

Com as entrevistas realizadas, identificamos algumas possibilidades que podem ser consideradas como estratégias e/ou ações pontuais que envolvem a interação com diferentes públicos de interesse, a saber:

- Representação institucional em conselhos de direitos, associações, coletivos e redes;
- Representação institucional em conferências, fóruns, debates, espaços de conversação e rodas de conversa;
- Campanhas institucionais;
- Entrevistas;
- Redes sociais;
- Informativo eletrônico para associados;
- Publicações internas e externas (impressas e virtuais);
- Audiências públicas;
- *Lobby*;
- *Advocacy*.

Acreditamos que as entrevistas e a literatura nos apresentam possibilidades interpretativas que contribuem na reflexão aos objetivos propostos. Vale recordar que Weber (2011) propõe alguns tipos de estratégias para aproximar o Estado dos cidadãos: visibilidade (repercussão e memória), credibilidade (reconhecimento e legitimidade), autonomia (burocracia e instrumentalização), relacionamento direto (interatividade e participação), propaganda (informação e persuasão) e imagem pública (história e identidade). A partir dessa classificação, identificamos que os/as representantes das OSCs entrevistadas utilizam-se de algumas dessas estratégias, especialmente a de

visibilidade⁴⁴, credibilidade⁴⁵, propaganda e imagem pública, havendo ainda espaço para fortalecer a estratégia de relacionamento direto, compreendendo a interatividade e a participação como elementos constitutivos.

Como recurso interpretativo, ao longo dessa seção, recorreremos às produções identificadas no capítulo referente ao estado da arte, por vezes repetindo, inclusive, algumas citações. Esse movimento foi intencional, na medida em que revisitamos essas abordagens, a fim de promovermos a interpretação das entrevistas.

⁴⁴ A visibilidade está relacionada à esfera pública ou à capacidade de difusão de discursos na arena onde circulam outros atores e instituições. Ela implica na “criação de um acervo de informações que serve ao indivíduo e à sociedade e criam uma memória sobre projetos políticos, programas, ações e discursos” (WEBER, 2011, p. 112).

⁴⁵ “Trata-se também de obter reconhecimento. Objetos comunicativos como marcas, cartazes, produtos publicitários precisam traduzir os atores e as instituições do Estado que buscam o reconhecimento de sua qualidade associada a ideias, opiniões, versões” (WEBER, 2011, p. 113).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolvermos um percurso, sabemos que se apresentam caminhos diversos e que é preciso fazer escolhas (de referenciais, de metodologias, de perspectivas). É o que nos ensina Freitas (1999, p. 9) quando afirma que “É preciso optar, e é o sentido dessa opção que registra o que existe de mais interativo entre o pesquisador e seu objeto”. Escolhas essas que nem sempre são fáceis, por isso optamos por caminhos metodológicos, cautelosos e com “[...] ousadia na aplicação de metodologias mistas, integradas, complexas, metodologias estas que vêm se acentuando como uma tendência especialmente nas áreas interdisciplinares” (SANTAELLA, 2016, p. 64).

Por isso, as considerações que apresentamos colocam-se como possibilidades, neste momento, sabendo-se que outras interpretações são possíveis, especialmente à luz de outros referenciais teóricos que possam ser adotados.

Identificamos que as OSCs articulam as suas manifestações comunicacionais e políticas referentes a assuntos de interesse público, mobilizando a sociedade em prol dos seus ideais de variadas formas, sendo uma delas pelo estabelecimento de **parcerias e redes**. Nesse sentido, Peruzzo (2020) apresentou importantes contribuições conceituais, ao trabalhar com a comunicação comunitária, caracterizada por uma “comunicação de proximidade por intermédio de processos constituídos no nível de grupos, redes, coletivos, comunidades organizadas” (PERUZZO, 2020, p. 4). Também Brandão (2009) destacava a relevância da comunicação comunitária, como “[...] práticas e formas de comunicação desenvolvidas pelas comunidades e pelos membros do terceiro setor e movimentos sociais ou populares” (BRANDÃO, 2009, p. 7). Assim, através do estabelecimento e fortalecimento dessas parcerias, pelas interações realizadas entre os grupos e coletivos – e a comunicação que advém dessa interação – haveria uma articulação e potencial de mobilização social.

Outra forma identificada para a mobilização social foi o agendamento de assuntos junto à **mídia tradicional**, buscando dar visibilidade às demandas e mobilizando a sociedade para determinada pauta de interesse público. Aqui recordamos Antolini e Rebouças (2016), para quem os meios de comunicação de massa passaram a ocupar mais espaços, que antes eram utilizados para

debates e discussões. Embora essa constatação não se mostre como uma novidade, identificamos que ela ainda se apresenta como uma realidade.

A **incidência política** também se evidencia como uma possibilidade de articulação e de mobilização social, seja pela atuação em projetos de impacto social, seja por meio da representação conselhistas – prática esta que faz parte “[...] de um conjunto mais amplo de ações e estratégias políticas das associações e movimentos sociais” (LÜCHMANN, 2011, p. 146). Assim, a atuação da sociedade civil nos conselhos pode se apresentar com finalidades diversas, como na ação deliberativa, fiscalizatória, consultiva e/ou mobilizatória. Porém, independente da ação empreendida, o que merece destaque é que ela constitui um potencial instrumento de construção de novas relações políticas (SANTOS, MARQUES, OLIVEIRA, 2016).

No que se refere à dimensão política, a consideramos numa dimensão alargada do termo, nos aproximando da ideia de que as ações e os discursos assumem um caráter político. Segundo Arendt (2007 [1958]), é no discurso e na ação que o agente revela suas identidades, mostra quem é, se apresenta ao mundo, se manifesta enquanto homem, pois “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo” (ARENDR, 2007, [1958], p. 189). Dessa forma, em nossa compreensão, a participação social também se configura como uma ação política, assim como as demais ações e os discursos.

A mobilização social também pode acontecer através da **advocacy**, compreendida como uma estratégia comunicacional das organizações, como “[...] uma estratégia convocatória e construção de propósito comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo” (LÓPEZ, 2011, p. 62). Como mencionado por Almeida (2013), na representação como *advocacy* ou defesa, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e/ou os indivíduos representariam, na esfera pública, um discurso sobre direitos ou temas, e não um conjunto específico de pessoas. Para Galan (2012), *advocacy* “significa lutar, mobilizar e/ou defender causas ou ideias da conscientização da sociedade, visando influenciar a formatação e a execução de políticas públicas” (GALAN, 2012, p. 27). Conforme a Organização Internacional do Trabalho (2012, p. 69), *advocacy* “é uma atividade legítima, pois é próprio da democracia, o processo de negociação”, sendo que o conhecimento das atribuições do Congresso Nacional e das

noções básicas do processo legislativo tornam-se fundamentais para tal atividade. Essa prática, juntamente com o *lobby*, apareceu em algumas das entrevistas realizadas.

Para Galan (2012, p. 25), uma possível definição de *lobby* é o “processo pelo qual empresas, indivíduos, grupos ou associações tentam influenciar as políticas públicas, as decisões governamentais, a legislação e a regulação”. Assim, conforme o autor, o conceito está vinculado a um senso de persuasão, tendo por objetivo convencer os detentores de poder, sejam eles pessoas ou instituições.

O *lobby* também pode ser conceituado como “[...] toda atividade organizada, levando em conta a lei e a ética, por um grupo de interesses⁴⁶ definidos e legítimos, com o objetivo de ser ouvido pelo poder público para informá-lo e dele obter determinadas medidas, decisões, atitudes” (FARHAT, 2007, p. 50). No Brasil, o *lobby* desenvolve-se em dois planos distintos, mas intimamente interligados, relacionados ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo. No entanto, como apontado por Galan (2012), no Brasil, a primeira imagem que vem ao se falar de *lobby* é relacionada à falta de ética e de honestidade. “Não sem razão, mas poderia ser diferente. A conotação negativa já está tão arraigada no Brasil que dificilmente a atividade alcançará uma diferente percepção como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos” (GALAN, 2012, p.108).

O **posicionamento público institucional** diante de assuntos de interesse público e a elaboração de notas técnicas também foram destacados como formas de mobilização social, rompendo com o ciclo da narrativa vigente. Nesse sentido, “É a partir do levantamento de vozes da sociedade civil que este fluxo de fusões e concentração do poder de informar pode encontrar algumas barreiras” (ANTOLINI, REBOUÇAS, 2016, p. 13).

Para investigar quais as melhores práticas desenvolvidas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do Poder Público, é preciso recordar que partimos do pressuposto que novas relações políticas são construídas, num

⁴⁶ Por grupos de interesse podemos entender o agrupamento de pessoas físicas e/ou jurídicas, formal ou informalmente ligadas por determinados interesses, sendo formados “[...] para defender, proteger ou ampliar o interesse comum entre seus membros” (GALAN, 2012, p. 30). Já o grupo de pressão, ressalta o autor, seria um grupo de interesse que, a partir de uma situação ou estímulo específico, passa a atuar de modo mais organizado junto a quem detém o poder.

contexto de disputa por conceitos e narrativas. Na medida em que “todo o poder emana do povo” (art. 1, CF/88), com o passar do tempo percebemos a pluralização de atores e de espaços como possibilidade de exercício desse poder, que é praticado diretamente pelos cidadãos – e pelas OSCs. Assim, compreendemos que as OSCs atuam como atores políticos (BORGES, 2012), na medida em que pautam assuntos de interesse público e contribuem na organização da agenda.

Pimenta (2020, p. 9) argumenta que ao tornar um problema público, busca-se torná-lo visível socialmente, assim como objeto de discussão social, inserindo-o “numa rede de comunicação pública e mobilização social que possibilite a sensibilização da sociedade”. Partindo dessa reflexão, percebemos que a **participação no debate público** se coloca como uma boa prática para influenciar na tomada de decisão do poder público. Como aspecto central, considerando também as entrevistas realizadas, destacaríamos a necessidade de **preparação de lideranças para o debate público**. Essa preparação pode acontecer pela capacitação técnica, pelo fortalecimento das lideranças locais, ou mesmo através de processos formativos (internos) destinados aos colaboradores/associados.

Se pensarmos “onde” ocorre o debate público, recordamos as consultas públicas, fóruns (WEBER, 2011, p. 107), audiências públicas, assembleias locais, encontros regionais, reuniões, eventos, conselhos setoriais (DUARTE, 2011), conferências nacionais e os conselhos de direitos, como **espaços institucionalizados de representação da sociedade civil**. Mas além de momentos formais como as conferências, devemos atentar à comunicação informal, que se desdobra fora dessas arenas, como um recurso importante na formulação de demandas a serem encaminhadas aos corpos deliberativos do sistema político (MAIA, 2001). Assim, a importância da edificação de **outros espaços de conversação**, que permitem outras formas de interações comunicativas, espontâneas ou não, dos movimentos e das organizações sociais (LÓPEZ, 2011). Conte (2016) concluiu que o trabalho em comissões, ou grupos de trabalho, seria uma forma de interação na prática. Para ela, a ênfase seria manter as interações constantes, fossem espontâneas, provocadas, formais ou informais.

A literatura e as entrevistas realizadas nos permitem identificar algumas formas utilizadas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do poder público, através do **envolvimento de interlocutores com o objetivo de sensibilizar** para determinado assunto. A criação de campanhas e ações de comunicação (com as mais variadas técnicas, como histórias de vida, impressão de materiais gráficos, eventos, produção de conteúdo para site e redes sociais), o contato com os públicos de interesse (seja via redes sociais, seja através de e-mail mensal, no caso de associados/colaboradores), a veiculação de pautas na mídia, *lobby*, *advocacy*, redação e adesão a notas técnicas e posicionamentos públicos, incidência política em espaços representativos e na execução de projetos, assim como a criação e o fortalecimento de redes e parcerias se colocam como potenciais práticas para atingir seus objetivos.

Recordamos um aspecto que foi abordado por Borges (2012), quando analisou como as organizações da sociedade civil estabeleciam comunicação no âmbito de suas ações de participação política. Segundo ela, os movimentos sociais não se dirigiam mais ao Estado, e sim à sociedade, na medida em que almejavam mudanças culturais e a conquista de parceiros para suas causas.

As OSCs são representadas por uma pessoa que atua como representante – um representante da sociedade civil, que em nosso estudo optamos por denominar como representante institucional. Entendemos que o **representante institucional** deva atuar com imparcialidade político-partidária e com transparência, de **forma plural e apartidária**, privilegiando o conteúdo da política pública.

Já ao analisarmos como as OSCs interagem com os seus públicos de interesse, a pesquisa empírica realizada nos permitiu identificar que há, por parte dos entrevistados, uma intenção de construção de propósitos comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo. Ainda que a mídia tradicional possa contribuir, percebemos a importância da comunicação alternativa (PERUZZO, 2020; BRANDÃO, 2009), na medida em que as organizações buscam por mudanças na sociedade.

Observamos a comunicação também em seu sentido relacional, compreendendo os laços e vínculos estabelecidos entre os sujeitos. Ao mesmo tempo, pelo relato das entrevistas, nos parece que existe uma predominância do aspecto da presencialidade no que diz respeito à comunicação, seja pelos

materiais gráficos impressos, seja pela mobilização social que é feita, na medida em que envolve sujeitos estratégicos e grupos locais.

Observamos que a maioria das organizações identificadas na categoria 5 (Defesa de direitos de grupos e outros) estão presentes na ambiência digital. Das 22 instituições, 59% delas têm um portal institucional e 50% têm uma página no Facebook. No entanto, isso não significa que esses espaços estejam atualizados, isto é, o fato de estarem presentes na ambiência digital não significa que utilizem esses espaços de forma constante.

Muitos motivos podem causar esse fenômeno: opção institucional, falta de recursos (humanos e estruturais) para manutenção de canais ativos, entre outros. Mas as organizações que conseguem se fazer presentes de forma constante, valem-se da ambiência digital para interagir com o seu público de interesse. Identificamos que algumas das organizações investigadas, pautam assuntos de interesse público e contribuem na organização da agenda. Para isso, utilizam-se de diferentes abordagens ao publicizar sobre suas ações, intenções e posicionamentos. Seu interesse é dar visibilidade as suas demandas, aumentando o potencial de mobilização social (PIMENTA, 2020). Nesse sentido, algumas iniciativas podem ser identificadas como *proposição*, evidenciando uma prática de representação institucional, diferente daquela de quando participa no Conselho de Direitos. Podemos mencionar alguns exemplos dessas iniciativas, como adesão a posicionamentos sobre a pandemia, sobre o auxílio emergencial, sobre a erradicação da fome e da pobreza, entre outros.

Mesmo quando a instituição promove eventos online tendo como foco as temáticas que defende, oportuniza muitas vezes espaços de conversação (MARQUES, MENDONÇA, MAIA, 2007) que promovem possibilidades de trocas. Garcêz (2017) já considerava a representação como um processo difuso, praticável em diferentes espaços e fóruns e Itassu (2014) identificava a representação como uma prática relacional. Diante disso, acreditamos que a realização de eventos dessa natureza também evidencie uma outra prática de representação institucional desenvolvida. Uma representação que se caracteriza pelos assuntos tratados, pelo protagonismo que a OSC assume ao reverberar pautas atuais socialmente, ora convocando, ora divulgando suas ações – sendo que na prática, a condução da atividade é realizada na figura do representante institucional.

A representação institucional nos Conselhos de Direitos e a forma como as organizações desenvolvem temáticas de interesse coletivo nos permite refletir sobre duas possibilidades: 1) a representação institucional como uma nova forma de agir político e 2) como uma manifestação comunicacional das organizações.

Como abordado anteriormente, acreditamos que as organizações muitas vezes pautam e advogam temas de interesse público, podendo influenciar na tomada de decisões do Poder Público. Exemplos práticos disso podem ser vistos nas notas públicas, manifestos e cartas de apoio.

Acreditamos que a incidência política pode acontecer através da participação, construção e fiscalização das políticas públicas, assim como através de processos que influenciem a opinião pública, num processo de visibilização e influência. As organizações passam a ter outras formas de ação política, sendo a representação institucional uma delas. É o que sustentou Lüchmann (2011, p. 147), ao afirmar que “A representação institucional tornou-se mais uma modalidade de atuação política que foi incorporada, ou rotinizada, por um expressivo conjunto de associações e movimentos sociais”.

Ao mesmo tempo em que a atividade de representação institucional se coloca como uma nova forma de agir político, pode ser compreendida como uma manifestação comunicacional e política da organização. Na medida em que essa se envolve em pautas de interesse coletivo e se mobiliza para intervir na tomada de decisões, está buscando interagir com os seus diversos públicos. Nesse sentido, recordamos Young (2006, p. 142), que conceitualizou a representação “[...] como um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p. 142). A ideia da representação como manifestação comunicacional se concretiza, assim, à medida que a organização demonstra capacidade de reverberação de suas ideias e mobilização em torno delas.

Com o desenvolvimento deste estudo, percebemos também a necessidade de contatar o Governo do Estado, através da Ouvidoria, sugerindo acréscimos no portal institucional, não apenas por questões de transparência, como para facilitar o contato da sociedade com as organizações que compõem os Conselhos. Nos colocamos à disposição para contribuir, como possível, caso

entendessem necessário. Até o momento de entrega da Tese, não obtivemos retorno.

Outra constatação foi que as organizações que participaram da pesquisa têm um potencial comunicacional a ser desenvolvido, o que nos provoca a pensar em alternativas para ampliar a nossa contribuição. A partir das entrevistas, da revisão teórica realizada e dos procedimentos metodológicos assumidos, propomos como desdobramento e continuidade deste estudo, organizar algumas oficinas, online e gratuitas, para as OSCs que tiverem interesse, com orientações sobre comunicação e representação institucional, que envolvem desde o diálogo com os associados, gestão de redes sociais, priorização de datas institucionais, entre outros tópicos. Acreditamos que a promoção dessas oficinas materialize a nossa gratidão às organizações que participaram desse estudo, assim como uma devolutiva à sociedade do percurso traçado até aqui.

Esperamos que a nossa pesquisa possa contribuir na reflexão e nas práticas organizacionais, no que toca à representação política extraparlamentar e o papel fundamental da comunicação nos assuntos de interesse público, evidenciando o protagonismo da sociedade civil. Temos a convicção que os estudos comunicacionais acerca da representação política extraparlamentar são um campo fértil para pesquisa, servindo esse estudo como inspiração e fonte para outras pesquisas que estão por vir. Talvez esteja aí uma possibilidade de ocuparmos um lugar como pesquisadores e/ou profissionais que assumem a comunicação como parte do exercício da cidadania e como fonte de mobilização social, para além das práticas, no cotidiano das organizações das quais fazemos parte.

Referências

ACESSO – CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **Facebook Acesso CDH**, 2021. Disponível em:

https://www.facebook.com/pg/acessocdh/about/?ref=page_internal. Acesso em: 11 jul. 2021.

ALENCAR, Joana et al. Participação Social e Desigualdades nos Conselhos Nacionais. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 112-146, jan./abr. 2013.

ALMANSA, Ana. Estudo sobre a Comunicação On-line das ONG na Espanha. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** –

Manaus, AM – 4 a 7 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1522-1.pdf>.

Acesso em: 15 mar. 2020.

ALMEIDA, Débora Cristina Rezende de. **Repensando representação política e legitimidade democrática**: entre a unidade e a pluralidade. 2011. Tese

(Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/ Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em:

[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8RGKZN/1/tese_doutorado_debora_almeida___fafich_2011.pdf)

[8RGKZN/1/tese_doutorado_debora_almeida___fafich_2011.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8RGKZN/1/tese_doutorado_debora_almeida___fafich_2011.pdf). Acesso em: 25 nov. 2019.

ALMEIDA, Débora Rezende de. A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva da sociedade civil. **Revista**

Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, p. 45-66, jun. 2013. Disponível

em: <http://www.redalyc.org/pdf/107/10727637004.pdf>. Acesso em: 5 mai.2019.

ALMEIDA, Jorge. Pesquisas de opinião e cenário de representação da política.

Anais do X Encontro Anual da COMPÓS - Associação Nacional dos

Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília/DF, 2001. Disponível

em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1249.pdf. Acesso em: 10 mar.

2021.

ALMEIDA, Jorge. Mídia, estado e sociedade civil na renúncia de ACM. 2002.

Anais do XI Encontro Anual da COMPÓS - Associação Nacional dos

Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Rio de Janeiro/RJ, 2002.

Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_752.pdf. Acesso em:

10 mar. 2021.

ALTHEMAN, Francine. Esferas Públicas de Conversação Política: processos de comunicação para a construção de cidadania entre profissionais da saúde.

Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação –

Fortaleza, CE – 3 a 7 de setembro de 2012. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-0869-1.pdf>.

Acesso em: 5 mar. 2021.

AMARAL FILHO, Nemézio Clímico; FERREIRA, Eduardo Guerra Murad. Esfera pública em crise: o papel da comunicação estratégica e pública em meio à

instabilidade institucional brasileira. **Anais do 40º Congresso Brasileiro de**

Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09 de setembro de 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2158-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

AMENCAR. **Histórico**. 2021. Disponível em: <https://amencar.wordpress.com/sobre/historico/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

ANJOS, Samaisa dos. Juventudes e Cidadania: Rede Cuca e a Campanha sobre os Direitos dos Jovens. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7 de setembro de 2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0746-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

ANTOLINI, Marialina Côgo; REBOUÇAS, Edgard. Os âmbitos comunicacionais nos movimentos sociais. **Anais do XXV Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/comunicacaonosms_antolini_reboucas_2016_compos_3280.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

ARAUJO, Silvana Martins de. **Controle democrático da política esportiva brasileira**: um estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21659/1/2016_SilvanaMartinsdeAraujo.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). **Observatório da Sociedade Civil**: Tudo que você precisa saber antes de escrever sobre ONGS. 2016. Disponível em: http://www.participa.br/articles/public/0033/2536/Guia_para_jornalistas_Abong_Tudo_o_que_voc_precisa_saber_antes_de_escrever_sobre_ONGs.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

AVELINO, Daniel Pitanguieira de. **Democracia em conselhos**: análise do processo decisório em conselhos nacionais. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social/ Universidade de Brasília. Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13819>. Acesso em: 25 nov. 2019.

AVESOL. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <http://www.avesol.org.br/p/quem-somo.html>. Acesso em: 11 jul. 2021.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil. **Novos Estudos**, Cebrap, 2018, n. 2, v. 37. p. 273-289. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/c3T5mk68ngn7PQ5chVkbhrS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

AVRITZER, Leonardo. Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano. **Carta Capital**. 10 jun. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992/>. Acesso em 5 abr. 2019.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/SXb5hxxKDHgM3Y9YMvRgMzN/?lang=pt#>. Acesso em 5 abr. 2019.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 50, n. 3, 2007, p. 443-464. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/avritzer%202007.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BALBINOT, Valmiria A.; PEREIRA, André da Silva. Comunicação Organizacional: Indutora e Facilitadora da Comunicação Pública. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – São Paulo - SP – 05 a 09 de setembro de 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2930-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BARRETO, Helena Martins do R.; NUNES Márcia Vidal. Das ideias que se fazem gestos: sensibilização, formação e produção de novas ações comunicativas. **Anais do XX Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 14 a 17 de junho de 2011. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1586.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

BARRO, Paula Franceschelli de Aguiar. ONGs em Crise: Estratégias de Comunicação entre as ONGs e seus Públicos de Relacionamento, Via Enquadramento da Mídia, em Situações de Crise. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2307-1.pdf>. Acesso em 15 mar. 2020.

BARROS, José Marcio; RIBEIRO, Núbia Braga. Participação Social e o Decreto da Polêmica. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2374-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BARROS, Thiago Almeida; BARROS, Gecilene Magalhães Marinho; CORRADI, Analaura. Demandas de representação e comunicação no Facebook: análise de fanpages das organizações Mobilização Nacional Indígena e Conselho Indigenista Missionário. **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Joinville - SC – 2 a 8 de setembro de 2018. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-2086-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BAVARESCO, Agemir; SOUZA, Draiton Gonzaga. Representação social e cenários brasileiros. **Revista Jurídica do Cesuca**, v. 2, n. 3, ago, 2014.

BIANCHINI, Regiane Maria da Silva; CORRÊA, Sérgio. Comunicação de interesse público: interação na busca da consciência crítica em face aos direitos trabalhista e previdenciário. **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba - PR – 04 a 09 de setembro de 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0642-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD). **Sobre a BDTD**. 2019. Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BLUDENI, Lúcia Maria (coord.). **Guia prático da Lei 13.019/2014** – Lei das Parcerias. OAB/SP, 2017. Disponível em: <https://ligasolidaria.org.br/site/wp-content/uploads/2017/10/2017-10-14-Guia-LEI-13.019-14-Publicar-OAB.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BONFIM, Cristiane Guilherme. Campanha #euvoucontar: ativismo digital pela descriminalização do aborto no Brasil. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Belém - PA – 2 a 7 de setembro de 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1921-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BORGES, Jussara. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais**: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012a. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5558/1/Tese%20Poscom%20Jussara%20Borges.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BORGES, Jussara. A comunicação de organizações da sociedade civil em processos de participação política. **Anais do XXI Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 12 a 15 de junho de 2012b. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1802.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

BRANDÃO, Elizabeth P. Conceito de Comunicação Pública. *In*: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2. ed., 2009, p. 1-33.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8243, de 23 de Maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto Federal 8.726/2016, de 27 de abril de 2016**. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8726.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 5764/71, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 9637/1998, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 9709, de 18 de novembro de 1998**. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9709.htm#:~:text=1o%20A%20soberania%20popular,III%20%E2%80%93%20iniciativa%20popular. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 9790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 9867, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9867.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 10.406/2002, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 10825/03, de 22 de dezembro de 2003**. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.825.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 13.019/2014, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL, **Nota Técnica nº 02/2019/ASSREV-1ª CCR**. 2019. Brasília, DF: Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota-tecnica-no-02-2019-reflexoes-sobre-o-decreto-9759-19-v3.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Cartilha Política Nacional de Participação Social**, 2014. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/CartilhaPNPS1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6121**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5678906>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BURKE, Edmund. Discurso aos eleitores de Bristol. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 97-101, nov, 2012.

CALVI, Pedro. CDHM debate com a sociedade civil a situação dos conselhos e comissões do governo federal. **Câmara dos Deputados**. 9 abril 2021. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/cdhm-debate-com-a-sociedade-civil-a-situacao-dos-conselhos-e-comissoes-do-governo-federal>. Acesso em 10 ago. 2021.

CAMARA, Maria Amalia Oliveira de Arruda. **Entre o Estado e a sociedade civil, o uso das tecnologias da informação e comunicação no orçamento participativo**: uma análise comparativa da utilização das TICs como incentivo à participação cidadã em Belo Horizonte, Recife e Fortaleza, entre 2005 e 2011. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18745/1/Tese%20Maria%20Am%c3%a1lia%20Arruda%20Camara.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CAMARGO, Camila Acosta. A comunicação como instrumento de transformação social em organizações da sociedade civil. **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba - PR – 04 a 09 de setembro de 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0599-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CAMARGO, Camila Acosta. Os discursos e as representações simbólicas dos fundadores/presidentes em ONGs de comunicação. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Belém - PA – 2 a 7 de setembro de 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0461-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CAMARGO, Camila Acosta. Sentidos de comunicação e trabalho nos discursos do terceiro setor: uma análise dos termos mais utilizados no enunciado institucional de três “ongs de comunicação”. **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Joinville - SC – 2 a 8 de setembro de 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0208-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CARRILLO, Maria Victoria. Comunicação Estratégica no ambiente comunicativo das organizações atuais. **Comunicação e Sociedade**, v. 26, p. 71, 2014.

CARVALHO, Gabriel Ferreira. **Mídia cidadã digital: o caso da Talidomida**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2840>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CESAR, Regina Célia Escudero. **A Comunicação pública como práxis no processo de mediação e mobilização da sociedade civil na esfera pública**. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-04032013-152158/publico/ReginaCesarTese.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CHAGAS, Viktor; MITOZO, Isabele; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. BARROS, Samuel. AZEVEDO, Dilvan. A ‘nova era’ da participação política? WhatsApp e call to action nas consultas do e-Cidadania (Senado Federal). **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_JT1EOMKMMML66U7OZDT8P_28_7653_20_02_2019_20_48_38.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

CNBB. **Natureza e fins**. 2020. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Novos defensores e defensoras da sociedade civil assumem o CEDH-RS. **CEDHRS**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://cedhrs.wordpress.com/2020/10/07/novos-defensores-e-defensoras-da-sociedade-civil-assuem-o-cedh-rs/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Conselheiros Não-Governamentais. **CEDICA**, Porto Alegre, 2019. Disponível em: http://cedica.rs.gov.br/conteudo/641/?Conselheiros_n%C3%A3o_Governamentais. Acesso em: 11 jul. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Objetivo. **CEDICA**, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://cedica.rs.gov.br/conteudo/494/?Objetivo>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Atual gestão. **COEPEDE**, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.coepede.rs.gov.br/lista/533/atual-gestao>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Inicial. **COEPEDE**, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://www.coepede.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CONTE, Selma Regina Ramalho. As organizações como Estruturas de Interação Comunicativa. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – São Paulo - SP – 05 a 09 de setembro de 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0549-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CORREIA, João Carlos Ferreira. Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões. **Anais do XII Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recife/PE, 2003. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_932.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

COSTA, Denise Resende. **Institucionalização da Participação Política no Estado**: história de defesa de direitos e interesses. Brasil e Chile em perspectiva. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19906>. Acesso em: 25 nov. 2019.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. A participação social dos sujeitos comunicacionais na construção da cidadania comunicativa. **Anais do XXIX Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 23 a 25 de junho de 2020. 2020 a. Disponível em:

http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_4N1QHNEYRVZC5ROY34F7_30_8786_27_02_2020_12_17_56.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. A Participação Social na Cidadania Comunicativa. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, modalidade virtual, FACOM - Universidade Federal da Bahia, de 1 a 10 de dezembro de 2020. 2020 b. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1347-1.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006)**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-895HC8/1/tese_defesa_eleonora.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In*: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedade civil en tempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-100. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Dagnino-Sociedade_civil_participacao_cidadania-de_que_estamos_falando.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

DANERIS, Marcelo Tuerlinckx. **Democracia sem maioria: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul e as condições para validade da concertação social**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157924>. Acesso em: 25 nov. 2019.

DANTAS, Marcela; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Fóruns online e deliberação: conversações restritas ou participação democrática? **Anais do XIX Encontro da Compós**, 2010, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Junho de 2010. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1462.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

DARBILLY, Leonardo Vasconcelos Cavalier. **Blogosfera, estratégias de subversão e o campo da comunicação no Brasil: uma análise do Movimento dos Blogueiros Progressistas sob uma perspectiva de estudos organizacionais**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11553/Tese.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 25 nov. 2019

DEMARCHI, Carlos Henrique. Movimentos sociais e democratização da comunicação: contribuições para o debate no caso brasileiro. **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Joinville - SC – 2 a 8 de setembro de 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1158-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

DUARTE, Gabriela Miranda. **Audiência pública no Supremo Tribunal Federal: uma arena de dissenso em construção?** 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASPFRE/1/arquivo_gabriela_definitivo_31_3_2017.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. *In*: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. *In*: DUARTE; BARROS. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUBLANTE, Carlos André Sousa. **Gestão democrática: o processo de representação nos conselhos escolares na rede pública municipal de São Luís, MA**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22524/1/Gest%c3%a3oDe mocr%c3%a1ticaProcesso_Dublante_2016.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

EIRO-GOMES, Mafalda; NETO, Cesar. O estatuto da “comunicação” nas OSC em Portugal: um primeiro retrato. **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba - PR – 04 a 09 de setembro de 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1998-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

EM NOTA PÚBLICA, MPF manifesta preocupação com decreto que extingue conselhos de participação social. **MPF**, em 16 abr. 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-nota-publica-mpf-manifesta-preocupacao-com-decreto-que-extingue-conselhos-de-participacao-social>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FARHAT, Saïd. **Lobby: o que é. Como se faz. Ética e transparência na representação junto a governos**. São Paulo, Petrópolis: ABERJE, 2007.

FERREIRA, Camila Chaves; NUNES, Márcia Vidal. Palco de Consensos ou Teatro das Contestações? Uma Reflexão Sobre o MST na Atual Cena Política Brasileira. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Fortaleza, CE – 3 a 7 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1644-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira. **A participação em instituições descentralizadas na cidade de João Pessoa: o orçamento democrático e o conselho de saúde**. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7291>. Acesso em: 25 nov. 2019.

FIERGS. **Sobre a FIERGS e o CIERGS**. 2021. Disponível em: <https://www.fiergs.org.br/sobre-fiergs-e-o-ciergs>. Acesso em: 11 jul. 2021.

FLD. **Diaconia Transformadora**. 2021a. Disponível em: <https://fld.com.br/diaconia-transformadora/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

FLD. **Nossa História**. 2021b. Disponível em: <https://fld.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

FLORCZAK, Rosângela. O monólogo das marcas e as crises de reputação nas redes sociais. In: TERRA, Carolina; DREYER, Bianca Marder; RAPOSO, João F. **Comunicação Organizacional: práticas, desafios e perspectivas digitais**. São Paulo: Summus, 2021, p. 209-220.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FRICK, Amanda; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. A mobilização da responsabilidade social empresarial do Instituto ETHOS no Pacto empresarial pela integridade e contra a corrupção. **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba - PR – 04 a 09 de setembro de 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0286-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

GABRIEL, Marcio Rogério. **Democracia e associativismo civil: uma análise da governança na comunidade Reça em Rondônia**. 2019. Tese (Doutorado Interinstitucional em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Faculdade Católica de Rondônia. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201714>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GALAN, Gilberto. **Relações governamentais e lobby, aprendendo a fazer: as melhores práticas das melhores empresas**. São Paulo: ABERJE, 2012.

GARCEZ, Gabriela Soldano. **O papel da mídia na formação da opinião pública: o status de ator emergente para o direito internacional com influência na proteção ambiental**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Católica de Santos. Santos, 2017. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/3441/2/Gabriela%20Soldano%20Garcez.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira; MAIA, Rousiley Celi Moreira. A representação política como processo discursivo: o debate sobre a educação de surdos compreendido a partir de uma perspectiva processual. **Anais do XXV Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/garc%C3%AAzemaiacomp%C3%B3s2016-vers%C3%A3odefinitiva_3324.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. A representação política em uma perspectiva comunicacional. **Anais do XXVI Encontro Anual da Compós**, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017.

Disponível em:

http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_W1IFHC3UH09LD2TQBNYQ_26_5822_21_02_2017_14_20_15.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Luciana Buksztejn; FLORCZAK, Rosângela. **(Re) pensar a comunicação estratégica a partir da alteridade e da dissidência. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, de 06 a 09 de maio de 2019.

GOMES, Luciana. **O “estado da arte” da comunicação dissidente nas organizações**. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em:

http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7824/2/LUCIANA_BUZSZTEJN_GOMES_DIS.pdf. Acesso em: 5 ago. 2021.

GOMES, Romulo Fernando Lemos. Democracia participativa no governo do Brasil: articulação e discurso no dispositivo PARTICIPA.BR. **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba - PR – 04 a 09 de setembro de 2017. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3042-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

GOMES, Wilson. Negociação política e comunicação de massa. **Anais do XII Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recife/PE, 2003. Disponível em:

http://www.compos.org.br/data/biblioteca_938.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Anais do XIV Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Niterói/RJ, 2005. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_695.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GONTIJO, Cynthia Rubia Braga. **Participação e representação nos Conselhos Municipais de Educação da região metropolitana de Belo Horizonte**. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9EFELB>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretarias**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/secretarias>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GRANATO, Mariany Schievano. Comunicação pública e políticas públicas: análise do portal eletrônico da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM – 4 a 7 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0375-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAUBER, Gabriella; MAIAM, Rousiley C. M. Discussão política online: emoção e deliberação sobre a redução da maioria penal em duas plataformas distintas. **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5GTBDMSDTEHBP8TW8TFX_28_7708_21_02_2019_09_33_52.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **O que é governança corporativa**. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento>. Acesso em: 22 mai. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Perguntas frequentes. 2017. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 2 ago. 2020.

IRMÃS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **IRMAS ICM**, 2021. Disponível em: <https://www.irmasicm.org.br/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

ITUASSU, Arthur. E-representação como teoria política: comunicação social, internet e democracia representativa. **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/ituassu_compos_2014b_2170.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

JERÔNIMO, Luciana Saraiva de Oliveira. Dimensão argumentativa da participação cidadã no processo deliberativo: perspectiva habermasiana de racionalidade comunicativa na consulta pública online. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM – 4 a 7 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0119-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

KAHWAGE, Nathália; CAL, Danila. Representação política discursiva no Facebook: análise da atuação de mulheres vereadoras. **Anais do XXIX**

Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 23 a 25 de junho de 2020. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_XIRRFO22PIHKYMX42SSJ_30_8507_25_02_2020_17_45_11.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

KEGLER, Bruno; POZOBON, Rejane de Oliveira. Análise argumentativa e rede de comunicação pública: uma proposta metodológica para o estudo da dinâmica comunicacional de acontecimentos públicos. **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_4A21ZWTJJCAJKIDFE888_28_7655_20_02_2019_11_31_35.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação organizacional: aportes teóricos e metodológicos. In: MARQUES, Ângela [et al.] (organizadores). **Comunicação organizacional: Vertentes conceituais e metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. Disponível em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/wp-content/uploads/2019/08/Comunica%C3%A7%C3%A3o-Organizacional-Vol.-2.pdf>. Acesso em 10 mai. 2022.

KUNRATH, Romerio Jair. **Os conselhos econômicos e sociais em perspectiva comparada: os casos da Espanha e do Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/39410>. Acesso em: 25 nov. 2019.

LAHNI, Cláudia Regina; COELHO, Fernanda; REZENDE, Raquel Lara. 1ª Conferência de Comunicação de Juiz de Fora: reflexões sobre sua organização e participação juvenil. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0558-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e accountability: dimensões e condições da poliarquia midiática. **Anais do X Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília/DF, 2001. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1248.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Institucionalização midiática e "representação" política: a construção do cidadão-consumidor nos telejornais. **Anais do XV Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. UNESP-Bauru, 6 a 9 de junho de 2006. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_438.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Jornalismo e políticas públicas**. A imprensa de São Paulo esclarece a dinâmica da participação política quando cobre o discurso e a ação pública? (1994-2004). 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação e Artes, Universidade

de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tdde-22032006-124047/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

LAVALLE, Adrian Gurza; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 67, p. 49-103, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 84, p. 353-364, 2011.

LEITÃO, Ana Carollina. ONGs e redes sociais: vitrine institucional ou engajamento social? **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Recife, PE, 2 a 6 de setembro de 2011. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2230-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LIBERATO, Rita Simone Barbosa. Comunicação e Cidadania: Ecos de um Plano de Comunicação para comunidades sergipanas. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM – 4 a 7 de setembro de 2013. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1226-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

LIMA, Manuella Dantas Corrêa; ABBUD, Maria Emilia de Oliveira Pereira. As dimensões da comunicação organizacional: um olhar sobre o terceiro setor. **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014. Disponível em:
http://www.compos.org.br/biblioteca/asdimens%C3%95esdacomunica%C3%87%C3%83oorganizacional_umolharsobreoterceirosetor2_2192.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

LIMA, Paula Pompeu Fiuza; ALENCAR, Joana Luiza Oliveira; RIBEIRO, Uriella Coelho; CRUXÊN. Isadora Araujo; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. **Conselhos nacionais**: elementos constitutivos para sua institucionalização. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990.

LOPEZ, Felix Garcia (Org.) **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180607_livro_perfil_das_organizacoes_da_sociedade_civil_no_brasil.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.

LÓPEZ, Juan Camilo Jaramillo. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. *In*: KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. ed., São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 1. Brasília, p. 63-93, janeiro-junho, 2009.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 84, p. 141-174, 2011.

LUZ, Ana Javes Andrade da. Comunicação Governamental—entre a Comunicação Pública e a Política: A Experiência da Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1527-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MAIA, Rousiley C. M. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **Anais do XV Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. UNESP-Bauru, 6 a 9 de junho de 2006. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. **Anais do X Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília/DF, 2001. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1252.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. **Anais do XI Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Rio de Janeiro/RJ, 2002. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_754.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. **Anais do XII Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recife/PE, 2003. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_937.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MAINERI, Tiago. A comunicação organizacional na construção da cidadania. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1207-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MACHADO, Jones; CONRAD, Kalliandra Quevedo; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. A mobilização social como um processo de emancipação dos sujeitos. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0452-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MAGALHÃES, Daniella Rocha. Campanhas de Mobilização e Representações Sociais sobre Trabalho Infantil: Como os Adolescentes se veem? **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7 de setembro de 2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2338-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MARCON, Maria Cristina. **Avaliação da participação social em segurança alimentar e nutricional**. 2017. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188527/PGSC0197-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARCONDES, Roberto Rangel. **A importância da participação popular na definição do interesse público a ser tutelado pelo Ministério Público do Trabalho**. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_725ada3501fdff8aa44e2415e2281796. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARINS, Bianca Ramos. **A Vigilância sanitária, o cidadão e o direito à comunicação: um estudo sobre a rotulagem de alimentos**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CRUZ_7868b967452f3f4f5f1fc4a1cc117c10. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARQUES, Ângela C. S.; MENDONÇA, Ricardo Fabrino; MAIA, Rousiley C. M. O sistema deliberativo e seus espaços discursivos: a articulação entre diferentes modos de comunicação. **Anais do XVI Encontro da Compós**, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_135.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARQUES, Francisco Jamil. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Anais do XIV Encontro Anual da COMPOS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Niterói/RJ, 2005. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_698.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Níveis de participação dos cidadãos na internet: um exame dos websites de Senado. **Anais do XVI Encontro da Compós**, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_37.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARQUES, Verônica Teixeira. **Conselhos municipais de educação e democracia: relações entre o estado e a sociedade nos conselhos municipais de educação de Sergipe**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ Universidade Federal da Bahia. Salvador,

2009. Disponível em:
https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12152/1/tese%20%20vers%c3%a3o%20definitiva%20dezembro%20de%202009_%20Ver%c3%b4nica%20Teixeira%20Marques.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARQUES, Verônica Teixeira; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva; SANTOS, Adriana Caetana dos. Democracia, representação e a participação social na construção do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase. **Amazon's Research and Environmental Law**, v. 4, n. 1, 25 fev, 2016.

MASSONI, Sandra. Comunicación y desarrollo. Encuentros en la diversidad. *In*: THORNTON, Ricardo Dominic; CIMADEVILLA, Gustavo. **Grisés de la extensión, la comunicación y el desarrollo**. 1a ed. - Santa Rosa: Base1; Buenos Aires: Inst. Nacional de Tecnología Agropecuaria - INTA, 2008, p. 87-100.

MASSUCHIN, Michele Goulart; OLIVEIRA, Paula Andressa de. Comunicação pública dos legislativos municipais conectados: accountability, transparência e proximidade com os cidadãos nas redes sociais. **Anais do XXIX Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 23 a 25 de junho de 2020. Disponível em:
http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_40QOO4I1HZ3JDMV5WRJS_30_8626_26_02_2020_17_49_25.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

MATOS, Heloiza. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. *In*: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. ed., São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Reconhecimento e Deliberação**: as lutas das pessoas atingidas pela hanseniose em diferentes âmbitos interacionais. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em:
https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAFI-82TG5V/1/mendon_a_tese_2009_com_capa.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento e (qual?) deliberação. **Anais do XIX Encontro da Compós**, 2010, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Junho de 2010. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1466.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MIANI, Rozinaldo Antonio; FELÍCIO, Camila Frazatti Rodrigues. O planejamento participativo no contexto da Comunicação Popular e Comunitária. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2314-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Influência e resistência. Em busca de um modelo complexo da relação mídia/política. **Anais do X Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

Brasília/DF, 2001. Disponível em:
http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1250.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

MILHOMENS, Lucas. Amazônia e movimentos sociais: a comunicação das redes de mobilização. **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Joinville - SC – 2 a 8 de setembro de 2018. Disponível em:
<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1293-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**: Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**: Bauru, SP, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MORETO, Julio Antonio. **Formação continuada de professores: dos (des)caminhos dos órgãos colegiados de participação, as instancias de gestão das políticas públicas**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009. Disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/251649/1/Moreto_JulioAntonio_D.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MOURA, Flávia de Almeida. Mídia e sujeitos: a busca pelas representações de agentes da rede de combate ao trabalho escravo. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – São Paulo - SP – 05 a 09 de setembro de 2016. Disponível em:
<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3134-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MOURA, Joana Tereza Vaz de. **A representação política de organizações da sociedade civil nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e a busca pela legitimidade**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16219>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Quem somos. **MNDH BRASIL**, 2021. Disponível em: <https://mndhbrasil.org/nossa-historia/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NOBRE, Heloiza Helena Matos; NOBRE, Guilherme Fráguas. Comunicação para a Cidadania e Democracia: capacitação em comunicação pública e política. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da**

Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2569-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

NOBRE, Heloiza Helena Matos; PEREIRA FILHO, Jorge. A participação na comunicação pública: para além do consenso. **Anais do XXV Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/templatexxvcompos_participa_aut_3316.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

NUANCES – GRUPO PELA LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL. **Facebook Grupo Nuances**, 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/nuanceslgbts/about/?ref=page_internal. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, Andrea Cristina de Jesus. **Lobby e representação de interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesse no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280203>. Acesso em: 25 nov. 2019.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ongs de educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo – SP, n. 112, p. 61-83, março, 2001.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; LIMA, Fábila Pereira; MONTEIRO, Luisa da Silva. Movimentos comunicacionais na relação entre organização e comunidades: perspectivas teórico-metodológicas para apreensão do fenômeno. **Anais do XX Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 14 a 17 de junho de 2011. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1636.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. De públicos para cidadãos: um repensar sobre relacionamentos estratégico. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2518-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

OLIVEIRA, Maria José da Costa; MATOS, Heloiza. Comunicação Organizacional e sua Interação com a Comunicação Pública. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2107-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

OLIVEIRA, Maria José da Costa; MATOS, Heloiza. Comunicação pública nas instituições de ensino: Debate e participação política na formação para a cidadania. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da**

Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09 de setembro de 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2986-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Guia para Orientar Ações de Advocacy no Congresso Nacional**. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho; Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas (GTIP). Brasília: OIT, 2012.

PAES, Paula de Souza. Estratégias políticas e comunicação pública sobre a questão da imigração na França. **Anais do XXV Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016. Disponível em:

http://www.compos.org.br/biblioteca/artigo-compostemplate-autoria_3322.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. Cidadania, mídia e direitos sociais. **Anais do XXVI Encontro Anual da Compós**, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017. Disponível em:

http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_SGDRT1PW_UXJMDKEBPWMV_27_6212_30_01_2018_14_53_57.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

PASSOS, Luciana Andrade dos. **Planejamento urbano e participação da população: labirinto democrático?** 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2010. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_f281800b482621eba045f62f6042bccd. Acesso em: 25 nov. 2019.

PEREIRA, Márcio Florentino. **O controle social e a participação democrática nos conselhos municipais de saúde da Ride-DF**. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde/ Universidade de Brasília. Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10031>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PERES-NETO, Luiz. Accountability, transparência e a comunicação organizacional. **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014. Disponível em:

http://www.compos.org.br/biblioteca/peres_netto_luiz_accountability_transparencia_com_org_2191.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

PEREZ, Olivia Cristina. **A representação em arenas extraparlamentares: os Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30092010-125049/publico/2010_OliviaCristinaPerez.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

PÉREZ, Rafael Alberto. Comunicación estratégica: sí claro. Pero, ¿qué implica “estratégica”? **Revista Académica de Comunicación y Ciencias Sociales**, n. 2, 2012.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Interfaces entre Comunicação Comunitária e Relações Públicas Populares. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, modalidade virtual, FACOM - Universidade Federal da Bahia, de 1 a 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1956-1.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

PIMENTA, Laura Nayara. Dinâmicas de publicização e mobilização social: os burocratas de nível de rua no enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil. **Anais do XXIX Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 23 a 25 de junho de 2020. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_REPZG9IP4BQ0986MV_TWK_30_8200_21_01_2020_14_05_27.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

PINTO, Elen Salaberry. **Políticas públicas e regulamentação da comunicação social**: um estudo comparativo entre Brasil e Argentina. 2015. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2015. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/545>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PINTO, Rafaela Caetano. **As estratégias de responsabilização político-social da ANDI – Comunicação e Direitos nas políticas públicas de comunicação**: o caso da Classificação Indicativa. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15464/TES_PPGCOMUNICACAO_2018_PINTO_RAFAELA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 nov. 2019.

PIROLO, Maria Amélia Miranda. Comunicação Religiosa: A Construção De Um Conceito. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2528-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 67, p. 15-47, 2006.

POSSEBON, Alessandra; NOGUEIRA, Silas. Comunicação e Cidadania: Diálogo Necessário. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1162-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

PRIETO, Cláudia França. **Cafés científicos**: interações entre a comunidade científica e a sociedade civil em um espaço público de comunicação da ciência.

2013. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9AZF56/1/cl_udia_fran_a_prieto___tese_vers_o_final_19.06.2013_ok_.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2. ed., 2013.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. Mobilizar é comunicar estruturas interpretativas: apontamentos para discussão e pesquisa sobre a comunicação dos atores coletivos. **Anais do XXI Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 12 a 15 de junho de 2012.. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1806.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

QUEVEDO, Josemari Poerschke de; WEBER, Maria Helena. Limites da Accountability e da comunicação pública (Câmara e Prefeitura Municipal de Porto Alegre no debate público sobre o Pontal do Estaleiro). **Anais do XIX Encontro da Compós**, 2010, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Junho de 2010. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1463.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

QUIROGA, Sergio Ricardo. Participación Ciudadana: Infrapolítica y Movilización. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, modalidade virtual, FACOM - Universidade Federal da Bahia, de 1 a 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0517-1.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REDE MARISTA. **Sou Voluntário**. 2021c. Disponível em: <https://social.redemarista.org.br/participe/voluntario>. Acesso em: 11 jul. 2021.

REDE MARISTA. **Quem somos**. 2021a. Disponível em: <https://redemarista.org.br/sobre>. Acesso em: 11 jul. 2021.

REDE MARISTA. **Identidade Organizacional**. 2021b. Disponível em: <https://redemarista.org.br/sobre/identidade-organizacional>. Acesso em: 11 jul. 2021.

RIBEIRO, Raquel Noel Ribeiro. **Cuidador de idoso**: discussão do processo de regulamentação da profissão pela análise discursiva de audiências públicas. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07082015-111256/publico/ribeiro_do.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 13.707, de 6 de abril de 2011**. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=55978.

Acesso em: 11 jul. 2021.

ROLNIK, Raquel. Esvaziar e revogar conselhos não contribui nada com nossa frágil democracia. **Uol**. 14 abril 2019. Disponível em:

<https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2019/04/18/esvaziar-e-revogar-conselhos-nao-contribui-nada-com-nossa-fragil-democracia/>. Acesso 10 ago. 2021.

SALVATORI, Patricia Carla Gonçalves. Comunicação digital e mobilização social para pessoas com deficiência: estudo de caso sobre a Síndrome de Prader Willi. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – São Paulo - SP – 05 a 09 de setembro de 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2449-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Comunicação e linguagem no Orçamento Participativo: uma outra perspectiva de análise. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3844-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SANSON, Alexandre. **Dos grupos de pressão na democracia representativa: os limites jurídicos**. Programa de Pós-Graduação em Direito/ Universidade de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-28072014-133210/pt-br.php>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SANTAELLA, Lucia. Há como escamotear as questões do método? **Organicom**, ano 13, n. 25, 2016, p. 50-68.

SANTI, Vilso Junior; ARAÚJO, Bryan Chrystian da Costa. Comunicar para mobilizar: as práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima. **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_7GIX9ZY6W11HECWWM8BJ_28_7376_14_02_2019_16_11_20.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

SANTI, Vilso Junior; ARAÚJO, Bryan Chrystian. Etnomídia como campo de (re)apropriações das práticas midiáticas no portal do Conselho Indígena de Roraima. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Belém - PA – 2 a 7 de setembro de 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0483-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SANTOS, Giordanna Laura da Silva. **Participação Social no Colegiado Setorial de Culturas Populares, do Ministério da Cultura (MinC): Uma Análise dos Canais Comunicacionais e Participativos, de 2010 a 2014**. 2015.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18309/1/GIORDANNA%20LAURA%20DA%20SILVA%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SANTOS, Suzy dos; SILVEIRA, Érico da. O conceito de interesse público nas comunicações. **Anais do XV Encontro Anual da COMPÓS** - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. UNESP-Bauru, 6 a 9 de junho de 2006. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_437.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

SCHUMACHER, Aluisio Almeida. **Comunicação e democracia: fundamentos programático-formais e implicações jurídico-políticas da teoria da ação comunicativa**. 2000. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279959>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade; AMORIM, Lidiane Ramirez. Comunicação organizacional e estratégia:(re)pensar para compreender. In: **Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación**, 12., 2014, Peru. Anais... Peru: PUCP, 2014. Disponível em: <https://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2014/11/GT2-Scroferneker-Amorim.pdf>. Acesso em 3 jan. 2022.

_____; _____. OLIVEIRA, Rosângela Florczak de. Diálogo e vínculo – contribuições para a lugarização de perspectivas complexas nas organizações. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 23, 135 n. 3, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24447/0>. Acesso em: 3 jan. 2022.

_____; GOMES, Luciana Buksztejn; FALAVIGA, Francielle Benett. Os percursos metodológicos em Teses de Doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil. **Livro de Anais do XV Congresso IBERCOM**. Disponível em: <<https://ceccucp.wordpress.com/2018/04/27/livro-dos-anais-do-xv-congresso-ibercom-agora-online/>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SECRETARIA DA CULTURA. **Conselho Estadual de Cultura**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/conselho-estadual-de-cultura-5db09daa3db9f>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Conselho Estadual de Alimentação Escolar**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/conselho-estadual-de-alimentacao-escolar>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DA SAÚDE. **Inicial**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Nova gestão do Conselho Estadual da Pessoa Idosa toma posse. **SJCDH**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/nova-gestao-do-conselho-estadual-da-pessoa-idosa-toma-posse>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Inicial, **SJCDH**, Porto Alegre, 2021a. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (Codene), **SJCDH**, Porto Alegre, 2021b. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-de-desenvolvimento-e-participacao-da-comunidade-negra-do-rio-grande-do-sul-codene>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Quem somos. **SJCDH**, Porto Alegre, 2021c. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual da Pessoa Idoso (CEI). **SJCDH**, Porto Alegre, 2021d. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-da-pessoa-idosa>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED. **SJCDH**, Porto Alegre, 2021e. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-de-politicas-sobre-drogas-coned>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (Coepede). **SJCDH**, Porto Alegre, 2021f. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-da-pessoa-com-deficiencia-coepede>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI). **SJCDH**, Porto Alegre, 2021g. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-dos-povos-indigenas-cepi-o-conselho-estadual-do-povo-indigena-cepi-foi-criado-atraves-do-de>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT. **SJCDH**, Porto Alegre, 2021h. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-de-promocao-dos-direitos-lgbt>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM). **SJCDH**, Porto Alegre, 2021i. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-dos-direitos-da-mulher-cedm-rs>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CEDECON). **SJCDH**, Porto Alegre, 2021j. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-de-defesa-do-consumidor-cedecon>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual do Programa de Proteção dos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos (CEPPDDH). **SJCDH**, Porto Alegre, 2021k. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-do-programa-de-protecao-dos-defensores-e-defensoras-dos-direitos-humanos-ceppddh-rs>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul. **SJCDH**, Porto Alegre, 2021l. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-do-povo-de-terreiro-do-estado-do-rs>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual de Juventude. **SJCDH**, Porto Alegre, 2021m. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-de-juventude>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CEDHRS). **SJCDH**, Porto Alegre, 2021n. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/conselho-estadual-de-direitos-humanos-do-rio-grande-do-sul-cedh-rs>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Conselhos. **STAS**, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://stas.rs.gov.br/conselhos>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER. **Conselho Estadual**. Disponível em: <https://esporte.rs.gov.br/conselho-estadual>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA. Inicial. **SEMA**, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SESI. **Sobre o SESI**. 2021. Disponível em: <https://www.sesirs.org.br/sobre-o-sesi>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SILVA, Luiza Mônica Assis da. Contribuições da teoria das representações sociais para o campo comunicação organizacional: reflexões teóricas e metodológicas. **Anais do XXI Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 12 a 15 de junho de 2012. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1856.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

SILVA, Maria Camila Florêncio da. **“A gente vai mandando recado pela existência”**: desafios da Conferência Nacional de Política para as Mulheres para a inclusão de mulheres de diferentes perspectivas. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e

Governo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24920/20181022-tese-MariaCamilaflor%c3%aancio.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SILVA, Maria Terezinha da. Comunicação e mobilização: o movimento “Não Foi Acidente” e a campanha em torno de um problema público no Brasil. **Anais do XXII Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1986.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

SOARES, Paulo Henrique Leal; DEL GÁUDIO, Rozália. **Sem megafone, com smartphone**: práticas, desafios e dilemas da comunicação com os empregados. São Paulo: ABERJE, 2017.

SOUSA, Evandro Alberto de; BERTI, Orlando Maurício de Carvalho; MONIZE, Paula. A Comunicação nos movimentos sociais do Sertão do Piauí: um estudo sobre o Grupo Cultural Adimó e suas interações cidadãs para a população sertaneja piauiense. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7 de setembro de 2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0497-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SOUZA, Rose Mara Vidal de. Lobby no Brasil: do reconhecimento como profissão a transparência na relações públicas e privadas. **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Joinville - SC – 2 a 8 de setembro de 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-2146-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

STORNER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Tradução de Alves Calado. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1994.

TEIXEIRA, Ana Claudia C.; MORONI, José Antonio; MARX, Vanessa. Políticas de participação e novas institucionalidades democráticas no contexto brasileiro recente. *In*: SERAFIM, Lizandra; MORONI, José Antonio (orgs.). **Sociedade civil e novas institucionalidades democráticas na América Latina**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Instituto Pólis e INESC, 2009, p. 81-97.

TEIXEIRA, Luiza Reis. **Legislativos municipais**: tensões entre representação e participação. 2016. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2016. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17400/Tese_VDeposito2_311016.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 nov. 2019.

TEIXEIRA, Thays Helena Silva. Perspectivas sobre a cidadania comunicativa: um olhar metodológico dessa interface. **Anais do XXVI Encontro Anual da Compós**, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017. Disponível em:

http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_KXB8E3R2D P5O930OZ3SB_26_5726_20_02_2017_17_47_09.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

TERRA, Carolina Frazon. Brandpublishers: organizações como produtoras de conteúdo e influenciadoras digitais. In: TERRA, Carolina; DREYER, Bianca Marder; RAPOSO, João F. **Comunicação Organizacional: práticas, desafios e perspectivas digitais**. São Paulo: Summus, 2021, p. 154-166.

TERRA, Carolina Frazon. O que as organizações precisam fazer para serem bem vistas nas mídias sociais sob a ótica da comunicação organizacional e das relações públicas. **Anais do V Congresso Abrapcorp – Grupos de Pesquisa**, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carolina-Terra-2/publication/266867680_O_que_as_organizacoes_precisam_fazer_para_sere_m_bem_vistas_nas_midias_sociais_sob_a_otica_da_Comunicacao_Organizacional_e_das_Relacoes_Publicas/links/555b975008ae91e75e7665d4/O-que-as-organizacoes-precisam-fazer-para-serem-bem-vistas-nas-midias-sociais-sob-a-otica-da-Comunicacao-Organizacional-e-das-Relacoes-Publicas.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 67, p. 191-228, 2006. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/urbinati.pdf. Acesso em: 8 de maio de 2020.

VALE, Roseane Bezerra de Lima do. Acesso, participação e direito à comunicação na Constituição Federal Brasileira de 1988. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0895-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

VALERIO, Erinaldo Dias. **Produção de conhecimento e circulação da informação na formulação de políticas públicas: o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1009/1/Tese%20-%20Produ%20%C3%A7%C3%A3o%20de%20conhecimento%20e%20circula%20%C3%A7%C3%A3o%20de%20informa%20%C3%A7%C3%A3o%20-%20Erinaldo%20Dias.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

VICENTE, Maximiliano Martin. Comunicação e cidadania: tensões e complementaridades. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2324-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

VILLELA, Isabel Cristina F. Os discursos articulados da democracia (entre o econômico, o político e o social). **Anais do XXII Encontro Anual da Compós**,

Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2014.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

WAINBERG, Jacques Alkalai. Estigma: a dissidência, os rótulos e a imaginação. *In*: WAINBERG, Jacques Alkalai (org.). **Comunicação política e emoções coletivas: Lula e os procuradores**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017b, p. 163-188.

WAINBERG, Jacques Alkalai. O ativismo das estrelas e a comunicação dissidente. **Animus**: Revista Interamericana de Comunicação Midiática, Santa Maria, v. 15, n. 29, p. 1-21, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/21001/pdf?source=/animus/article/view/21001/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

WAINBERG, Jacques Alkalai. A comunicação dissidente e os atos que falam. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/23589>. Acesso em: 20 abr. 2021.

WEBER, Maria Helena; CARNIELLI, Fiorenza Zandonade. A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. **Anais do XXV Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos16-acomunica%C3%A7%C3%A3odeinstitu%C3%A7%C3%B5esp%C3%BAblicas eoparadoxodavisibilidadeestrat%C3%A9gica-comautoria_3314.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

ZABLONSKY, Marcos José; ALMEIDA Mayara Thalita de. Ações de advocacy como garantia de diversidade na democracia. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Belém - PA – 2 a 7 de setembro de 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2139-1.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

APÊNDICE 1 - Trabalhos publicados nos Anais do GT Comunicação e Política (COMPÓS) que apresentam expressões, ou palavras relacionadas com a temática

	Título do artigo	Palavras-chave	Autor(a)	Pontos extraídos do resumo/introdução	Ano
1	Representação política discursiva no Facebook: análise da atuação de mulheres vereadoras	Representação política discursiva. Facebook. Vereadoras.	Nathália Kahwage e Danila Cal	“Recorremos à discussão sobre representação política, em especial, a discursiva. Do ponto de vista metodológico, o corpus é composto por 210 vídeos que foram sistematizados por meio de análise de conteúdo e analisados a partir de três categorias”	2020
2	Discussão política online: emoção e deliberação sobre a redução da maioria penal em duas plataformas distintas	Deliberação, emoção, discussão política online	Gabriella Hauber e Rousiley C. M. Maia	“Este artigo tem como objetivo investigar a relação entre emoção e razão em comentários de dois ambientes online distintos: página ativista no Facebook e um espaço legislativo”	2019
3	Análise argumentativa e rede de comunicação pública: uma proposta metodológica para o estudo da dinâmica comunicacionais de acontecimentos públicos	Rede de comunicação pública, acontecimento público, análise argumentativa	Bruno Kegler e Rejane de Oliveira Pozobon	“[...] Objetiva propor um caminho analítico que permita compreender, no encadeamento sistêmico de fatos [...] as estratégias argumentativas utilizadas por atores e sistemas das redes de comunicação pública, na busca por visibilidade e credibilidade, em processos comunicacionais ligados a temáticas de interesse público e à constituição de acontecimentos públicos.”	2019
4	A ‘nova era’ da participação política? WhatsApp e call to action nas consultas do e-Cidadania (Senado Federal)	Consultas públicas, participação, WhatsApp, portal e-cidadania	Viktor Chagas et al	“O presente trabalho analisa o que caracterizou essa chamada à participação nas consultas públicas do Portal e-Cidadania, do Senado Federal brasileiro, pela ferramenta WhatsApp, em 2018, e em que medida essa call to action esteve conectada à campanha eleitoral”	2019
5	A representação política em uma	Representação política discursiva, abordagem	Regiane Lucas de Oliveira Garcêz	“O presente artigo tem como objetivo problematizar a noção de representação política a	2017

	perspectiva comunicacional	comunicacional, linguagem		partir de uma perspectiva comunicacional e discursiva centrada na linguagem, [...]”	
6	Estratégias políticas e comunicação pública sobre a questão da imigração na França	Práticas info-comunicacionais, imigração, estratégias políticas	Paula de Souza Paes	“Este artigo se interessa à ação pública e à comunicação do Estado a partir da análise de um caso convencionalmente chamado de “violência urbana” ocorrido, em 2010, no bairro Villeneuve”.	2016
7	A representação política como processo discursivo: o debate sobre a educação de surdos compreendido a partir de uma perspectiva processual	Representação discursiva, discursividade, educação de surdos	Regiane Lucas de Oliveira Garcêz e Rousiley Celi Moreira Maia	“[...] discutir a noção de representação política não eleitoral a partir de uma perspectiva comunicacional, com ênfase na processualidade e na discursividade do ato de representar [...]”	2016
8	A participação na comunicação pública: para além do consenso	Participação, comunicação pública, democracia	Heloiza Helena Matos e Nobre e Jorge Pereira Filho	“[...] a participação constitui-se em um campo de estudo amplo [...] Este artigo procura, assim, discutir teoricamente o conceito de participação, tecendo algumas relações possíveis entre essa reflexão e o conceito de comunicação pública”.	2016
9	A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica	Comunicação pública, instituições públicas, comunicação estratégica, visibilidade	Maria Helena Weber, Fiorenza Zandonade Carnielli	“[...] reflexão sobre a comunicação pública identificada em instituições públicas, em duas dimensões. [...] O objeto de estudo é a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul [...]”	2016
10	E-representação como teoria política: comunicação social, internet e democracia representativa	Internet e democracia, representação política, democracia representativa	Arthur Ituassu	“[...] discutir uma teoria sobre as potencialidades da internet para a representação política em regimes democráticos. Para tanto, analisa-se o lugar da representação na teoria da democracia, a relação entre representação e comunicação e as possíveis contribuições que uma comunicação política digital poderia trazer à representação democrática.”	2014

11	Os discursos articulados da democracia (entre o econômico, o político e o social)	Discurso e poder, democracia e globalização, políticas públicas	Isabel Cristina F. Villela	[...] propõe-se comparar, na perspectiva da economia política da comunicação, teorias e fatos que salientam a complexidade democrática em períodos do capitalismo histórico [...].”	2013
12	Fóruns online e deliberação: conversações restritas ou participação democrática?	Esfera pública, deliberação online, participação política	Marcela Dantas, Rafael Cardoso Sampaio	“[...] demonstrar como fóruns online podem contribuir para um incremento democrático através da participação cidadã. Através da web, cidadãos têm a possibilidade de debaterem sobre assuntos [...]”.	2010
13	Limites da Accountability e da comunicação pública (Câmara e Prefeitura Municipal de Porto Alegre no debate público sobre o Pontal do Estaleiro)	Comunicação política, esfera política, accountability	Josemari Poerschke de Quevedo, Maria Helena Weber	“O texto trata de identificar movimentos de accountability da esfera política a partir do debate público sobre o projeto do Pontal do Estaleiro, que propunha uma emenda à lei complementar referente ao plano diretor municipal da cidade de Porto Alegre.”	2010
14	Reconhecimento e (qual?) deliberação	Deliberação pública, reconhecimento, lutas sociais	Ricardo Fabrino Mendonça	“Este artigo busca delinear uma noção de deliberação que seja compatível com a teoria do reconhecimento”.	2010
15	Níveis de participação dos cidadãos na internet: um exame dos websites de Senado	Comunicação, internet, democracia	Francisco Paulo Jamil Almeida Marques	“[...] avaliação dos websites de representantes políticos levando em consideração as principais ferramentas oferecidas para viabilizar a participação dos cidadãos. [...] A noção de “níveis de participação dos cidadãos na Internet” busca mensurar quão porosos estes websites são de modo a coletar sugestões e disposições dos cidadãos.”	2007
16	O sistema deliberativo e seus espaços discursivos: a articulação entre diferentes modos de comunicação	Deliberação, conversação cotidiana, associativismo	Ângela C. S. Marques, Ricardo Fabrino Mendonça e Rousiley C. M. Maia	“Na crescente literatura sobre democracia deliberativa, diversos autores têm distinguido entre discussões formalmente organizadas ‘no centro’ e as interações comunicativas informais geradas na ‘periferia’ do sistema político. [...] Argumentamos que o potencial democratizante das conversações cotidianas e dos debates	2007

				em associações cívicas reside na abertura destes a diferentes esferas discursivas, o que depende, também, de um contexto que permita e fomenta a circulação de vozes no amplo sistema deliberativo.”	
17	Institucionalização midiática e "representação política: a construção do cidadão-consumidor nos telejornais	Não há	Fernando Lattman-Weltman	“[...] foco proposto centra-se na noção de institucionalização política da mídia, e tem como base empírica a análise de materiais recolhidos para a investigação dos modos pelos quais programas de telejornalismo local vem centrando suas estratégias de obtenção de audiência [...]”	2006
18	O conceito de interesse público nas comunicações	Rádiodifusão, interesse público, serviço público	Suzy dos Santos e Érico da Silveira	“[...] contribuir para o esclarecimento de certa confusão estabelecida nas comunicações sobre o significado e o uso dos conceitos de Serviço Público e Interesse Público [...]”	2006
19	Política deliberativa e tipologia de esfera pública	Esfera pública; democracia deliberativa, teoria habermasiana	Rousiley C. M. Maia	“[...] explorar o conceito de esfera pública na perspectiva habermasiana [...] articular diferentes planos das trocas argumentativas: aquelas que ocorrem nas interações simples, em diversos domínios da vida cotidiana; aquelas que acontecem em debates mais densos nas associações da sociedade civil, e, ainda, aquelas que se dão através da disseminação de informações na mídia de massa.”	2006
20	A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política	Democracia digital, esfera pública, democracia participativa.	Wilson Gomes	“[...] internet como meio e ambiente de práticas políticas destinadas a reforçar a participação dos cidadãos no campo político”	2005
21	Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil	Não há	Francisco Jamil Marques	“[...] Examinar teoricamente algumas das dimensões da interface entre democracia e novas tecnologias de comunicação e informação”	2005

22	Negociação política e comunicação de massa	Não há	Wilson Gomes	“Este artigo trata do jogo político em eleições e no processo político regular que se estabelece pela relação entre governo e congresso e no interior dos partidos.”	2003
23	Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública	Não há	Rousiley C. M. Maia	“[...] o papel que a mídia desempenha na deliberação pública [...] Indaga-se acerca da potência da visibilidade midiática para criar espaços generalizados de discussão, na forma de debates públicos, através da interpenetração de fluxos comunicativos variados.”	2003
24	Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões	Não há	João Carlos Ferreira Correia	A intenção desta análise é a de compreender, em Habermas, o fundamento comunicacional das instituições políticas. [...] levantar a seguinte questão: qual o verdadeiro papel deixado aos meios de comunicação na dinamização da cidadania?”	2003
25	Mídia, estado e sociedade civil na renúncia de ACM	Não há	Jorge Almeida	“[...] estudar como a combinação das mobilizações populares na Bahia com sua divulgação pela mídia, contribuiu para aprofundar o isolamento de ACM [...]”	2002
26	Mídia e deliberação pública: mediações possíveis	Não há	Rousiley C. M. Maia	“[...] examinar o papel que a mídia desempenha na deliberação pública, com foco na luta entre as fronteiras de visibilidade/invisibilidade pública [...]”	2002
27	Pesquisas de opinião e cenário de representação da política	Não há	Jorge Almeida	“[...] estudaremos a relação da chamada ‘opinião pública’ ou ‘estado de opinião’, com o conceito de ‘cenário de representação da política’ [...]”	2001
28	Mídia e accountability: dimensões e condições da poliarquia midiática	Não há	Fernando Lattman-Weltman	“Proposição de um modelo de análise e investigação da inserção da mídia nos processos políticos contemporâneos [...] examinar as dimensões da accountability – dimensão vertical (eixo da participação e da representatividade) e dimensão horizontal (eixo	2001

				da institucionalização de garantias mútuas de competição e controle recíprocos) [...]”	
29	Influência e resistência. Em busca de um modelo complexo da relação mídia/política	Não há	Luis Felipe Miguel	“A relação entre meios de comunicação e política é presa de duas reduções opostas: a recusa ao reconhecimento do impacto dos meios de comunicação [...]e a idéia de que a política foi totalmente subordinada à lógica dos meios [...]Busco demonstrar a inter-relação entre os campos político e da mídia”	2001
30	Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação	Não há	Rousiley C. M. Maia	“[...] examinar as características da internet enquanto esfera pública virtual. [...]defendo que a noção de discurso prático, concebido numa perspectiva cultural abrangente, não é tão exigente quanto a que o encontro dialógico único requer. Nesta dimensão, os agentes da sociedade civil são examinados como atores discursivos para politizar e ampliar o debate público”.	2001

Fonte: A autora.

APÊNDICE 2 - Trabalhos publicados nos Anais do GT Comunicação para a Cidadania (INTERCOM) que apresentam expressões, ou palavras relacionadas com a temática

	Título do artigo	Palavras-chave	Autor(a)	Ano
1	Interfaces entre Comunicação Comunitária e Relações Públicas Populares	Comunicação comunitária, Comunidade, Cidadania, Relações Públicas Populares	Cicilia M. Krohling Peruzzo	2020
2	Ações de advocacy como garantia de diversidade na democracia	Relações Públicas, advocacy, cidadania LGBTI+, assessoria de comunicação, diversidade	Marcos José Zablonsky e Mayara Thalita de Almeida	2019
3	Campanha #euvocontar: ativismo digital pela descriminalização do aborto no Brasil	Aborto, feminismo, redes sociais, cidadania	Cristiane Guilherme Bonfim	2019
4	Etnomídia como campo de (re)apropriações das práticas midiáticas no portal do Conselho Indígena de Roraima	Etnomídia, práticas midiáticas, Conselho Indígena de Roraima	Vilso Junior Santi e Bryan Chrystian Araújo	2019
5	Os discursos e as representações simbólicas dos fundadores/presidentes em ONGs de comunicação	Terceiro setor, ONGs, comunicação e trabalho, discurso, neoliberalismo	Camila Acosta Camargo	2019
6	Amazônia e movimentos sociais: a comunicação das redes de mobilização	Amazônia, movimentos sociais, redes de mobilização, comunicação	Lucas Milhomens	2018
7	Demandas de representação e comunicação no Facebook: análise de fanpages das organizações Mobilização Nacional Indígena e Conselho Indigenista Missionário	Movimento indígena, Facebook, representação política, cultura de comunicação, demandas de representação	Thiago Almeida Barros, Gecilene Magalhães Marinho Barros e Analaura Corradi	2018
8	Movimentos sociais e democratização da comunicação: contribuições para o debate no caso brasileiro	Democratização da comunicação, movimentos sociais, cidadania, participação social, mídia	Carlos Henrique Demarchi	2018
9	Sentidos de comunicação e trabalho nos discursos do terceiro setor: uma análise dos termos mais utilizados no enunciado institucional de três “ongs de comunicação”	Comunicação, terceiro setor, ONGs, binômio comunicação e trabalho	Camila Acosta Camargo	2018
10	A comunicação como instrumento de transformação social em organizações da sociedade civil	Comunicação, Sociedade Civil Organizada, Organizações da Sociedade Civi, binômio comunicação e trabalho, sentidos do trabalho	Camila Acosta Camargo	2017
11	Comunicação de interesse público: interação na busca da consciência crítica em face	Comunicação, interesse público, paralisação, SinproABC	Regiane Maria da Silva Bianchini e Sérgio Corrêa	2017

	aos direitos trabalhista e previdenciário			
12	Democracia participativa no governo do Brasil: articulação e discurso no dispositivo PARTICIPA.BR	Democracia participativa, democracia digital, participação cidadã, discurso	Romulo Fernando Lemos Gomes	2017
13	Comunicação pública nas instituições de ensino: Debate e participação política na formação para a cidadania	Comunicação Pública; Participação Política; Educação; Cidadania; Capital Social	Maria José da Costa Oliveira e Heloiza Matos	2016
14	Mídia e sujeitos: a busca pelas representações de agentes da rede de combate ao trabalho escravo	Mídia, representações, trabalho escravo, movimentos sociais	Flávia de Almeida Moura	2016
15	A Comunicação nos movimentos sociais do Sertão do Piauí: um estudo sobre o Grupo Cultural Adimó e suas interações cidadãs para a população sertaneja piauiense	Comunicação social, comunicação comunitária, cidadania, movimento social, Grupo Cultural Adimó.	Evandro Alberto de Sousa, Orlando Maurício de Carvalho Berti e Paula Monize de Moura Rodrigues	2015
16	Campanhas de Mobilização e Representações Sociais sobre Trabalho Infantil: Como os Adolescentes se veem?	Mobilização social, representações sociais, trabalho infantil	Daniella Rocha Magalhães	2015
17	Juventudes e Cidadania: Rede Cuca e a Campanha sobre os Direitos dos Jovens	Juventudes, Rede Cuca, cidadania	Samaisa dos Anjos	2015
18	A mobilização social como um processo de emancipação dos sujeitos	Mobilização social, emancipação, cidadania	Jones Machado, Kalliandra Quevedo Conrad e Maria Ivete Trevisan Fossá	2014
19	Comunicação para a Cidadania e Democracia: capacitação em comunicação pública e política	Comunicação pública, comunicação política, cidadania, democracia	Heloiza Helena Matos e Nobre e Guilherme Fráguas Nobre	2014
20	Participação Social e o Decreto da Polêmica	Participação social, comunicação, Brasil	José Marcio Barros e Núbia Braga Ribeiro	2014
21	Comunicação e Cidadania: Ecos de um Plano de Comunicação para comunidades sergipanas	Movimentos sociais, comunicação comunitária, identidades culturais, redes sociotécnicas	Rita Simone Barbosa Liberato	2013

21	Comunicação pública e políticas públicas: análise do portal eletrônico da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo	Comunicação pública, políticas públicas, cidadania, pessoa com deficiência, portal eletrônico	Mariany Schievano Granato	2013
23	Dimensão argumentativa da participação cidadã no processo deliberativo: perspectiva habermasiana de racionalidade comunicativa na consulta pública online	Racionalidade comunicativa, processo argumentativo, participação cidadã e consulta pública	Luciana Saraiva de Oliveira Jerônimo	2013
24	Esferas Públicas de Conversação Política: processos de comunicação para a construção de cidadania entre profissionais da saúde	Conversação política, esferas públicas, desigualdades deliberativas, ato médico	Francine Altheman	2012
25	Palco de Consensos ou Teatro das Contestações? Uma Reflexão Sobre o MST na Atual Cena Política Brasileira	Cidadania, contestação, diálogo, política	Camila Chaves Ferreira e Márcia Vidal Nunes	2012
26	Acesso, participação e direito à comunicação na Constituição Federal Brasileira de 1988	Direito à comunicação, meios de comunicação, democracia, cidadania	Roseane Bezerra de Lima do Vale	2011
27	Comunicação Religiosa: A Construção De Um Conceito	comunicação religiosa, cidadania, Terceiro Setor	Maria Amélia Miranda Pirolo	2011
27	1ª Conferência de Comunicação de Juiz de Fora: reflexões sobre sua organização e participação juvenil	Direito à comunicação, comunicação comunitária, educomunicação, identidades culturais, cidadania	Cláudia Regina Lahni, Fernanda Coelho e Raquel Lara Rezende	2010
29	Comunicação e Cidadania: Diálogo Necessário	Jornalismo, hegemonia, cidadania, comunicação alternativa	Alessandra Possebon e Silas Nogueira	2010
30	Comunicação e cidadania: tensões e complementaridades	Cidadania, comunicação, participação, democracia e direitos humanos	Maximiliano Martin Vicente	2009
31	Comunicação e linguagem no Orçamento Participativo: uma outra perspectiva de análise	Comunicação epistemológica, comunicação praxiológica, linguagem, orçamento participativo	Rafael Cardoso Sampaio	2009

32	O planejamento participativo no contexto da Comunicação Popular e Comunitária	Comunicação popular e comunitária, planejamento participativo, movimentos sociais e populares, política de comunicação	Rozinaldo Antonio Miani e Camila Frazatti Rodrigues Felício	2009
----	---	--	---	------

Fonte: A autora.

APÊNDICE 3 – Lista de entidades participantes de gestões nos Conselhos em 2020

	ENTIDADE	CONSELHO
1	Conselho Regional da OAB/RS	CONED
2	Federação das Associações dos Municípios do RS – FAMURS	
3	Conselho Regional de Medicina – CREMERS	
4	Conselho Regional de Psicologia - CRP	
5	Conselho Estadual de Serviço Social - CRESS	
6	Conselho Estadual de Educação - CEED	
7	Associação de Juízes do Rio Grande do Sul- AJURIS	
8	Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul - AMPRGS	
9	Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul - ADPERGS	
10	ACONTURS	
11	Fórum Estadual de Redução de Danos c/c Fórum Gaúcho de Saúde Mental	
12	COMAD Dois Irmãos	
13	Federação das Comunidades Terapêuticas do RS (FECTERS)	
14	Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT)	
15	Assistente Social - SESI	
16	Associação dos Amigos dos Deficientes Físicos de Uruguaiana (AADUR)	
17	Associação dos Familiares e Amigos do Down Porto Alegre (AFAD)	
18	Associação Gaúcha de Distrofia Muscular (AGADIM)	
19	Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos (AGAFAPE)	
20	Coletivo Feminino Plural	
21	Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região (CRESS/RS)	
22	Conselho Regional de Psicologia 7ª Região (CRP/RS)	
23	Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS)	
24	Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES)	
25	Federação Rio-Grandense de Entidades de e para Cegos (FREC)	
26	Federação Rio-Grandense de Entidades de Deficientes Físicos (FREDEF)	
27	Luz Azul Associação Pró-Autismo de Santa Cruz (LUZ AZUL)	CEDICA
28	Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS)	
29	Federação das Associações e Círculos de Pais e Mestres do Estado do RS - ACPM	
30	Pastoral do Menor - CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Sul 3	
31	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS	
32	Federação das APAES do Estado do RS - FEAPAES	
33	Pastoral da criança do Rio Grande do Sul	
34	Sociedade Educação e Caridade	
35	Associação de Apoio à Criança e do Adolescente - AMENCAR	
36	Federação Espirita do Rio Grande do Sul – FERGS	
37	União Brasileira de Educação e Assistência – UBEA	
38	União Sul Brasileira de Educação e Ensino – USBEE	
39	Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Seccional do Rio Grande do Sul - OAB/RS	
40	Fundação Luterana de Diaconia - FLD	
41	Conselho Regional de Psicologia do RS – CRP/RS	
42	Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo - CDHPF	
43	Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente - Amencar	
44	Associação para a Grandeza e União de Palmas - Agrupa	

45	Acesso – Cidadania e Direitos Humanos	CEDH
46	Cooperativa Central de Assentamentos do RS - COCEARGS	
47	Movimento Nacional de Direitos Humanos -MNDH-RS	
48	Associação do Voluntariado e da Solidariedade - Avesol	
49	Nuance: Grupo Pela Livre Expressão Sexual	
50	Coletivo Feminino Plural	
51	Instituto de Assessoria das Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ)	

Fonte: A autora.

APÊNDICE 4 - Carta convite enviada aos entrevistados



Porto Alegre, (data completa).

Aos cuidados de (nome da liderança)
(Nome da organização)

Oia,

Meu nome é Luciana Buksztejn Gomes, sou doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS) e atualmente trabalho na Rede Marista, como assessora de representação Institucional. Minha orientadora no doutorado é a Profa. Dra. Cleusa Andrade Scrofeneker, reconhecida nacionalmente pelos estudos em Comunicação Organizacional, sendo coordenadora do Grupo de Estudos Avançados em Comunicação Organizacional junto à PUCRS.

A tese doutoral se dedica ao estudo da Comunicação e da Representação Institucional, entendida como uma manifestação comunicacional e política das organizações da sociedade civil. Tem como objetivo analisar como essas organizações articulam assuntos de interesse público e mobilizam a sociedade em prol de seus Ideais, Investigando ainda quais são as melhores práticas desenvolvidas e como Interagem na ambiência digital com os seus públicos. Para a investigação, escolhemos organizações reconhecidas pela sua atuação social e que têm histórico de participação junto a Conselhos Estaduais do Rio Grande do Sul.

Já realizamos um estudo preliminar com materiais disponíveis na web, e que irão integrar a pesquisa da tese. Gostaríamos de complementar esse estudo com o seu relato, ou do gestor da área de comunicação, ou ainda do representante Institucional junto a um Conselho de Direitos no RS.

A entrevista tem uma previsão máxima de 40 minutos e poderá ocorrer pessoalmente, ou de forma online, via Teams ou Zoom.

Ficamos no aguardo do seu retorno e, desde já, agradecemos pela sua colaboração.

Cordialmente,
Luciana Buksztejn Gomes
(51) 99660.9741

APÊNDICE 5 – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DOS CONSELHOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Pesquisador: CLEUSA MARIA ANDRADE SCROFERNEKER

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58089722.7.0000.5336

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.406.767

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1934851.pdf, de 11/05/2022).

Este projeto é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento da aluna Luciana Bukszejn Gomes com orientação da Profa. Dra. Cleusa Maria Andrade Scroferneker no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS. De acordo com o projeto, esta pesquisa tem como objeto de estudo a representação institucional, entendida como uma manifestação comunicacional e política das organizações da sociedade civil (OSC). As pesquisadoras se propõem a analisar como as OSCs articulam assuntos de interesse público e mobilizam a sociedade em prol de seus ideais, investigar quais as são melhores práticas desenvolvidas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do Poder Público, assim como analisar como as OSCs interagem na ambiência digital com os seus públicos de interesse.

Para isto, propõem um recorte de OSCs do estado a serem observadas, usando a Hermenêutica em Profundidade (HP) de Thompson (2009). Como metodologia, propõem técnicas de levantamento bibliográfico e documental e a realização de entrevistas em profundidade, o que trouxe este projeto para a tramitação no CEP. Este é o parecer da revisão da submissão a partir dos ajustes

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

Continuação do Parecer: 5.406.767

solicitados.

Objetivo da Pesquisa:

A proposta submetida ao CEP elenca objetivos primários e secundários na forma de perguntas. Curiosamente, volta a repetir os primários e secundários sem distinção ou organização especial.

Como primários coloca:

- a) Como as OSCs articulam assuntos de interesse público e mobilizam a sociedade em prol de seus ideais no Rio Grande do Sul?
- b) Quais são as melhores práticas desenvolvidas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do Poder Público?
- c) Como as OSCs interagem na ambiência digital com os seus públicos de interesse?

Como objetivos secundários apresenta:

- a) Como as OSCs articulam assuntos de interesse público e mobilizam a sociedade em prol de seus ideais no Rio Grande do Sul?
- b) Quais são as melhores práticas desenvolvidas pelas OSCs para influenciar na tomada de decisão do Poder Público?
- c) Como as OSCs interagem na ambiência digital com os seus públicos de interesse?

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A proposta apresenta uma avaliação adequada de benefícios, potencialmente estratégicos para públicos envolvidos com este setor. A listagem de riscos foi contemplada nesta revisão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Mantemos o comentário do primeiro parecer. A pesquisa tem mérito e apresenta uma proposta interessante, acompanhando OSCs em um contexto contemporâneo marcado pela pandemia de COVID-19 e a retomada das atividades após a vacinação. Seu instrumento é de aplicação simples e o desenho da pesquisa é viável dentro da proposta.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os comentários a respeito dos termos no primeiro parecer foram ajustados e atualizados e agora estão aptos para seguir em frente com a pesquisa.

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

Continuação do Parecer: 5.406.767

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012, Resolução n° 510 de 2016 e a Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DOS CONSELHOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL proposto pela pesquisadora CLEUSA MARIA ANDRADE SCROFERNEKER com número de CAAE 58089722.7.0000.5336.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1934851.pdf	11/05/2022 15:32:45		Aceito
Outros	TeseLuciana.pdf	11/05/2022 15:30:33	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros	LattesLuciana.pdf	11/05/2022 15:23:17	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros	entrevistas.pdf	11/05/2022 15:17:40	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros	resposta.pdf	11/05/2022 15:16:37	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Folha de Rosto	Rosto.pdf	11/05/2022 15:00:27	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros	lattes.pdf	11/05/2022 14:37:46	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros		11/05/2022 14:32:14	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros		11/05/2022 14:31:53	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros		11/05/2022 14:31:29	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros		11/05/2022 14:31:09	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros	DocUnificado.pdf	11/05/2022 14:29:38	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	11/05/2022 14:28:13	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito
Outros	tcleRevisado.docx	11/05/2022 14:27:53	LUCIANA BUKSZTEJN	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puocrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.406.767

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Tese_Luciana.pdf	21/04/2022 17:26:44	LUCIANA BUKSZTEJN GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Decana.pdf	21/04/2022 17:24:57	LUCIANA BUKSZTEJN GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência		21/04/2022 17:23:49	LUCIANA BUKSZTEJN GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência		21/04/2022 17:23:07	LUCIANA BUKSZTEJN GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência		21/04/2022 17:20:41	LUCIANA BUKSZTEJN GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência		21/04/2022 17:19:47	LUCIANA BUKSZTEJN GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 13 de Maio de 2022

Assinado por:
Paulo Vinicius Sporleder de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

APÊNDICE 6 – E-mail enviado ao Governo do Estado

06/06/2022 22:22

Gmail - Conselho de Direitos - sugestões para o portal institucional



Luciana Gomes <lucianabg.adv@gmail.com>

Conselho de Direitos - sugestões para o portal institucional

Luciana Gomes <lucianabg.adv@gmail.com>
Para: ouvidoria@gg.rs.gov.br

25 de maio de 2022 15:14

Olá, boa tarde

Gostaria de fazer uma sugestão.

Estive procurando no portal do Governo do Estado, para identificar os Conselhos Estaduais ativos.

Observei que nem todos têm informações atualizadas, assim como nem todos deixam claro se estão ativos ou inativos.

Os que estiverem ativos, seria interessante mencionar quais as organizações que os compõem, não apenas por questões de transparência, mas para facilitar o contato da sociedade para com essas entidades, quando necessário.

Faço essas considerações, a partir de um estudo que venho realizando, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, como parte integrante da tese doutoral.

Me coloco à disposição para contribuir, no que for preciso, caso entendam que seja viável essas inclusões nas respectivas páginas dos Conselhos.

Agradeço pela atenção.

Cordialmente,

Luciana Buksztejn Gomes

Doutoranda em Comunicação Social - PPGCOM/PUCRS

(51) 99550.9741



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br